



A CRECHE E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Perceções dos pais e dos profissionais

Mónica Catarina Duarte Ferreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

Orientadora: Professora Doutora Sara Melo

ISSSP

Outubro de 2018



Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L.

A CRECHE E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Perceções dos pais e dos profissionais

Mónica Catarina Duarte Ferreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

Orientadora: Professora Doutora Sara Melo

ISSSP

Outubro de 2018

Agradecimentos

A concretização deste trabalho encerra um ciclo, que não seria possível de concluir sem o apoio de diferentes pessoas que me acompanharam no decorrer deste percurso, e a quem agradeço:

À minha família que me apoiou desde o início e que sem a ajuda deles nada seria possível

Ao meu namorado por me apoiar em todos os momentos, incentivar-me a seguir os meus sonhos e objetivos, e dar-me força nos momentos mais difíceis.

À Ana pela ajuda que deu na realização deste trabalho e pela disponibilidade com que acolheu o meu pedido.

À Sofia pelo apoio dado desde sempre, pela companhia ao longo destes meses e a força transmitida.

Às colegas de curso que partilharam as mesmas dificuldades, angústias e alegrias, mostrando-se sempre disponíveis para ajudar.

Resumo

A presente investigação tem como objetivo compreender a influência que a creche tem no desenvolvimento da criança.

Nesse sentido procurou-se, por um lado, conhecer o funcionamento de uma creche e por outro, pretendeu-se compreender junto dos pais das crianças que integravam o jardim-de-infância da mesma localidade, qual a sua perceção sobre os efeitos que observaram após a frequência da criança na creche, ou no caso de não frequência, quais os motivos inerentes.

Para esse efeito foi realizado um estudo de caso numa creche no concelho de Arganil, recorrendo a diferentes intervenientes nomeadamente aos pais, educadores do jardim-de-infância da localidade, e à assistente social da creche. Para a sua concretização foram utilizadas como técnicas de recolha de dados, um inquérito por questionário que abrangeu trinta e oito pais, três entrevistas, e análise documental.

Através deste estudo de caso verificamos que o efeito da creche destaca-se ao nível da socialização, da aquisição de regras e da autonomia. Relativamente aos motivos de não inserção da criança em creche, os pais mencionam a existência de suporte familiar para assegurar estes cuidados.

Sobressai deste trabalho a necessidade de maior intervenção estatal ao nível das vagas participadas, de modo a que esta resposta se torne universal e permita identificar precocemente problemas ao nível do desenvolvimento da criança.

Paralelamente, constatou-se que a função do serviço social se reduz à direção técnica deste equipamento, verificando-se que a intervenção realizada junto das crianças e das suas famílias se apresenta muito reduzida, limitando-se à resolução de problemas pontuais e encaminhamento de situações de risco para as entidades competentes.

Palavra-chave: Creche; desenvolvimento infantil; intervenção precoce

Abstract

The present investigation has as main objective the influence of an undeveloped daycare center of the child.

What he was looking for was on the one hand to know the operation of a nursery and another, to be sought next to the country of the children who integrated the kindergarten of the same locality, what is his perception of the effect that after the frequency in the nursery, or in case of frequency no, which the inherent motives.

For this purpose, a case study was carried out in a day-care center in the municipality of Arganil, using different actors, namely the parents, kindergarten teachers of the locality, and the day care social worker. Data collection techniques were used to collect data, a questionnaire survey that included thirty-eight parents, three interviews, and documentary analysis.

Through this case study, we verified that the effect of the day care center is on the level of socialization, rule acquisition and autonomy. Regarding the reasons for not inserting the child in day care, the parents mention the existence of family support to keep this care.

Survive the work of greater state attention at the level of the subsidized vacancies, so that this is a universal response and allows the identification of problems in the development of the child.

At the same time, it was found that a function for social service has a capability of this entity, and that it is verified that there is a risk to the competent authorities.

Keyword: Day care; child development; early intervention

Índice

Introdução	1
I Parte – Enquadramento da problemática	6
1. As etapas de desenvolvimento da criança e a influência do seu contexto	6
1.1. Desenvolvimento da criança até aos 18 meses	7
1.2. Desenvolvimento da criança dos 18 meses aos 3 anos	10
2.Contextualização da resposta social de apoio à infância	11
2.1. Definição de creche	11
2.2. Evolução histórica do conceito da creche	13
2.3.Aumento da procura e oferta da resposta creche: evidências estatísticas	15
3. Creche: O fator qualidade como determinante na prestação de cuidados	17
3.1. O tamanho do grupo de crianças e rácio crianças por adulto	20
3.2. O currículo pedagógico	21
3.3. As infraestruturas e materiais existentes	23
3.4. A qualificação e competência dos profissionais	25
3.5. A qualidade das interações família – creche	27
4. Consequências do processo inicial de “adaptação”	29
5. A perceção dos pais sobre a creche: Razões da escolha e critérios na seleção da creche	33
II Parte: Metodologia de Investigação	35
1.Etapas do procedimento científico	35
1.1.Problema Cientifico e objetivos	38
2.Técnicas de recolha de dados	41
III Parte: Apresentação e análise dos dados	47

1.Impacto da creche no desenvolvimento da criança	47
1.1.Funcionamento e organização da creche	47
1.2. Percepção sobre a creche	55
2. Motivos para a inserção ou não inserção da criança em creche	64
2.1. Frequência da creche e período de integração	64
2.2. Caracterização do agregado familiar da criança	66
A Intervenção em creche: função do assistente social	72
Conclusão	76
Referências Bibliográficas	81
Anexos	84
Anexo 1 - Guião de Entrevista – Assistente social da creche	85
Anexo 2 – Guião Entrevista às educadoras do jardim-de-infância	87
Anexo 3 - Inquérito aos pais	88
Anexo 4 - Conceitos e indicadores de avaliação	102

Índice de Figuras

Figura 1- Etapas do procedimento científico	36
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1-Distribuição territorial da resposta social creche por concelho – 2016 ...	16
Gráfico 2 - Postura dos profissionais na relação com a família	51
Gráfico 3 - Postura dos profissionais com a criança	52
Gráfico 4- Perceção sobre a função da creche	55
Gráfico 5- Preferência entre cuidados prestados por familiares e creche	56
Gráfico 6- Perceção sobre a possibilidade dos avós prestarem os cuidados	58
Gráfico 7- Cuidados prestados pela Creche versus Cuidados prestados por Familiares	58
Gráfico 8- Procedimentos adotados pelos profissionais no processo de adaptação ...	61
Gráfico 9 - Reação da criança quando chegava à creche	62
Gráfico 10- Principais atividades desenvolvidas pelas crianças na creche	63
Gráfico 11- Integração das crianças em creche	64
Gráfico 12- Motivo para não integração em creche	65
Gráfico 12- Período de integração em creche	65
Gráfico 14- Estado Civil dos pais	66
Gráfico 15- Grau de escolaridade dos pais	67
Gráfico 16- Situação profissional dos pais	67
Gráfico 17- Rendimento mensal do agregado familiar	68
Gráfico 18- Avaliação dos pais sobre as diferenças entre creche e jardim-de-infância	69
Gráfico 19- Comparação das diferenças entre creche e jardim-de-infância	70
Gráfico 20- Perceção sobre os motivos inerentes às diferentes práticas e organização da creche e jardim-de-infância	71
Gráfico 21- Opinião dos pais sobre a importância do assistente social na creche	74

INTRODUÇÃO

As alterações sociais e a integração da mulher no mercado de trabalho vieram responsabilizar o Estado por assegurar os cuidados na infância, deixando de ser função exclusiva da família, e mais concretamente da mãe, e passando a ser assumida por outras respostas na comunidade, como é o exemplo da creche.

Estas respostas têm merecido nos últimos anos um maior destaque, quer ao nível das políticas, quer no que respeita ao número de regulamentações e guiões de intervenção desenvolvidos, que têm como objetivo criar um serviço de qualidade, que vise a satisfação do interesse da criança.

Foram identificados como objetivos a serem implementados por diferentes países ao nível dos cuidados e educação na primeira infância: a universalidade dos serviços, o reforço da qualidade dos equipamentos, a coordenação e coerência dos serviços e políticas, a procura de estratégias para um investimento nesta área, o aumento da qualificação e das condições de emprego, a criação de uma pedagogia adequada, e a parceria entre a família e os equipamentos de cuidados à infância (OCDE, 2001).

Debruçar-nos sobre os efeitos dos cuidados não parentais em crianças dos zero aos três anos, implica conhecer a sua etapa de desenvolvimento, para assim compreender quais as características e necessidades desta faixa etária.

Nesse sentido, no ponto um do primeiro capítulo é feita alusão às diferentes perspetivas teóricas que procuram explicar as características que constituem o desenvolvimento infantil até aos três anos. No entanto, antes dessa abordagem torna-se fundamental compreender o conceito de desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano consiste num conjunto de mudanças positivas que ocorrem ao longo da vida do indivíduo. Considera-se uma mudança de desenvolvimento sempre que essa mudança ocorra de forma sistemática e adaptativa, podendo adquirir diferentes trajetórias e não ser definitiva (Papalia, 2001).

Estas mudanças podem ser de dois tipos: qualitativas e quantitativas. As primeiras dizem respeito às mudanças ao nível da organização ou estrutura, como por exemplo a criança começar a andar e a comunicar. A mudança quantitativa diz respeito a questões numéricas, por exemplo à altura, frequência de comunicação ou peso (Papalia, 2001).

O desenvolvimento infantil torna-se complexo, na medida em que ocorre simultaneamente em diferentes aspectos: cognitivo, físico e psicossocial. O desenvolvimento psicossocial consiste na junção do desenvolvimento da personalidade, ou seja, no modo da pessoa reagir, comportar e sentir, e no desenvolvimento social ou seja na capacidade de relacionar-se com os outros.

Os diferentes componentes do desenvolvimento ocorrem em simultâneo e influenciam-se mutuamente. Assim, por exemplo a rede de suporte pode contribuir para que a criança lide com problemas de *stress*, com repercussões ao nível da saúde mental e física, e por sua vez, a sua capacidade física e cognitiva potenciam a sua auto estima, podendo igualmente influenciar a sua integração social (Papalia, 2001).

O desenvolvimento ocorre de forma semelhante para todos os indivíduos, no entanto existem diferenças que caracterizam cada um e que estabelecem a sua individualidade. Existem influências normativas, que ocorrem de forma idêntica para todos os indivíduos, por exemplo ao nível da idade e da história, e influências não normativas que correspondem a situações que ocorrem de forma individualizada, e que podem afetar de forma positiva ou negativa o desenvolvimento da criança, por exemplo falecimento do pai, ou ganhar uma bolsa de estudo (Papalia, 2001).

Existem dois tipos de influência no desenvolvimento, nomeadamente a hereditariedade, ou seja as condições genéticas transmitidas pelos pais, e o contexto em que a criança se encontra inserida.

Ao nível do contexto diferentes variáveis têm influência, nomeadamente a família, o contexto económico, o grupo étnico e a cultura (Papalia, 2001).

A influência do contexto no desenvolvimento é uma evidência descrita por diferentes autores, nomeadamente por Bronfenbrenner (1979) na abordagem ecológica do desenvolvimento.

De acordo com este autor, para se avaliar o desenvolvimento da criança deve-se considerar o seu contexto de desenvolvimento, nomeadamente os diferentes ambientes em que esta se insere.

Bronfenbrenner (1979) identifica cinco níveis de ambiente: o microssistema que consiste no contexto familiar, escolar e de vizinhança, onde prevalecem relações com influência interativa. O mesossistema que integra relações entre diferentes microssistemas, ou seja, consiste em relações entre pais e amigos, escola e família. O Exossistema em que há interação de diferentes ambientes, mesmo onde a criança não está integrada, mas que a afeta, por exemplo o emprego dos pais. O Macrossistema que consiste na cultura, no conjunto de

crenças, ideologias políticas e económicas. Por fim, o cronossistema que consiste no tempo, ou seja as mudanças ou estabilidade existente na vida da criança (Papalia, 2001).

É com base nesta perspetiva, de que a criança é influenciada pelos contextos onde se insere, que procurámos, com este trabalho, compreender de que forma a creche influencia o desenvolvimento infantil.

Papalia (2001) refere que durante o processo de desenvolvimento existem períodos “críticos” onde determinadas ocorrências ou a sua ausência tem maior impacto. A privação de certas experiências nestes períodos pode comprometer o desenvolvimento, como por exemplo, a subnutrição após o nascimento poder causar lesões no cérebro.

Não obstante, importa considerar que ao nível do desenvolvimento cognitivo e psicossocial o processo de plasticidade é mais frequente, situação pela qual as experiências psicológicas podem vir a ser revertidas com acontecimentos futuros.

A este respeito, alguns autores referem que é prejudicial para o desenvolvimento de uma vinculação segura, a criança integrar a creche em idades precoces. Mencionam ainda que as crianças que integraram a creche mais de vinte horas por semana tinham maior probabilidade de desenvolver vinculação insegura, serem menos independentes, chorarem mais, e envolverem-se menos em jogos (Belsky e Rovine, 1988; Belsky & Braungart, 1991, citados por Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

Também Varin, Crugnola, Molina e Riopamonti (1996) estudaram que as crianças que integravam a creche apresentavam mais *stress* na separação, dificuldade em reunir com os pais, e dificuldade em lidar com a frustração.

No início do século XXI, verifica-se uma mudança na forma de perceber a creche, surgindo opiniões de que a capacidade da criança estabelecer relações vinculativas e apresentar um desenvolvimento adequado não será comprometida pelo simples facto da criança frequentar a creche, mas sim pela qualidade de relações estabelecidas no contexto de creche e no contexto familiar (Portugal, s.d.).

Egland e Hiester (1995) vão mais longe, mencionando que esta integração pode ter efeitos positivos para o desenvolvimento da criança, quando existe vinculação insegura com a figura materna, na medida em que esta resposta serve de fator protetor e compensatório para relações enfraquecidas entre mãe e filho, quando os cuidados na creche são prestados de forma afetuosa (citados por Portugal, s.d.).

Enquanto os primeiros estudos sobre esta resposta se direccionam para a investigação sobre a influência positiva ou negativa no desenvolvimento da criança, os segundos

preocuparam-se em comparar a qualidade dos serviços prestados pelos diferentes equipamentos.

Assim sendo, embora a integração da criança em creche seja um assunto controverso, não existindo consenso entre investigadores sobre as vantagens e desvantagens da sua integração perante a impossibilidade de permanecer com a família, é necessário pensar sobre os modos como estes espaços devem estar organizados e prestar os cuidados, garantindo a segurança física e emocional das crianças, as suas necessidades de desenvolvimento, bem como os processos de aprendizagem (Coelho, 2004).

Deste modo, a informação documentada sobre a importância que as vivências da primeira infância têm para o desenvolvimento adulto vieram, não só dar relevo à necessidade das famílias apresentarem determinadas condições para garantir o bem-estar e pleno desenvolvimento da criança, mas também dar ênfase à necessidade das respostas sociais de apoio à infância, garantirem serviços de qualidade.

Para que possamos analisar os diferentes aspetos diretamente relacionados com a creche, interessa compreender como se encontra regulamentada, quer ao nível dos seus objetivos e enquadramento legislativo, quer a sua evolução histórica e estatística, conteúdos que serão desenvolvidos no segundo ponto do primeiro capítulo deste trabalho.

A questão da qualidade dos serviços prestados ao nível dos cuidados e educação na primeira infância adquire importância, uma vez que a forma como os mesmos se desenvolvem terá influência ao nível da satisfação das necessidades e desenvolvimento da criança.

Assim, a creche deve cumprir um conjunto de requisitos que foram identificados por diferentes autores, nomeadamente o rácio de profissionais por número de crianças, o currículo, as estruturas e materiais existentes, as capacidades e competências dos profissionais, a relação creche-família. Desta forma, para compreender qual a importância de cada um dos critérios é realizada uma abordagem no ponto três do primeiro capítulo.

Para que a creche contribua favoravelmente para o bem-estar e desenvolvimento da criança é necessário que o processo de adaptação a esta resposta ocorra de forma positiva, para que a criança compreenda a creche como um espaço agradável e de segurança, onde pode depositar confiança e estabelecer relações afetuosas com os profissionais e, para que, deste modo, demonstre motivação em frequentá-la e em participar nas atividades nela desenvolvidas. Assim, por se considerar um processo fundamental e com impacto no desenvolvimento da criança é feita uma abordagem sobre a adaptação da criança no ponto quatro da primeira parte.

Para finalizar a primeira parte, relativa à contextualização da problemática, é realizada uma análise às razões e critérios tidos em ponderação pelos pais aquando à escolha da creche

para prestar os serviços e cuidados aos seus filhos. A integração das crianças nesta resposta depende na maioria das vezes, da vontade ou necessidade dos pais, e sendo este trabalho também realizado com base na percepção dos pais, considerámos importante refletir sobre o que já foi estudado sobre este aspeto.

A segunda parte deste trabalho debruça-se sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento da parte empírica. Numa primeira fase importa compreender quais os passos a serem executados aquando ao desenvolvimento de uma investigação de carácter científico, adquirindo neste processo particular importância a definição da “pergunta de partida”, uma vez que é a partir desta questão que todo o trabalho é desenvolvido.

A escolha deste tema ocorre, conforme explanado neste capítulo, pela compreensão de que a intervenção precoce adquire particular importância na identificação de possíveis problemas no desenvolvimento da criança. Nesse sentido, é necessário compreender o efeito da creche para que se possa desenvolver uma intervenção que procure minimizar a ocorrência de problemas nesta idade e paralelamente apostar num serviço de qualidade.

Considerou-se que o desenvolvimento de um estudo de caso seria a metodologia que melhor se enquadrava nesta investigação, sendo, para o efeito, contextualizada a população alvo deste estudo, bem como, descritas as técnicas de recolha de informação utilizadas.

No que diz respeito à terceira parte, esta debruça-se sobre a análise da informação recolhida, fazendo uma exposição sobre a informação de acordo com os diferentes objetivos da investigação, recorrendo à análise da percepção dos pais, da assistente social, e das educadoras do jardim-de-infância, bem como à análise de documentação interna.

A exposição e análise dos dados recolhidos termina com a reflexão sobre o papel do serviço social na creche, enquanto principal ator na sinalização de situações de risco, no acompanhamento social e na promoção de capacidades e competências.

I PARTE – PROBLEMÁTICA TEÓRICA

1. As etapas de desenvolvimento da criança e a influência do seu contexto

A infância é caracterizada por rápidas mudanças em diferentes esferas do desenvolvimento, nomeadamente motoras, afetivas, sociais e cognitivas.

As experiências e interações sociais que a criança estabelece nos primeiros anos de vida são decisivas e cruciais para o seu futuro desenvolvimento. Deste modo, o processo de aprendizagem é também influenciado pelos primeiros anos de vida, na medida em que todas as experiências vivenciadas pela criança, e às quais atribui sentido, são fontes de conhecimento. Este processo de aprendizagem é fortemente influenciado e condicionado pela qualidade dos cuidados que a criança recebe por parte das suas figuras de referência (Portugal, s.d.).

A criança nos primeiros anos de vida necessita de estabelecer relações de vinculação com as pessoas que a rodeiam, na qual a figura materna adquire particular destaque. Esta interação criança-adulto realizada de forma afetuosa durante os cuidados de “rotina”, tais como na muda da fralda, e na amamentação, deve transmitir à criança segurança, conforto e estabilidade emocional.

Giddens (2004) define socialização primária como o processo através do qual a criança aprende o modo de vida da sociedade onde se encontra inserida. Trata-se de um processo de aprendizagem que permite a sua integração social na medida em que, ao aprender os modelos culturais vigentes e adotá-los como seus se torna, gradualmente, um ser social, auto consciente. Todavia, esta aprendizagem não ocorre de forma passiva, desde o nascimento que a criança reage, de forma ativa, às influências do meio envolvente. Ao longo deste período são aprendidos e interiorizados elementos tão determinantes como as normas e valores da sociedade, a linguagem, a moral e os modelos de comportamento - alicerces de aprendizagens posteriores (Giddens, 2004).

Durante os primeiros anos de vida e através do processo de socialização primária, as crianças constroem as bases de suporte, sólido ou frágil, determinantes na formação da sua identidade. A primeira infância constitui, assim, uma fase de especial importância no processo de

desenvolvimento da criança onde as relações afetivas estabelecidas com as figuras de vinculação, essencialmente os progenitores, assumem um papel fundamental (Lima, 2000).

Enquanto agente de socialização, a família surge como a principal responsável pela transmissão à criança dos padrões culturais da sociedade na qual se encontra inserida. Este grupo social, apesar de todas as mudanças que tem vindo a sofrer na sua estrutura e função, continua a ter uma influência determinante no desenvolvimento psicoafectivo e comportamental de qualquer criança (Cansado, 2008).

O seio familiar é o espaço onde se espera que a criança encontre um ambiente seguro, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas de afeto e proteção. Através da transmissão dos valores, das normas e das experiências vividas no seu interior, este grupo social influencia o modo como a criança se desenvolve e adquire as competências necessárias à adaptação à vida autónoma aquando adulto (Mendes & Sani, 2014). A forma como esta transmissão ocorre - processo de socialização - determina a conduta futura do indivíduo.

Todavia, a necessidade de procurar respostas para assegurarem os cuidados às crianças durante o período de ausência dos pais levou a que a responsabilidade neste processo de socialização primária não seja exclusiva da família.

Deste modo, quando a criança integra a creche, a responsabilidade neste processo de socialização primária passa a ser também dos profissionais desta resposta. As relações estabelecidas com os profissionais da creche irão determinar a adaptação da criança a este contexto, e por sua vez, influenciarão o efeito que a frequência deste espaço terá no seu desenvolvimento.

Vários autores analisaram o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida, nomeadamente nos três primeiros, e o seu impacto nas relações, atitudes e personalidade futuras das crianças (Portugal, s.d.). Importa compreender o seu processo de desenvolvimento, para que possamos posteriormente analisar os efeitos que os cuidados prestados, quer no contexto familiar, quer no contexto de creche, têm na criança, bem como refletir nos cuidados que devem ser promovidos.

1.1. Desenvolvimento da criança até aos 18 meses

Relativamente ao desenvolvimento da personalidade da criança, Erikson (1968) na Teoria do Desenvolvimento Psicossocial faz referência à primeira crise “confiança/desconfiança”. Nesta fase a existência de previsibilidade e segurança, são condições importantes para estabelecer uma vinculação segura, pois permitem à criança

sentir-se confiante e competente para explorar o espaço, ao verificar a presença de um olhar atento e afetuoso dos pais.

Esta confiança desenvolve-se quando a criança compreende que caso a figura de vinculação se afaste por alguns momentos, ela irá regressar, conferindo-lhe, simultaneamente, confiança na figura de vinculação, e em si própria para realizar as explorações, pois reconhece que esta figura se encontra vigilante, constituindo-se uma base segura (Erikson, 1968).

A existência de confiança por parte da criança é possível de avaliar, por exemplo, pela capacidade de dormir e comer de forma pacífica, confiança que depende da qualidade e credibilidade dos cuidados prestados.

Se os cuidadores, como a figura de vinculação, apresentarem-se indisponíveis e/ou emocionalmente inconsistentes podem potenciar a desconfiança da criança.

No que respeita à vinculação, Ainsworth & Wittig (1969) menciona que existem três tipos de vinculação: a criança com vinculação do tipo segura, que chora na ausência da mãe, sendo que na sua presença, fica calma procurando o contacto físico. Este tipo de criança consegue manter uma interação com pessoas desconhecidas na presença da figura de vinculação, e capacidade de explorar o meio.

Quando a criança estabelece uma relação de vinculação evitante, a presença ou ausência da figura de referência é indiferente para a criança, sendo facilmente confortada pelos desconhecidos. Estas crianças têm dificuldade em se aproximar da figura de referência, fazendo essa aproximação de forma hesitante. São normalmente crianças autónomas desde cedo, pois aprenderam a conter a necessidade de exprimir os sentimentos para com a figura de vinculação (Ainsworth & Wittig, 1969).

Por fim, a vinculação do tipo ambivalente está presente quando a criança apresenta comportamentos alternados de aproximação e afastamento da figura de vinculação, mostrando-se insegura e ansiosa na presença da mãe e perturbada na sua ausência (Ainsworth & Wittig, 1969).

Quando a criança desenvolveu uma vinculação segura é expectável que existam benefícios para o seu desenvolvimento, sendo comum nas crianças que apresentam este tipo de vinculação a maior capacidade de interagir socialmente. Por outro lado, quando a vinculação é insegura verificam-se mais limitações sociais por parte das crianças (Bowlby, 1951, citado por Portugal, s.d.).

Ao nível do desenvolvimento psicológico, Freud através da Teoria Psicanalítica, menciona que o desenvolvimento ocorre através de diversas fases, sendo referência para este trabalho as duas primeiras. A “fase oral” que ocorre entre o nascimento e os dezoito meses,

onde a sua satisfação se concentra nas atividades relacionadas com a boca, pelo qual as tarefas de comer, chupar lhe dão prazer (citado por Fadiman & Frager, 2002).

Durante este período, a criança estabelece formas de superar as suas frustrações sendo que, em situações que se verifique a insuficiência deste prazer, o sentimento de frustração poderá ter impacto ao nível da sua personalidade, com características e comportamentos de pessimismo ou a ansiedade. Por outro lado, o excesso de prazer pode levar a uma fixação, que não permita à criança avançar para outras fases, e para novas formas de prazer, levando ao seu retrocesso.

Relativamente à socialização na infância, Parsons e Bales (1955), autores da teoria da socialização, debruçaram-se sobre a importância do processo de socialização durante esta idade, identificando-lhe essencialmente quatro funções: estabilidade normativa, integração, persecução de objetivos e adaptação. Estas funções vão-se desenvolvendo ao longo dos estádios de desenvolvimentos identificados por Freud, importando para este trabalho debruçar-nos sobre as duas primeiras (citados por Dubar, 2005).

A estabilidade normativa ocorre até a criança obter um ano e meio, ou seja, aquando à identificação primária, na relação do bebé com a mãe (estádio oral), quando a criança passa da permissibilidade, onde não há regras, para as primeiras proibições. Nesta fase há o primeiro reconhecimento das normas e dos valores que definem a sua ação, de acordo com o que a mãe e o pai permitem ou proíbem fazer, a criança passa a modelar as atitudes de acordo com as sanções (Dubar, 2005).

Esta função de estabilidade normativa surge em primeiro lugar, como forma de assegurar a persecução e estabilidade das normas e valores, para que a criança os reconheça e interiorize. Este papel surge como fundamental para a estruturação do pensamento da criança, na medida em que a orienta e estrutura a forma correta de agir perante os estímulos. Por exemplo a criança aprende a ter alguns horários: para comer, dormir, ir ao wc (Dubar, 2005).

Ao nível cognitivo, a criança encontra-se no estágio sensório-motor definido por Piaget (1967) na Teoria do Desenvolvimento Cognitivo, ou seja a criança tem noção da permanência dos objetos, realiza algumas ações por imitação, idade conhecida por inteligência “prática”, uma vez que, ainda não existem mecanismos de pensamento.

1.2. Desenvolvimento da criança dos 18 meses aos 3 anos

Ao nível psicológico e, de acordo com a teoria Psicossocial de Erikson (1968), é durante estes anos que a criança começa a realizar algumas ações de forma independente, podendo escolher e decidir, e reconhecendo que tem obrigações e limitações.

Ao desenvolver estas ações, consciente das suas responsabilidades, a criança adquire auto controlo, e por sua vez, desenvolve a sua autonomia. Por outro lado, quando há perda do auto controlo a criança sentir-se-á com vergonha (Erikson, 1968).

Se esta etapa for alcançada com sucesso é adquirido um sentimento de segurança por parte da criança, despertando a “vontade”, ou seja, a capacidade de agir intencionalmente dentro das regras. Por outro lado, se esta etapa não for bem-sucedida, por excesso de controlo a criança pode sentir-se na dúvida e insegura nas suas ações.

Para o adequado desenvolvimento da autonomia é necessário que sejam criadas oportunidades para que as crianças seja responsáveis e façam escolhas. Nesta etapa os cuidadores podem promover a afirmação da individualidade da criança, fornecendo várias opções de escolha, bem como orientações, regras e padrões sociais para que a criança opte pelas opções mais adequadas. Fazem parte destas tarefas a escolha de determinados brinquedos, alimentos, roupas e mesmo o controlo das necessidades (Portugal, s.d.).

Embora os cuidadores devam estar atentos e fornecer segurança à criança, estes devem também saber quando devem intervir, de modo a respeitar a necessidade de espaço, permitindo à criança agir e resolver os seus problemas e conflitos. Nesta fase é igualmente importante que os cuidadores sejam compreensivos e tolerantes para que a criança aprenda a lidar com sentimentos como a tristeza e o medo.

Ao nível do desenvolvimento psicológico da criança, de acordo com Freud, dos dezoito meses aos três anos desenvolve-se a “fase anal” em que a criança obtém prazer pela estimulação do ânus, através da expulsão ou retenção das fezes. É a altura em que a criança adquire as regras de higiene, devendo conseguir controlar as suas necessidades e perceber que existem locais adequados para o efeito (citado por Fadiman & Frager, 2002).

Durante o processo de regulação dos impulsos, se houver demasiada exigência e severidade na higiene a criança poderá reprimir as fezes. Situação pela qual Freud considera que pode generalizar-se a outros aspetos, desenvolvendo um caráter “anal retentivo”, nomeadamente uma personalidade caracterizada pela teimosia, egoísmo e obsessão com ordem e limpeza, bem como a comportamentos de hostilidade para com quem a puniu durante o processo de aprendizagem (citado por Fadiman & Frager, 2002).

Ao nível da socialização, Parsons e Bales (1955) fazem referência a que as crianças dos dezoito meses aos seis anos desenvolvem o processo de integração, que ocorre em paralelo ao início do estágio anal e termina com o estágio fálico. Neste processo, a criança passa a reconhecer as diferenças decorrentes do sexo, isto é, aquilo que a menina ou o menino pode fazer. É na fase edipiana, em que a criança reconhece um novo indivíduo, o pai, e em que existe a primeira expansão do universo social (citados por Dubar, 2005).

Nesta fase a criança interioriza ativamente um conjunto de valores essenciais da cultura do grupo, há uma identificação coletiva que permite a função de integração social na base da partilha de normas e valores comuns, por exemplo a criança começa a identificar-se com o grupo de crianças do mesmo sexo e reconhece a sua família (Parsons e Bales, 1955, citados por Dubar, 2005).

Simultaneamente, ao nível cognitivo, a criança já começa a ser capaz de representar objetos e memórias, através de palavras e símbolos, e demonstra capacidade de antecipar ações, isto é, pensar sobre as ações antes das realizar -Estádio pré operatório (Piaget, 1967)

2. Contextualização da resposta social de apoio à infância

2.1. Definição de creche

O Instituto de Segurança Social, organismo que tutela esta resposta, define a creche como uma resposta social destinada ao acolhimento de crianças dos três meses aos três anos, durante o período de ausência dos elementos familiares, mais concretamente durante o horário de trabalho, e tem como funções garantir o bem-estar e desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, da criança em colaboração com a família (ISS, I.P., s.d.).

Mendonça (1997) considera que a creche e a família são espaços onde a criança interage e socializa, sendo a creche um espaço complementar à família, no qual deve permanecer um sentimento de responsabilidade e confiança entre ambas (citado por Graça, 2015).

Existem diferentes concepções da função das instituições destinadas à infância. Podemos identificar três perspetivas: um discurso que considera a creche como uma resposta que visa promover o desenvolvimento da criança a vários níveis, para que esta se encontre preparada para a integração nos próximos ciclos educativos; Um discurso que considera a creche apenas como um meio substituto da família, com características menos propícias ao seu desenvolvimento comparativamente aos cuidados maternos, mas que se consagra pela

crescente necessidade, resultante das alterações socioprofissionais das mulheres; E por fim, o último discurso que considera que a educação de crianças surge não como um direito mas como um negócio, através da expansão da oferta de serviços privados, e o aumento da incapacidade de acesso às famílias (Dias, Correia & Pereira, 2011).

Numa perspetiva positiva sobre a creche, Dalhberg, Moss e Pence, 2003, consideram a frequência deste espaço como uma mais-valia, na medida em que alarga o círculo de relações sociais da criança, tornando-se este mais complexo, com diferentes ambientes e atividades que potenciam um desenvolvimento mais enriquecido (citados por Dias, Correia & Pereira, 2011).

Corroborando esta visão, as definições de Granger (1976) e Rizzo (1988) abordam a creche como um equipamento que além das funções básicas, e fundamentais para a sobrevivência da criança como é o cuidar, alimentar, higienizar, tem também outra componente direcionada para a satisfação de necessidades promotoras de um desenvolvimento integral, nomeadamente ao nível emocional, social e intelectual (citados por Graça, 2015).

Para Portugal (s.d.) a creche é uma oportunidade na educação das crianças tendo em conta as características da atual sociedade, onde o grande desafio é constituir-se uma resposta de qualidade.

Para a concretização destas necessidades, a creche necessita de apresentar determinadas condições que visem prestar estes serviços com a devida qualidade, nomeadamente dispor de profissionais qualificados, um ambiente harmonioso e com materiais que potenciem oportunidades e estímulos adequados ao seu pleno desenvolvimento (Graça, 2015).

Cardoso (2012) apresenta uma definição de creche considerando a existência de duas vertentes: a que considera apenas os aspetos quantitativos, com vista a atingir um resultado, baseando-se em critérios passíveis de serem medidos e avaliados, e a perspetiva que considera não apenas os aspetos quantitativos mas também qualitativos, numa perspetiva sócio construtivista (citado por Assis & Fuertes, s.d.).

Esta perspetiva analisa não apenas os resultados mas o processo, considerando que o contexto da creche é socialmente construído com base na interligação de diferentes fatores, dos quais fazem parte: a oferta pedagógica disponibilizada, as experiências proporcionadas de acordo com a faixa etária e as características das crianças, as relações interpessoais entre crianças e profissionais, e entre profissionais e pais (Cardoso, 2012, citado por Assis & Fuertes, s.d.)

2.2. Evolução histórica do conceito da creche

O aumento da procura e da oferta desta resposta tem vindo a influenciar a forma como é definida, motivo pelo qual o seu papel social tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos.

Aquando ao aparecimento da creche, nas últimas décadas do século passado, era entendimento da maioria da população, que o cuidar das crianças seria uma responsabilidade da família, num círculo restrito e íntimo, principalmente dirigida à figura materna, sendo a creche considerada, por alguns autores, como uma resposta de substituição à família.

Deste modo, verificou-se que a creche, enquanto resposta social à infância, foi sendo descorada pelas políticas públicas, havendo pouco investimento na sua qualidade.

As creches apresentavam, assim, condições precárias, falta de regulamentação e enquadramento legislativo, insuficiência de recursos, com profissionais desqualificados e sem formação. Todos estes fatores contribuíram para a compreensão da creche como uma resposta com grandes défices que perduraram, alguns deles, embora com menor expressão, até à atualidade (Dias, Correia & Pereira, 2011).

Apesar de se manter a perceção de que a creche não seria uma resposta adequada às necessidades emocionais da criança, a compreensão de que esta resposta seria um “mal necessário”, veio a ganhar expressão positiva, aquando à integração da mulher no mercado de trabalho, e aos movimentos feministas, sendo considerado um mecanismo de “libertação” da mulher.

A creche adquire, deste modo, maior ênfase a partir da revolução industrial, no ano de 1890, na sequencia da Conferência de Berlim onde passou a ser obrigatório para as fábricas com mais de meia centena de mulheres estabelecerem creches, onde estas eram compreendidas como uma resposta social de carácter assistencial, que visava substituir a função da mãe, no que respeita ao cuidado e prestação dos serviços básicos durante o período laboral dos pais (Cardona, 1997)

Mais tarde, nos anos 60 a creche passa a ser compreendida como uma vantagem para a promoção de desenvolvimento cognitivo da criança, sendo interpretada como uma resposta compensatória para as famílias com maiores dificuldades socioeconómicas. São nesta altura criadas creches com vista a superar a incapacidade dos pais em prestar os cuidados aos seus filhos.

A mãe deixa de ter, assim, um papel unicamente de cuidar e educar os filhos e passa a desempenhar uma profissão, tendo, para esse efeito, delegado, parcialmente estas funções nos profissionais da creche (Guiddens, 2008, citado por Graça, 2015). O contexto familiar deixa

assim de ser o único meio para criança, que passa a integrar um sistema exterior, organizado e mais abrangente, com pessoas que lhe são estranhas.

Passa a considerar-se, nesta altura, que a creche potencia a conciliação da vida profissional e da vida familiar, contribuindo para a igualdade de género, relativamente à mulher, no mercado de trabalho.

Contrariamente a algumas perspetivas, esta perceção considera que esta resposta social potencia um leque mais variado de relacionamentos para a criança, com outros iguais a si, que não colocam em causa o relacionamento da criança com a família (Dalhberg, Moss e Pence, 2003, citados por Dias, Correia & Pereira, 2011).

Em 1973 são constituídos os “Centros de Bem-Estar Social” que integravam a resposta de creche e jardim-de-infância. Estes centros adquiriam como prioritária a função social, onde se procurava assegurar os serviços de saúde e de higiene com qualidade, sendo descorada a componente educativa. Todavia, nesse mesmo ano foi divulgado um relatório que expressava a necessidade da combinação entre a componente educativa e social (Cardona, 1997).

Após 1974, verificou-se a necessidade de existir um apoio à infância e maternidade que fosse de carácter global, e que se concretizou pelo aumento de estabelecimentos de creche e jardim-de-infância, e o reconhecimento da necessidade de respostas para crianças residentes em contextos desfavorecidos (Bairrão et al, 1997).

Com a criação da rede pública de jardins-de-infância, em 1978, passaram a existir duas redes de cuidados para crianças até aos seis anos, situação que prevalece na atualidade, ou seja, a intervenção com crianças até três anos que é da responsabilidade da Segurança Social e a intervenção das crianças dos três aos seis anos que é do Ministério da Educação (Bairrão et al, 1997).

Nesta época, verificou-se uma mudança na perceção sobre creche, que deixa de ser uma resposta destinada às mulheres com fracas condições socioeconómicas e necessidade de suporte ao nível das competências educativas, passando a ser um direito para todas as mulheres, independentemente da situação económica e profissional.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, e consequentemente o menor tempo disponível para cuidar dos filhos, aliada ao facto da reduzida rede de suporte familiar, decorrente muitas vezes da necessidade de migração para alcance de emprego e de melhores condições de vida, veio responsabilizar o Estado a intervir nesta área, levando à criação de políticas de apoio à infância, nomeadamente a crianças não integradas no sistema de ensino obrigatório, que é o caso da faixa etária compreendida entre os zero e os seis anos (Comité Português para a UNICEF, 2013, citado por Coelho et al, 2015).

Deste modo, um marco fundamental na representação da creche enquanto resposta social destinada à infância foi a criação de legislação de proteção à infância e a consagração dos seus direitos, nomeadamente o direito à educação. A criança passa a ser considerada um cidadão detentor de direitos, passando a responsabilidade de educar a ser, não apenas da família, mas da sociedade, enquanto Estado Social (Dias, Correia & Pereira, 2011).

Também a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, se constituiu uma mais-valia para o reconhecimento da necessidade destes equipamentos (Cardona, 1997).

Com este facto, também a organização das respostas sociais direccionadas para a infância, alteraram, na medida em que se consagraram políticas promotoras de uma educação pública de qualidade e não apenas políticas assistencialistas (Dias, Correia & Pereira, 2011).

Ao nível de enquadramento legislativo, verificamos que em 1996 foram publicados Guiões Técnicos pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade que apresentam as diferentes normas e condições ao nível da implantação, instalações, localização e funcionamento. Posteriormente, em 2005 o Instituto de Segurança Social publicou novas orientações mais concretas de forma a certificar que as creches cumprem os procedimentos necessários para garantir um serviço de qualidade.

Embora se tenha verificado um gradual aumento no investimento do Estado na proteção da infância, através, por exemplo do aumento do número de acordos de cooperação, verifica-se que no que respeita à faixa etária dos zero aos três anos, as políticas ainda não cumprem requisitos de universalidade e de obrigatoriedade, situação que poderá explicar o facto de a creche continuar a ser considerada como uma resposta social prescindível, dispendiosa, onde a responsabilização máxima da proteção da criança continua a ser família (Bondioli e Mantovani, 1998, citados por Dias, Correia & Pereira, 2011)

Deste modo, apesar destes esforços, a proteção na infância dos zero aos três anos continua a não ter grande total reconhecimento social em Portugal, havendo uma discrepância entre o que se encontra legislado, o direito à educação e proteção na infância, e as condições de acesso proporcionadas às famílias.

2.3. Aumento da procura e oferta da resposta creche: evidências estatísticas

Segundo dados da Organization for Economic Cooperation and Development [OECD] (2011) tem vindo a aumentar o número de situações em que mãe e pai se encontram empregados a tempo inteiro, sendo a percentagem, à data do estudo, superior a 60% (citada por Coelho et al, 2015).

De acordo com a Carta Social de 2016 tem-se verificado um aumento gradual da oferta da resposta social creche, nos últimos quinze anos, aumento esse com uma percentagem de 70%, passando de 1619 creches no ano de 2000 para o total de 2674 creches no ano de 2016, o que corresponde a mais de mil novas respostas (Gabinete de Estratégia e Planeamento [GEP], 2016).

A mesma fonte faz referência relativamente à natureza jurídica da entidade proprietária, verificando-se uma prevalência das creches de entidades não lucrativas (74%) em detrimento das creches de entidades lucrativas (26%).

No que respeita à capacidade destes equipamentos sociais verificamos, paralelamente, um aumento das vagas disponíveis, sendo que em 2016 ultrapassou os 118 000 vagas. Valor bastante superior ao ano 2000, que apresenta 57 158. Importa ainda referir que se verificou um aumento do número de vagas participadas pelo Estado, através dos acordos de cooperação, correspondente a 63% das vagas disponíveis (GEP, 2016).

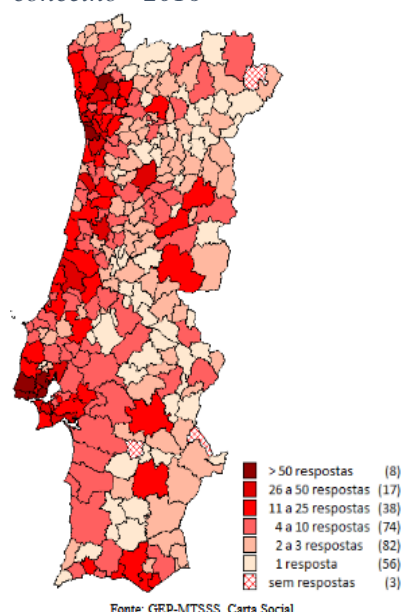
Através destes dados, é possível afirmar que existe uma progressiva preocupação do Estado em apoiar as famílias mais carenciadas na integração de crianças nestes equipamentos sociais, promovendo assim uma melhoria de acesso, e consequentemente, uma procura de igualdade de acesso a estes equipamentos.

Também ao nível da distribuição geográfica desta resposta observa-se um aumento de abrangência, verificando-se que em 2016 a grande maioria dos concelhos do país, no total de 275, disponham de pelo menos um equipamento social – creche, sendo que 137 concelhos apresentavam uma taxa de cobertura superior a três creches.

Não obstante ao progresso da sua abrangência, verificamos, ainda, uma grande disparidade geográfica no que respeita a esta distribuição, havendo uma menor cobertura nas regiões centro do país, comparativamente à região litoral e aos centros metropolitanos (GEP, 2016).

Estes valores são possíveis de ser compreendidos pela migração da população para as zonas metropolitanas e litorais e, consequentemente uma desertificação do interior do país. Contudo, esta disparidade de resposta não deixa de inviabilizar a fixação de população jovem pela escassez de escolha relativamente a estes equipamentos.

Gráfico 1 -Distribuição territorial da resposta social creche por concelho - 2016



De acordo com esta fonte, no que respeita ao concelho de Arganil, no qual se desenvolve o presente estudo, verificamos que existe uma cobertura de três creches.

Relativamente à ocupação das respostas à primeira infância, se por um lado, se verificou com a integração da mulher no mercado de trabalho um aumento da sua oferta e, paralelamente o aumento da sua capacidade.

Por outro lado, observam-se dados inversos, relativos à taxa de frequência destes equipamentos entre 2000 e 2015, que se concretiza numa diminuição da procura destas respostas, que volta a inverter em 2016 com um novo aumento da procura (GEP, 2016).

Podemos atribuir como fatores explicativos desta diminuição, da procura de creche, à diminuição da taxa de natalidade, fruto da crise económica e o aumento do desemprego que afetou fortemente a capacidade económica das famílias para recorrerem a estes serviços.

No que concerne aos horários praticados pelas creches, verificamos uma melhoria no sentido de corresponder às necessidades das famílias, tendo sido alargados, para esse efeito, os horários de funcionamento quer no período da manhã, quer no período da tarde.

3. Creche: O fator qualidade como determinante na prestação de cuidados

Se alguns autores consideram que a criança deve permanecer com a mãe durante os primeiros anos de vida de forma a garantir uma vinculação segura. Outros consideram que a mãe por se dedicar inteiramente ao cuidado do filho, havendo uma rutura com o contexto de trabalho, pode sentir-se insatisfeita por não estar profissionalmente realizada (Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitória 2008, citado por Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

Embora entendida como um “mal necessário”, a creche enquanto serviço de qualidade já não é atualmente encarada como uma resposta que prejudica a relação afetiva estabelecida entre a criança e a mãe.

Debruçar-se sobre o trabalho desenvolvido na creche, bem como a sua influência no desenvolvimento da criança, implica analisar o conceito de qualidade relativamente aos serviços prestados por esta resposta social.

Assim, a frequência de espaços de educação não formal, por parte da criança, pode ter maior ou menor influência positiva dependendo da qualidade existente, podendo a mesma ser considerada benéfica e compensatória em determinadas situações, e noutras potencialmente desvantajosa (Parada, Velosa, Ribeiro & Seabra, 2008; McCartney, 2004;Howes, 2003).

De acordo com McCartney (2004) a qualidade dos serviços prestados na primeira infância, nomeadamente em creche, tem influência em diferentes esferas da vida da criança, quer ao nível cognitivo, quer ao nível da aquisição de competências sociais. Esta situação é possível de verificar através de investigações realizadas, onde as crianças integradas em creches com qualidade superior apresentavam melhores resultados ao nível do desempenho, do desenvolvimento da linguagem, e menores problemas ao nível do comportamento.

Este efeito positivo da creche, enquanto serviço de qualidade, é também verificado em famílias em situação de risco e vulnerabilidade, na medida em que se constituem como um suporte que permite apoiar no desenvolvimento da criança, melhorando o seu desempenho (McCartney, 2004).

Por outro lado, a fraca qualidade da creche tem efeitos menos positivos ou mesmo negativos ao nível da vinculação mãe-filho, na aprendizagem da linguagem, no desenvolvimento cognitivo e no desenvolvimento social (Portugal, s.d.).

De acordo com um estudo comparativo realizado por Howes (1990) que analisou crianças que frequentaram creches de boa e de má qualidade, verificou-se que as crianças que estiveram inseridas em creches com menor qualidade apresentavam menos capacidade de interagir com os pares, mais distração e menos capacidade de realizar tarefas (citado por Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

Quando estes espaços não cumprem os requisitos de qualidade, e se verifica, por exemplo, um número elevado de crianças, o facto destas permanecerem em contacto a maioria do tempo, pode promover a propagação doenças e viroses (Parada, Velosa, Ribeiro & Seabra, 2008).

Lordelo (1997) menciona a importância de garantir certas condições, evitando a prestação de serviços de má qualidade. São considerados indicadores de uma resposta de baixa qualidade: a incapacidade de responder com eficiência às necessidades da criança, a existência de poucos profissionais para o número de crianças, e a instabilidade na relação criança – adulto, derivada da rotatividade das equipas (citado por Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

Todavia, quanto maior for a qualidade da creche, mais recursos são necessários, e consequentemente maior será o custo para usufruir desta resposta. De acordo com diferentes estudos realizados sabe-se que as famílias com melhores condições económicas procuram respostas ao nível da infância de qualidade superior.

Assim, as famílias que não possuem capacidade económica para escolher uma creche com qualidade superior, ficam dependentes dos serviços existentes, correndo o risco de este espaço não se constituir uma mais-valia.

O conceito de qualidade na creche é avaliado em dois sentidos: a sua eficácia e a sua estrutura global. Relativamente à eficácia, poderemos considerar os efeitos que a creche tem no desenvolvimento da criança, tendo em conta as experiências efetivas de interação entre crianças, e da criança com os adultos, bem com a participação das atividades desenvolvidas. No que respeita à avaliação da estrutura global, podem ser consideradas as questões da dimensão de grupos, a qualificação e competência dos profissionais, bem como o rácio de número de profissionais por número de crianças (Whitebook, Howes & Phillips, 1990, Coelho, 2004).

Por ser um espaço onde a criança se encontra grande parte do tempo deve apresentar um conjunto de características que permitam um desenvolvimento físico adequado, bem como corresponda às suas necessidades afetivas e cognitivas (Davidson & Maguin, 1983, citados por Graça, 2015).

Baseada numa análise mais aprofundada, Sylva (1996), considera que existem outras dimensões a serem tidas em conta, além dos resultados verificados, quando avaliamos a creche, tais como: a relevância, aceitabilidade, equidade e acessibilidade (citada por Coelho, 2004).

Quando analisamos estes parâmetros, alguns autores, tais como Melhuish & Moss, 1991; Moss, 1996; Katz, 1998; Zabalza, 1998; Woodhead, 1999, consideram que a qualidade da creche é subjetiva dependendo, por exemplo, do contexto social e ambiente educativo onde a criança se integra (citados por Coelho, 2004).

São consideradas boas práticas nos equipamentos creche a existência de procedimentos de informação às famílias sobre o quotidiano da criança, devendo ser assegurada a privacidade dos dados de cada criança; a informação deve ser transmitida com regularidade e sempre que se justifique; as famílias devem ser convidadas a participar nas atividades desenvolvidas pela creche; deve haver uma apresentação aos familiares dos profissionais sempre que exista uma alteração (ISS, I.P., s.d.).

Para Parada, Velosa, Ribeiro & Seabra (2008) para que a creche tenha qualidade é necessário existirem um conjunto de características tais como a existência de relações de proximidade, afetuosas e de um contexto estimulante. Para que estes pressupostos sejam concretizados são necessários recursos a diferentes níveis, quer materiais quer humanos.

Observamos que o conceito de qualidade é complexo e multidimensional, necessitando e uma abordagem mais pormenorizada que importa explorar neste trabalho. Assim, e de acordo com diversos estudos¹, o conceito de qualidade aplicado à creche depende de um conjunto de fatores de diferentes naturezas, que iremos analisar de seguida.

3.1. O tamanho do grupo de crianças e rácio crianças por adulto

O tamanho do grupo, quer se apresente na forma de turma, quer seja a totalidade das crianças que frequentam a creche, associado ao número de crianças por profissional são dois fatores importantes e interdependentes. Nesta fase de desenvolvimento, a criança ainda se encontra muito dependente do adulto, sendo a autonomia ainda muito reduzida ou mesmo nula. Tendo em conta esta dependência, esta faixa etária necessita de atenção redobrada de modo a satisfazer as suas necessidades e segurança.

De acordo com um estudo realizado por Howes (1990) nas creches que apresentavam qualidade alta existia um rácio adulto-criança pequeno, em que as crianças até dois anos tinham um cuidador por quatro crianças, sendo que as mais velhas tinham um cuidador para seis ou sete. Por sua vez, nas instituições de baixa qualidade este rácio variava de seis a doze crianças com menos de um ano por cuidador, e dez a quinze crianças com mais de um ano por cada cuidador (Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

Assim sendo, quanto menor for o grupo de crianças, maior é a eficácia do profissional em responder às necessidades, permitindo ao adulto realizar um trabalho mais individualizado e com mais possibilidades de estimulação, por dispor de mais tempo para cada criança.

Paralelamente, esta maior disponibilidade de apoio individualizado permite estabelecer uma relação de maior proximidade, criar uma relação de confiança e empatia que permita ao profissional compreender os anseios e comportamentos da criança, conseguindo captar a sua atenção, facilitar a sua cooperação e aumentar a sua sociabilidade, diminuindo simultaneamente a sua agressividade (Vandell e Wolfe, 2000, citados por Coelho, 2004).

Este menor número de crianças permite ao profissional perder tempo a controlar a agitação e apatia das crianças, reduzindo os conflitos e a distração, causados, muitas vezes pela incapacidade dos profissionais prestarem atenção.

¹ (Aguiar, 2006; Bairrão, 1992, 1999, 2001; Burchinal et al., 2002; Early et al., 2007; NICHD Early Child Care Research Network, 2005; Levental et al., 2000; Mckey, et al., 1985; Vasconcelos, 2008; Peisner-Feinberg et al., 2001; Portugal; 2011; Yoshikawa, 1994; Zigler, 1987 citados por Assis & Fuertes, s.d).

Acresce como vantagem da reduzida dimensão do grupo, o facto de permitir às famílias conhecerem-se mais facilmente e interagirem (Portugal, s.d.).

3.2. O currículo pedagógico

O trabalho realizado em creche implica a existência de conhecimentos e competências específicas por parte dos profissionais, que se concretiza através de uma planificação adequada. É fundamental estabelecer rotinas diárias organizadas de acordo com a planificação, mas deve igualmente existir flexibilidade na sua aplicação, de modo a ter em conta a especificidade e ritmo de cada criança. A existência de rotina permite à criança adquirir a noção de tempo e espaço (Portugal, s.d.).

O currículo deve ser composto tendo em conta todas as componentes de desenvolvimento da criança, potenciando um desenvolvimento integral, sempre em interligação com a criança, a família e a comunidade no sentido de conhecer os seus interesses e aspirações (Coelho, 2004).

As pedagogias utilizadas devem potenciar o estabelecimento de relações interpessoais e experiências positivas, de forma a permitir à criança construir significações e a sua identidade (Portugal, s.d.).

O currículo deve ser individualizado tendo em conta a especificidade de cada criança, evitando currículos estandardizados que em nada contribuem para as reais necessidades.

De acordo com a CNE (2008) a creche não tem apenas uma responsabilidade de assistência, mas tem uma responsabilidade educativa, de potenciar condições para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças (citada por Portugal, s.d.).

Quando nos referimos à componente educativa das crianças nesta faixa etária, dos 0 aos 3 anos, a sua intenção distingue-se fortemente da componente educativa presente já no jardim-de-infância, dos 3 aos 5 anos. Esta perceção é compreensível devido às diferentes fases de desenvolvimento que a criança vivencia, com diferentes necessidades e especificidades.

O papel dos profissionais não se prende com forçar a aprendizagem ou o desenvolvimento de determinadas competências, mas antes garantir pressupostos que promovam e potenciem o seu desenvolvimento (Portugal, 2000; 2002, citada por Portugal, s.d.).

São considerados como pressupostos: a existência de confiança, nas diferentes ações em que a criança se encontra inserida, apresentando uma visão otimista sobre o sucesso das suas ações; a curiosidade em conhecer e experimentar novas coisas; a intencionalidade nas suas

ações, ou seja, capacidade de atuar com persistência sobre algum objetivo, conjugado com sentimentos de competência e eficácia; o autocontrole nos seus comportamentos, de acordo com a sua idade; o estabelecimento de relações com os outros, num contexto de compreensão mútua; a capacidade de comunicar de forma a partilhar ideias e sentimentos com os outros e a cooperação com os outros, no sentido de articulação das necessidades individuais com as necessidades dos outros e do grupo (Zero to Three – National Center for Infants, Toddlers and Families, 1992, citada por Portugal, s.d.).

Um projeto educativo com qualidade pressupõe a existência de diferentes componentes na relação com a criança, nomeadamente a existência de relações próximas e de qualidade com profissionais e colegas, que por um lado permita estabelecer uma relação com os profissionais pautada pela confiança e em que estes apresentem disponibilidade para apoiar nestas atividades de exploração, e por outra, que permita desenvolver a sua capacidade de comunicação e interação social, a existência de liberdade para explorar e experimentar diversas atividades recorrendo à brincadeira e jogos, e um ambiente com segurança (Portugal, 2000, citada por Portugal, s.d.).

Apesar da compreensão de que esta fase da vida da criança é determinante no seu desenvolvimento, os equipamentos que prestam apoio à infância apresentam-se pouco eficazes, resultado do pouco investimento do Estado nesta resposta social.

O período destinado à brincadeira adquire um papel central no projeto educativo da creche, devendo ser valorizado, na medida em que permite a exploração de diferentes materiais, que potenciam aprendizagens a nível global.

Algumas ações, embora consideradas simples, que implicam observar, repetir, imitar, como por exemplo, pôr e tirar, encher e esvaziar, permitem à criança criar as primeiras noções de quantidade, de movimento e de tempo e aprender a realizar sequências, repetições que permitam a resolução de certos problemas (Post & Hohmann, 2003, citados por Coelho & Tadeu, s.d.).

A brincadeira permite à criança começar a controlar o seu comportamento, criar novas formas de agir e pensar, permite o treino da atenção e concentração, bem como desenvolve a motivação e persistência (Pimentel, 2007, citado por Coelho & Tadeu, s.d.; Pinto, Barros, Aguiar, Pessanha e Bairrão, 2006 citados por Dias & Correia, 2012).

A criança através da brincadeira sente satisfação, prazer e desafio, independentemente da forma como a mesma se apresente, seja esta organizada ou desarrumada, exigindo mais esforço ou menor. Por sua vez, permite-lhe a descoberta de si própria e do contexto.

Este período de brincadeira constitui-se uma ferramenta crucial para que os profissionais observem os comportamentos das crianças, relativamente aos seus interesses, necessidades e traços de personalidade. A sua intervenção tem um papel decisivo em apoiar a criança no seu “desejo” em explorar (Post & Hohmann, 2003, citados por Coelho & Tadeu, s.d.).

Embora seja reconhecida a importância de brincar, por vezes esta é menosprezada pelos profissionais, havendo principal enfoque na aquisição de aprendizagens de forma de rígida e formal, porém estas duas pedagogias devem ser entendidas numa lógica de complementaridade.

Neste processo, as crianças devem aprender a socializar, interagindo com crianças da sua idade, onde possam desenvolver brincadeiras que impliquem a cooperação, o respeito pelos outros, de forma a compreender a sua importância e também a promover o autoconhecimento, conseguindo expressar as suas capacidades, dificuldades e necessidades (Cró & Pinho, 2011, citados por Graça, 2015).

Outro aspeto a ser trabalhado pela creche é o desenvolvimento da linguagem, a criança durante a permanência na creche começa a adquirir algumas palavras, devendo ser incentivada a pronunciá-las corretamente, e articular o seu discurso, podendo desta forma expressar-se acerca dos seus sentimentos e necessidades (Orientações Curriculares, 1997, citadas por Graça, 2015).

Nesta planificação pedagógica importa reconhecer a necessidade de incluir e valorizar as crianças, enquanto principais atores no processo de aprendizagem. Este aspeto permite que a criança adquira um sentimento de pertença, sentimento que pode ser trabalhado através do estabelecimento de relações afetivas e de respeito mútuo (ISS, I.P, s.d.).

3.3. As infraestruturas e materiais existentes

Um dos fatores que afeta a qualidade da creche é claramente o espaço físico onde esta desenvolve a sua atividade. O espaço deve apresentar um conjunto de pressupostos necessários à satisfação das necessidades da criança, caso contrário a criança pode restringir a sua ação ou mesmo não conseguir adaptar-se corretamente.

Aquando à construção de estruturas destinadas a esta resposta torna-se necessário ter em conta a vulnerabilidade da criança, ponderando as atividades a desenvolver e minimizando o risco.

Com vista a melhorar as condições existentes nestes equipamentos, onde outrora existiam alguns acidentes, foi aplicada um conjunto de legislação que visa o cumprimento das

condições necessárias, no que respeita à instalação e funcionamento (despacho nº 268/97), à segurança (decreto-lei nº 379/97), e à fiscalização destas regras (decreto-lei nº 133-A/97). Contudo no estudo desenvolvido por estes autores, verificou-se que 90% dos equipamentos analisados não cumpriam os requisitos previstos nas leis (Lemos et al., 2004).

A qualidade do ambiente em que a criança se insere afeta outros fatores, como por exemplo, a acessibilidade da criança aos diferentes espaços e a sua segurança. Assim, quanto melhores forem as infraestruturas e maior a diversidade de materiais, melhores serão as condições de conforto e estimulação existentes (Portugal, s.d.).

De acordo com algumas pesquisas, a qualidade e a quantidade das interações da criança com o grupo de pares, com os materiais e com os profissionais estão relacionadas com o modo como o ambiente se encontra organizado (Bomfim, 2002; Campos-de-Carvalho, Rubiano, 1996, 1996a; Campos-de-Carvalho, Padovani, 2000; Sager et al., 2003, citados por Lima e Bhering, 2006).

Ao se apresentar como um espaço onde a criança passará grande parte do seu dia, a creche deve apresentar espaços confortáveis, estimulantes e que despertem curiosidade, de modo a que as crianças gostem de lá estar, e possam deslocar-se facilmente nos diferentes espaços, desenvolvendo as suas capacidades e adquirindo autonomia, podendo ir sozinha, por exemplo, ao wc, lavar as mãos.

É importante que o espaço potencie um clima do tipo familiar, em que exista segurança uma relação de proximidade com os profissionais, contudo este ambiente não deve ser demasiado protetor que iniba a descoberta e exploração dos espaços e materiais (Portugal, 2011).

Deve haver uma preocupação em organizar os espaços da creche onde a criança se encontra, de forma a potenciar espaços de brincadeira, interação com os colegas e manuseamento de vários tipos de materiais, com textura e estimulações diferentes, bem como espaços de relaxamento e descanso (almofadas, sofá). A existência de diferentes materiais e de um ambiente agradável e bem organizado permitirá à criança adquirir conhecimentos diversificados.

Sempre que possível, deve existir um espaço para que a criança possa interagir com a família, de forma mais recatada, como por exemplo, quando a mãe ainda se encontra a amamentar.

O espaço exterior é também um espaço importante para ser explorado, quando se verifiquem as condições adequadas. Este espaço permite às crianças desenvolverem

atividades diferentes, em contacto com o ar livre e a natureza, espaços que são promotores de bem estar (Coelho & Tadeu, s.d.; Portugal, s.d.).

Relativamente ao material lúdico e pedagógico existente, este deve cumprir um conjunto de requisitos de modo a estar adaptado às necessidades e características da criança. A este propósito, o organismo de gestão – Instituto de Segurança Social, recomenda que o material deve: (I) ser adequado à idade da criança; (II) possuir condições de segurança e higiene; (III) ser diversificado, com diferentes texturas, composições e cores, para que as crianças possam desenvolver diferentes competências; (IV) ser organizado de diferentes formas para que possam suscitar a curiosidade, e também existir em quantidade adequada, para que todas as crianças possam interagir e estar envolvidas (ISS, I.P, s.d.).

Para que a criança desenvolva competências é necessário que o ambiente de creche seja flexível, podendo adaptar-se às necessidades e interesses de cada criança, para que estas se sintam motivadas a participar nas atividades, tenham iniciativa e confiança em si próprias (ISS, I.P, s.d.).

3.4. A qualificação e competência dos profissionais

A qualificação e competência dos profissionais assumem um papel essencial, na medida em que serão os profissionais, enquanto adultos, que ficarão responsáveis pela prestação de cuidados durante a permanência da criança na creche, e por sinal, devem ser profissionais dedicados e qualificados para as funções desempenhadas.

Quanto maior for a formação dos profissionais, maior a capacidade de utilização de pedagogias adequadas, de organização do espaço e da seleção dos materiais utilizados para potenciar estimulação, fatores estes que apresentam efeitos significativos ao nível do desenvolvimento cognitivo e linguístico.

Os profissionais devem, não só organizar os espaços de forma a promover a interação com os diferentes materiais, como deve interagir com a criança aquando à utilização dos mesmos, prestando apoio e valorizando os seus sucessos, preservando sempre a liberdade da criança. Conforme menciona Portugal (2000), este profissional constitui-se como “playmate”, e a sua implicação torna-se fundamental para que a criança se sinta segura e apresente confiança (citada por Coelho & Tadeu, s.d.).

Outra condição dos profissionais tem a ver, não com as competências profissionais, mas com as competências pessoais, inerentes à sua personalidade. A relação de empatia e de

alguma forma vinculativa, que foi já frisada, é fundamental nesta idade, tendo em conta o longo tempo que as crianças passam na creche.

Assim os educadores devem apresentar-se pessoas sensíveis, meigas, afetuosas, potenciando um clima harmonioso, de segurança e estimulante (Dias & Correia, 2012; Coelho, 2004; Portugal, s.d.; Hestenes, Kontos e Bryan, 1993, citados por Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

A existência de uma interação positiva onde o profissional brinca, conversa com a criança, serve de modelo, com capacidade de esclarecer e apoiar-la torna-se uma mais-valia para a autorregulação e iniciativa da criança (Dias & Correia, 2012).

Também ao nível da gestão dos recursos humanos, numa resposta como a creche deve ser tida em atenção a existência de estabilidade dos profissionais, de forma a poderem dar continuidade ao acompanhamento da criança durante toda a sua permanência na creche (Portugal, s.d.).

A importância da estabilidade dos profissionais é reportada no estudo desenvolvido por Howes (1990) que conclui que as instituições de alta qualidade apenas tinham dois cuidadores, de acordo com os turnos. Já nas instituições de baixa qualidade os cuidadores existentes variavam em média entre três e oito (citado por Almeida & Rossetti-Ferreira).

Esta condição nem sempre é assegurada, devido a constrangimentos internos, muitas vezes marcados por rotatividade de turnos ou mobilidade de profissionais, contudo deve ser um aspeto a ser tido em conta pelas direções técnicas destes equipamentos.

O acompanhamento prolongado da criança, pelo mesmo profissional permite-lhe compreender o seu ritmo de desenvolvimento, identificar potenciais dificuldades, bem como criar uma relação empática e afetuosa. Assim, este profissional deve ter em conta as constantes mudanças características destas idades, de modo a que possa promover uma gradual autonomia, sabendo quando deve intervir, sem por em causa a segurança, nem inibir a tarefa exploratória, necessária para a sua autonomização (Portugal, s.d.).

São consideradas boas práticas dos profissionais: o conhecimento individual de cada criança; a preocupação em saber a forma como esta deve ser tratada; a existência de momentos de reflexão, através da realização de reuniões de equipa, onde exista uma análise das práticas e comportamentos, de forma a reajustar sempre que necessário (ISS, I.P., s.d.).

O profissional deve adotar determinados comportamentos de modo a poder potenciar à criança momentos de reflexão sobre diversos aspetos, bem como apresentar um comportamento coeso, como por exemplo: deve explicar às crianças a razão de realizarem determinadas tarefas, atividades ou a razão pela qual devem ter determinados

comportamentos; deve ensinar a criança a lidar com as suas emoções; deve utilizar um vocabulário adequado, não infantilizando mas corrigindo de modo a pronunciar corretamente; deve utilizar um discurso simples que permita à criança compreender o que lhe está a ser transmitido; deve apresentar coerência entre a expressão verbal e a não-verbal; deve promover um comportamento de igualdade; deve ser inculcado o respeito pela diferença quer cultural (raça, etnia), quer física (deficiência, incapacidade) (ISS.IP.,s.d.).

3.5. A qualidade das interações família – creche

Além das interações entre os profissionais e crianças, já analisadas, importa também considerar as relações entre profissionais e famílias, interações que permitem às famílias, muitas vezes, formular as primeiras impressões relativas à creche, e aos cuidados prestados aos seus filhos.

A integração noutro contexto implica um elo de ligação que permita a estabilidade e continuidade do desenvolvimento, sendo fundamental o planeamento e organização de práticas que visem a transição, integrando a informação existente dos diferentes contextos, bem como, os agentes intervenientes (Fernandez, 2004, Balaban, 2011; Daniel & Shapiro, 1996; Segurança Social, 2010; O'Connor, 2013, citados por Peixoto et al, 2014).

A comunicação entre os pais e os profissionais desempenha um papel fundamental na qualidade dos serviços prestados, que se reproduzem no desenvolvimento da criança. Quanto mais pequenas são as crianças, maior a necessidade de relacionamento próximo de parceria entre profissionais e famílias, de forma a partilhar informação e adequarem as práticas profissionais e os contextos (Ghazvini e Readdick, 1994; NAEYC, 2009, citados por Coelho et Al, 2015; Portugal, s.d.).

Também no manual de procedimentos disponibilizado pelo organismo que tutela a creche, ISS, I.P. (s.d.) é mencionada a importância da parceria entre creche e família, no sentido de potenciar um desenvolvimento contínuo das práticas e cuidados prestados à criança, que crie um sentimento de segurança e confiança no outro.

A existência desta interação permite a troca de informações sobre a criança e um trabalho conjunto que possibilite a identificação de possíveis problemas ou deficiências na criança (Parada, Velosa, Ribeiro & Seabra, 2008; ISS,I.P.,s.d.).

Os pais devem ser parte integrante no processo pedagógico da creche, no que concerne à tomada de decisão e a definição das atividades a realizar, podendo contribuir positivamente para as atividades desenvolvidas na creche, na medida em que: são eles quem melhor conhece

a criança; dispõem de acesso a informações sobre a personalidade e as características da criança; podem dar continuidade em casa das práticas iniciadas na escola; podem disponibilizar ou contribuir para a existência de recursos e meios necessários às iniciativas da creche; podem transmitir confiança e segurança aos filhos relativamente ao espaço (Fuertes, 2010; 2011; Portugal 2010; 2011 citados por Assis & Fuertes, s.d.).

Na mesma linha de pensamento outros autores consideram que a participação dos pais, além de ser um direito, favorece a qualidade pedagógica (NICHD Early Child Care Research Network, 2000; Peisner-Feinberg, Burchinal, Clifford, Culkin, Howes, Kagan, 1999, citados por Coelho et al, 2015).

De acordo com alguns estudos, a existência de boa qualidade no ambiente familiar e a presença de níveis mais elevados de escolaridade nos pais, terá impacto positivo na relação de parceria entre a família e a creche (Coelho et al, 2015).

Existem diferentes possibilidades para explicar este facto, por um lado, estas famílias poderão ter melhor conhecimento do que é expectável socialmente perante a integração da criança neste equipamento, e por outro lado, o conhecimento da importância de continuar a prestar as práticas e atitudes na creche e em casa.

Deste modo, as crianças que vivem num ambiente familiar mais favorável ao seu desenvolvimento parecem ser também aquelas cujos pais e profissionais da creche tendem a cooperar de forma mais efetiva.

É fundamental trabalhar neste processo de cooperação entre as famílias e a creche, de modo a permitir que todos os pais, independentemente da condição familiar e económica possam estabelecer uma relação de parceria propícia ao desenvolvimento contínuo da criança, adquirindo o serviço social um papel determinante neste processo (Coelho et al., 2015).

O profissional da creche, seja o educador ou assistente social, deve ter em conta a situação familiar da criança, bem como, estar alerta para a existência de possíveis défices, de modo a encaminhar para respostas mais adequadas e sensibilizar os pais para a existência desta patologia.

Quando se verificam situações de deficiência ou outra patologia, os pais por vezes apresentam dificuldade em lidar com os problemas dos filhos, situação que afeta a estabilidade emocional e psicológica dos pais e pode despoletar conflitos familiares (Serrano & Correia, 2005).

Apesar desta articulação família-creche ser uma condição necessária para um serviço de qualidade, fundamental para a continuidade das práticas que visem o bom desenvolvimento

da criança, na prática existem algumas limitações e obstáculos a esta articulação, impostos pelas duas partes.

O estudo elaborado por Maistro (1999) demonstra a falta de articulação e cooperação entre os familiares e os profissionais da creche, através da recolha de opiniões destes dois grupos.

Pelos profissionais é mencionado o pouco interesse dos pais em participar na dinâmica e processo pedagógico da creche. Consideram que os pais visualizam a creche como um “depósito”, onde colocam os filhos durante o período de trabalho.

Os profissionais da creche culpabilizam a instituição em também contribuir para o afastamento dos pais, na medida em que não promovem a participação das famílias.

De acordo com a mesma autora, os pais evidenciavam alguma dificuldade de colocar o seu ponto de vista, pois a sua crítica adquiria uma conotação negativa, interpretada como uma reclamação e ingratidão. Deste modo, o acesso à creche e a participação das famílias pareciam não ser considerados como um direito, mas antes como um “favor”, fazendo com que as famílias tivessem uma postura de submissão, de impotência perante as regras da creche (Maistro, 1999).

Para estas famílias a sua participação limitava-se às reuniões de pais, reuniões que consideram ser mal organizadas por serem cansativas e rotativas. A sua participação restringia-se a quando “são chamados”, demonstrando a pouca articulação e inclusão das famílias na creche. Contudo, também as famílias demonstram ter esta posição de autoexclusão, por sentimentos de medo e vergonha de serem discriminadas ou com receio da permanência da criança na creche ser colocada em causa (Maistro, 1999).

4. Impacto do processo inicial de “adaptação”

O processo de adaptação na creche é um momento fundamental com impacto na reação futura da criança a este contexto e, consequentemente na sua boa integração.

Não existe consenso nos diferentes estudos acerca do período necessário para esta adaptação, nem existem limites definidos sobre o seu início e fim, havendo quem considere que o processo decorre no primeiro mês (Bloom-Feshbach, Bloom-Feshbach & Gaughram, 1980) e outros que consideram este período mais extenso podendo decorrer nos seis meses seguintes (Fein, 1995; Fein e cols., 1993; Rodriguez, 1981, citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Este período de adaptação gera na criança *stress*, por um lado, porque há um “corte” no tempo de permanência com a figura de vinculação, que passa a ser mais reduzido, introduzindo-a num contexto com mais pessoas desconhecidas, pois não pertencem ao seu reduzido meio de relacionamentos, e por outro lado, porque há uma alteração, que deve ser gradual, das suas rotinas, alimentação e interações (Davies & Brember, 1991, citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

A reação da criança é também influenciada pela forma como os outros, nomeadamente a família e os profissionais da creche, vivenciam e reagem às alterações que surgem com esta transição da criança do espaço da família para o espaço da creche (Balaban, 1988b; Rossetti-Ferreira, Amorim & Vitória, 1994 citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Para que se verifique uma adaptação favorável da criança é importante que o horário de permanência na creche seja reduzido, vindo a aumentar gradualmente, que seja feita uma correta organização do período passado na creche e das atividades (Rapoport & Piccinini, 2001).

A estes fatores Klein (1991) acrescenta o impacto do temperamento da criança neste processo, uma vez que, a forma como a criança se apresenta, como mais sociável ou mais retraída, perante os outros, determina a sua capacidade de integração, sendo que as crianças mais expressivas recebem mais atenção que as mais tímidas, havendo situações em que as crianças de temperamento difícil exigem mais cuidados, ou as mais inexpressivas, de forma a evitar problemas emocionais no futuro (Fein, 1995, citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014)..

Durante os primeiros dias ou meses é normal os pais sentirem insegurança e desconfiança ao deixarem o seu filho numa creche, situação que ganha maior impacto se for o primeiro filho, e se for muito pequeno. Existem situações em que se torna mais complicado para os pais separarem-se do filho, do que a criança aceitar a creche, sendo comum que as mães se sintam indecisas em deixar o filho ao cuidado de outra pessoa (Brazelton, 1994; McMahon, 1994, citado por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Este processo de adaptação deve ver acompanhado de forma próxima quer pelos profissionais, quer pelos familiares. É importante a presença dos familiares, nomeadamente dos pais, durante a adaptação, de forma a permitir à criança sentir-se segura, com uma figura de vinculação que lhe permita explorar o novo contexto e estabelecer novos relacionamentos (Bloom-Feshbach e cols., 1980; Balaban, 1988b). Embora seja uma prática aconselhada, ainda não é aplicada com regularidade (Rapoport & Piccinini, 2001, citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Relativamente aos profissionais, torna-se importante a proximidade da criança, para que possa avaliar o seu progresso na creche e ter informações detalhadas sobre esta fase, existindo para o efeito escalas com diferentes indicadores para que possa medir o nível de integração.

Uma das escalas foi desenvolvida por Varin Crugnola, Molina e Ripamonti (1996) e avalia sete parâmetros que identificam o que leva a uma adaptação mal sucedida: 1) a creche apresenta carência de brinquedos; a comunicação pouco expressiva e escassez de sentimentos positivos na relação com o grupo de pares e com os adultos; o pouco interesse nas atividades desenvolvidas pela creche; 2) a presença de sofrimento da criança ao se separar do “objeto de apego”, que muitas vezes representa a figura materna, 3) comportamentos agressivos para com os outros, grau de autocontrolo reduzido, e atividades motoras e brinquedos com valores destrutivos; 4) comportamentos de resistência e recusa no reencontro com os seus pais; 5) resistência em receber conforto e baixa tolerância à frustração; 6) ansiedade ao separar-se dos pais representada por comportamentos de choro, e não querendo separar-se dos pais; 7) recusa em interagir com os colegas de grupo, e em participar nas atividades de rotina de creche, isolando-se a brincar com os seus brinquedos (citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Outra escala de avaliação é a de Fein, Gariboldi e Boni (1993) que analisa os comportamentos das crianças, tendo em conta uma escala de frequência com cinco indicadores: o interesse em brinquedos e no ambiente, a interação com o seu grupo de pares, a interação com os adultos, o afeto negativo, e o afeto positivo (citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Não obstante à adaptação favorável da criança é possível e normal a presença de comportamentos de retrocesso, como choro, quando a criança regressa de férias ou de fim-de-semana (Balaban, 1988, citado por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Alguns estudos realizados sobre o processo de adaptação mencionam que comportamentos de choro e resistência à separação da mãe/pai estão associados a uma adaptação positiva, compreendidos como normais e naturais em situações de separação com a figura de vinculação, podendo decorrer durante quatro semanas. Por sua vez comportamentos de apatia, distância e retração estão associados a uma adaptação mal sucedida (Bloom-Feschbach, Bloom-Feschbach e Gaughran, 1980). Já os estudos de Fein e colaboradores (1993) concluem que quando as crianças começam a adaptar-se à creche, este ambiente deixa de ser estranho, assumindo-se como familiar, passando a existir mais interação, comunicação com os pares, diminuindo o evitamento dos adultos, comportamentos que podem não ser verificados logo após três meses, mas sendo provável de ocorrerem após seis meses (citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

De acordo com Zajdeman & Minnes (1991) outro fator determinante no processo de adaptação da criança à creche prende-se com a idade de entrada, devido às diferentes etapas de desenvolvimento em que a criança se pode encontrar (citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

De acordo com Rodriguez (1981), existem períodos em que a integração na creche pode ser mais crítica, nomeadamente dos 6 aos 12 meses e dos 15 aos 22 meses. O primeiro período mencionado corresponde à fase em que a criança consegue estabelecer uma imagem da mãe mesmo que esta não esteja presente, quando esta não está a criança apresenta-se ansiosa, tendo medo de pessoas, objetos e situações desconhecidas (citado por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

O segundo período corresponde à “Crise de reaproximação” (Mahler, 1982) em que a criança se separa da mãe para explorar mas sente ansiedade com a separação, procurando reaproximar-se, sendo necessário grande disponibilidade emocional da mãe (citado por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Em situações em que a criança já se encontrava integrada em creche quando decorre esta fase apresenta novamente comportamentos de choro e resistência em separar-se da mãe, situação pela qual Rodriguez (1981) conclui que o processo de adaptação à creche não é linear e simples, podendo ocorrer retrocessos decorrentes do desenvolvimento da criança (citado por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

Um fator novo para a criança, e que afeta os primeiros tempos na creche, é a alimentação. A criança passa a ter alimentação diferente, com outra consistência, sabor e nos casos das crianças mais pequenas pode implicar a substituição do leite materno, pelo leite instantâneo (Amaral, Morelli, Pantoni & Rossetti-Ferreira, 1996, citados por Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

A existência de interrupções e a descontinuidade na frequência da creche, bem como a existência de horários irregulares podem constituir-se também como obstáculos à integração da criança.

Apesar de alguns estudos já nomeados fazerem referência ao período expectável para ocorrer a adaptação, este depende como já analisámos de diferentes fatores, pelo que o período de tempo necessário para a adaptação é subjetivo dependendo sempre do contexto e da individualidade de cada criança, devendo ser considerado o seu ritmo, os estímulos, comportamentos e vínculos estabelecidos no local, bem como a promoção e reforço parental.

Pode verificar-se que o período de adaptação seja mais prolongado quando as crianças, mais pequenas, se integrem em creches de má qualidade ou quando provem de famílias disfuncionais (Almeida e Rossetti-Ferreira, 2014).

5. A perceção dos pais sobre a creche: Razões da escolha e critérios na seleção da creche

Na perspetiva dos pais, a principal função da creche prende-se com cuidar dos seus filhos, enquanto estão a trabalhar. Contudo não desprezam o papel educativo da mesma, referindo que as crianças “aprendem um monte de coisas”, “aprendem músicas, brincadeiras, deixando os filhos mais falantes e mais espertos”. De acordo com a visão destes pais, há uma prevalência do cuidar sobre o educar, contrariamente a perceção dos profissionais que consideram o oposto (Maistro, 1999)

De acordo com estudos realizados, os pais apresentam pouco conhecimento sobre o funcionamento da creche, na medida em que o modo como se encontra orientada é de pouca exteriorização das suas práticas (Emiliani e Molinari, 1998, citados por Dias, Correia & Pereira, 2011).

Relativamente aos motivos de escolha da creche por parte dos pais para prestar os cuidados aos filhos durante a sua ausência, os estudos de Dias, Correia & Pereira (2011) mencionam que como principal motivo se encontram as necessidades decorrentes das condições laborais e quotidianas da mulher, enquanto principal cuidadora, e a escassez ou ausência de suporte social de proximidade, nomeadamente familiar, para assegurar estes cuidados.

Uma outra razão prende-se com o entendimento de que creche enquanto espaço coletivo e público permite alargar o número de interações sociais das crianças, nomeadamente a socialização com outros adultos e com os seus pares, potenciando o desenvolvimento bem-sucedido.

Foram ainda mencionadas outras situações na investigação desenvolvida por Dias, Correia & Pereira (2011), tais como, mães que mesmo estando desempregadas teriam colocado os filhos na creche, atribuindo como justificação o facto de poderem encontrar trabalho, bem como, pelo facto de que ao ter o filho em casa teriam pouca disponibilidade para realizar as tarefas domésticas.

No que concerne aos critérios tidos em conta na escolha de uma creche para o seu filho podemos considerar a perceção que os pais têm sobre os profissionais, fazendo uma comparação com os cuidadores informais, na medida em que os primeiros devem dispor de mais conhecimentos, formação para desempenhar essas funções (Dias, Correia & Pereira, 2011).

Outro aspeto considerado nesta escolha é a segurança existente na creche, os pais pretendem que a criança seja bem cuidada, estando num ambiente adequado e com condições que potenciem conforto e bem-estar, pois consideram que este ambiente potencia o desenvolvimento nas suas diferentes esferas (Dias, Correia & Pereira, 2011)

Por sua vez, McKim, Stuart & OConnor (1996) consideram que outros fatores na escolha da creche são as condições económicas, as condições demográficas, as características individuais da criança e o tipo de constituição familiar (monoparental, família nuclear) (citados por Almeida & Rossetti-Ferreira, 2014).

De acordo com Kim e Smith (2007) a forma como os pais avaliavam a creche onde os filhos estavam integrados depende da satisfação e confiança com este espaço (Ojala & Oppen, 1994)

No estudo IEA realizado por Ojala & Oppen (1994) os pais identificavam ao nível dos cuidados prestados aos filhos, três problemas de natureza diferentes, uns relacionados com o funcionamento da creche – horário, localização, custo e exclusão de determinadas crianças; a organização interna – alimentação, higiene, rotação de pessoal, instalações, entre outras, e os profissionais de educação – características pessoais, fraca qualificação, falta de confiança nos seus cuidados.

Todavia, neste estudo, em Portugal apenas 2% das famílias mencionaram que não estavam muito satisfeitas, comparativamente às famílias que se apresentavam muito satisfeitas, 53%, sendo identificado como principal problema pelos pais portugueses o custo dos serviços.

II PARTE: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com Quivy & Campenhoudt.(1995) o procedimento científico é constituído por três atos: a rutura, a construção e a verificação.

A rutura é o processo em que nós quebramos a percepção sobre aquilo que achamos que sabemos ou ouvimos sobre o assunto a investigar, que compreende “aparências imediatas” ou “posições parciais”. Este processo ocorre durante as três primeiras etapas do procedimento, e implica uma revisão bibliográfica sobre o tema que se irá analisar.

Por sua vez, a construção surge como forma de proposições, baseadas na revisão teórica, e que visam explicar qual o problema, o modo como se deve encaminhar a investigação e as técnicas a utilizar. É assim, necessário, primeiramente a construção de uma base teórica de referência e válida e, posteriormente a construção das hipóteses. Esta fase ocorre ao longo da terceira e quarta etapa de investigação (Quivy & Campenhoudt, 1995).

Por fim a verificação, é o processo que torna a nossa investigação num processo científico, embora apenas aplicada em alguns estudos, e ocorre durante a quinta, sexta e sétimas etapas de investigação.

Estes três atos não são independentes uns dos outros, estando interligados e afetando-se mutuamente, ocorrendo ao longo das etapas do procedimento científico a seguir mencionadas. Assim, por exemplo, a rutura ocorre em paralelo com a construção, mediante as etapas em que a investigação se encontra. Neste sentido a rutura é concluída com a influência deste segundo ato, a construção das hipóteses. Esta fase ocorre ao longo da terceira e quarta etapa de investigação (Quivy & Campenhoudt, 1995).

1. Etapas do procedimento científico

A primeira etapa consiste na formulação de uma pergunta de partida. Este é um processo difícil e complexo, exigindo algum tempo de reflexão, de modo a poder converter as preocupações e interesses de análise numa investigação operacional. Assim, o investigador deve procurar definir uma pergunta concreta sobre a qual se irá debruçar na investigação.

O período de reflexão não deve ser entendido como um tempo “perdido”, uma vez que a definição clara do que se pretende estudar é uma condição chave para definir o tipo de pesquisa a desenvolver, de acordo com a que melhor se adequa (Yin, 2001).

A presente investigação desenvolvida sobre a resposta social creche surge da compreensão de que a intervenção social deve, sempre que possível, ocorrer precocemente, sob a forma de intervenção preventiva, de modo a evitar o agravamento e/ou interferência noutras dimensões da vida da criança.

Deste modo, a intervenção no contexto de creche deve permitir, por um lado, identificar precocemente as situações de risco, no que respeita a possíveis deficiências e défices cognitivos, procurando estratégias para retardar o agravamento da deficiência e/ou para manter/promover as capacidades da criança, situação já documentada pela disciplina da psicologia.

Por outro lado, a creche deve promover a prestação dos cuidados de forma adequada e com qualidade para o pleno desenvolvimento, bem como potenciar a estimulação de todas as crianças que se encontrem integradas nesta resposta.

É baseado na segunda convicção que, de que a creche deve promover cuidados e estimulação de forma a permitir um pleno desenvolvimento, que surge a questão de partida formulada neste trabalho: “ Como é que a

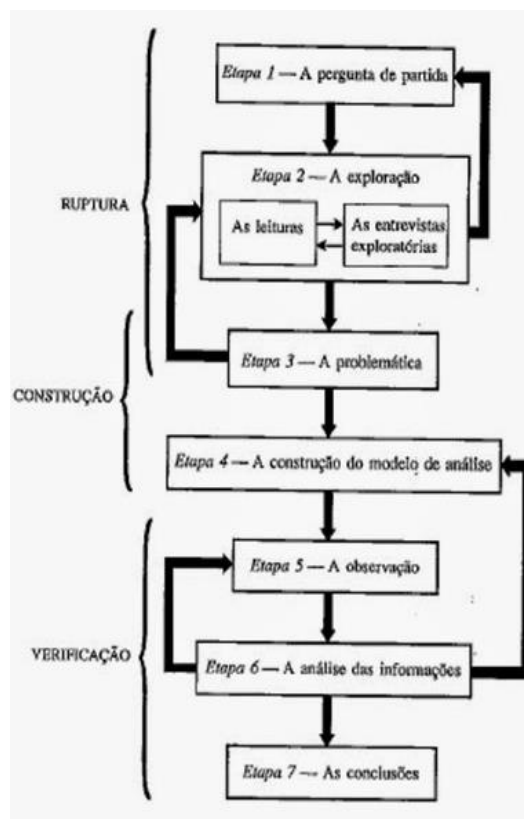
frequência da creche afeta o desenvolvimento da criança?”.

De acordo com Quivy & Campenhoudt (1995) são três os critérios necessários para uma boa pergunta de partida: clareza, exequibilidade e pertinência.

Relativamente à clareza, esta é fundamental na medida em que permite a compreensão unívoca do que se pretende abordar, ou seja, os indivíduos ao lerem a pergunta detêm apenas um sentido da mesma, sendo que quando este pressuposto está presente, evita que a pergunta se torne abstrata e que não se compreenda qual o objetivo do autor.

No que concerne à exequibilidade, este pressuposto é também fundamental, pois não é possível realizar uma análise demasiado extensa de um determinado problema ou fenómeno, pois implicaria demasiados recursos, conhecimentos,

Figura 2- Etapas do procedimento científico



Fonte: Raymond Quivy & LucVan Campenhoudt.(1995). Trad. (2005)

meios e tempo disponível para a sua concretização.

Por fim, é necessário que a pergunta tenha pertinência, isto é, que tenha interesse o seu estudo, não seja moralizadora, nem uma falsa pergunta, e que não procure prever uma situação futura.

Relativamente à pergunta de partida apresentada, consideramos que a mesma apresenta os três critérios, na medida em que se compreende quais serão os objetivos da investigação, é possível de ser concretizada, e tem pertinência, visto procurar compreender a intervenção num contexto de intervenção na primeira infância.

A segunda etapa de uma investigação consiste na exploração, isto é, o investigador deve procurar conhecer o que já existe sobre o tema, os trabalhos realizados anteriormente sobre esta temática, de forma a verificar se a sua investigação vai de encontro ou se afasta destas perceções, podendo também recorrer à realização de entrevistas exploratórias.

É importante conhecer bem o tema e saber o que já existe estudado sobre o mesmo. A teoria não só facilita a definição do projeto e a recolha de dados, como também permite, se for bem desenvolvida, a generalização dos resultados (Yin, 2001).

De acordo com Quivy & Campenhoudt (1995), esta exploração implica um processo de organização e tratamento de diversas leituras que deve ser cumprido, a saber: focar-se na questão de partida para não dispersar nas leituras; fazer-se uma leitura transversal de artigos que façam referência a estas leituras, aprofundando apenas as que interessam, situação que permite poupar tempo; as leituras devem ter uma componente analítica e interpretativa e não apenas expositiva que promovam o investigador a desenvolver uma reflexão crítica; procurar-se abordagens diversificadas sobre o tema.

Relativamente ao processo de revisão bibliográfica deste trabalho, após a análise de um conjunto de referências bibliográficas sobre o tema, considerou-se pertinente expor o processo de desenvolvimento da criança, o enquadramento do contexto da creche e a necessidade desta se apresentar como um espaço de qualidade de modo a adquirir um impacto positivo.

A terceira etapa da investigação diz respeito à problemática. Importa nesta fase definir a problemática de acordo com a pergunta de partida. Para Quivy & Campenhoudt (1995, p.43)

“A problemática é a abordagem ou a perspetiva teórica que decidimos adoptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenómenos estudados.”

“Conceber uma problemática é igualmente explicitar o quadro concetual da sua investigação, quer dizer descrever o quadro teórico em que se inscreve a

metodologia pessoal do investigador, precisar os conceitos fundamentais e as relações que eles têm entre si[...]” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.49).

1.1. Problema Científico e objetivos

As alterações sociais e familiares das últimas décadas acarretaram novas exigências, quer para as famílias, quer para o Estado. A necessidade de homens e mulheres estarem inseridos no mercado de trabalho quer pela situação económica quer para satisfação pessoal e profissional são hoje uma realidade bem presente. Associados à procura de emprego estão os movimentos migratórios que tem gerado um progressivo afastamento das redes de suporte dos indivíduos, nomeadamente das suas famílias. Os momentos com a família alargada para estes “migrantes” estão hoje reduzidos aos fins-de-semana e a períodos de férias.

Paralelamente, o aumento da esperança média de vida, e o consequente aumento da idade de reforma exigiram que a população em início de velhice continuasse ativa durante mais anos, e não tivesse tempo para outras atividades.

Neste sentido, o Estado viu-se obrigado a prestar apoios sociais à família, quer através de apoios económicos, quer através da criação e financiamento de infraestruturas.

É neste cenário que a resposta da Creche adquire particular importância no apoio às famílias. A falta de suporte familiar para assegurar estes cuidados, implica que a inserção das crianças na creche comece em muitas das situações logo após o término das licenças de maternidade e paternidade.

Esta resposta constitui-se, para muitos, a única forma de assegurar os cuidados aos seus filhos, no entanto para outros, que até possuem alternativas como por exemplo familiares, optam pela creche para integrar os filhos por considerarem uma resposta adequada às necessidades das crianças.

O reconhecimento da necessidade desta resposta não coloca dúvidas, importa analisar quais as influências decorrentes da integração das crianças nesta resposta, e se esta resposta apresenta condições favoráveis ao bom desenvolvimento da criança, isto é se existe qualidade nos serviços que presta.

É neste contexto que se desenvolvem os seguintes objetivos: compreender a influência da frequência da creche no desenvolvimento da criança e compreender quais os motivos inerentes à frequência/não frequência deste equipamento.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos
1. compreender a influência da frequência da creche no desenvolvimento da criança	<p>1.1. conhecer as atividades realizadas pela creche e de que forma estas interferem no desenvolvimento da criança</p> <p>1.2. análise comparativa entre as crianças que frequentaram a creche e as crianças que não frequentaram, tendo em conta as características, capacidades e comportamentos, verificados pelos diferentes agentes envolvidos;</p>
2. compreender quais os motivos inerentes à frequência/não frequência deste equipamento	<p>2.1. perceber qual as principais razões de não inserção dos filhos na creche (económicas, culturais, ou outras)</p>

A quarta fase é a construção do modelo de análise, ou seja, as perspetivas identificadas na problemática têm de ser transformadas em formas que permitam um trabalho de recolha e de análise de dados.

De acordo com Yin (2001) é possível verificar qual o tipo de metodologia mais adequado de acordo com a forma como se elabora a questão, por exemplo se a questão iniciar com “O que” a estratégia de análise de arquivos ou levantamento de dados podem adequar-se. Já em questões mais abrangentes tais como “por que” ou “como” exigem investigações com base em pesquisas históricas, pesquisa experimental ou estudos de caso.

Deste modo, com base na questão formulada, determinou-se que a metodologia de estudo de caso era a que melhor se adaptava à investigação.

A metodologia Estudo de Caso é um método de investigação qualitativa, que consiste na observação detalhada de um contexto ou de um acontecimento específico, e difere de outros pois não exige o controlo sobre as variáveis, assim, a investigação de estudo de caso permite responder a questões “quem”, “onde”, “quanto”, de modo a compreender a predominância de um acontecimento ou o seu impacto, sem que o investigador tenha controlo (Yin, 2001).

A investigação de estudo de caso tem muitas variáveis de interesse, situação que do ponto de vista técnico é única. Assim, pode incluir diferentes fontes de evidências, isto é, pode contemplar diferentes métodos de recolha de informação, tais como a entrevista, a

análise documental, a observação direta, entre outras tornando-a numa forma de investigação abrangente (Yin, 2001).

Quando se desenvolve uma investigação de estudo de caso, importa considerar cinco aspetos: qual a questão a responder; as proposições que permitem delimitar o tema e que o tornam exequível; a unidade de análise, ou seja aquilo que se pretende analisar, e o tempo de investigação; a ligação dos dados e, por fim a sua interpretação (Yin, 2001).

A utilização de diferentes fontes de informação e técnicas diversas de recolha permite ao investigador desenvolver linhas “convergentes” de investigação, na medida em que a corroboração da informação através de diferentes técnicas transmite a perceção de maior fiabilidade.

No desenvolvimento de uma investigação deve-se garantir cinco pressupostos: a validade do constructo, a validade interna, a validade externa, a confiabilidade.

O desenvolvimento de uma investigação baseada em hipóteses permite ao investigador desenvolver o trabalho com ordem e rigor, focando-se no que importa, e na recolha de dados que considera serem pertinentes.

As hipóteses são suposições que antecipam ligação entre dois factos podendo apresentar-se de duas formas: como uma relação entre um problema e um conceito que o explica, ou como a relação entre dois conceitos (Quivy & Campenhoudt, 1995).

Embora este trabalho não pretenda verificar hipóteses nem a generalização de resultados, uma vez que cada instituição apresenta uma realidade diferente no que respeita, quer aos objetivos, quer à qualidade dos serviços, verificámos que os resultados alcançados, com base na realidade empírica, coincidem com as hipóteses teóricas de diferentes autores que estudam esta temática.

Nesse sentido, neste trabalho foram tidas como principais hipóteses teóricas:

1. A frequência da creche tem influência no desenvolvimento da criança
2. O efeito da creche no desenvolvimento da criança depende da qualidade dos serviços prestados;
3. A frequência da creche depende da capacidade económica das famílias e da existência de suporte familiar (devido às mudanças sociais que se verificaram)

Posteriormente, a quinta etapa consiste na observação, onde as hipóteses são testadas com base nos dados recolhidos, ou seja, é nesta fase que se recolhe a informação necessária para a investigação, etapa que só se adapta em alguns tipos de investigação.

Importa, antes de mais, delimitar no tempo e no espaço as informações a recolher, tendo em conta os recursos existentes, os prazos e a população a analisar (Quivy & Campenhoudt, 1995).

Relativamente ao espaço e à população alvo, a investigação desenvolveu-se numa creche inserida numa freguesia do concelho de Arganil onde existe uma creche e jardim-de-infância. A população alvo desta investigação foram diferentes agentes que intervêm neste contexto, nomeadamente os pais das crianças, os educadores, e a assistente social.

Esta fase implica igualmente a elaboração dos instrumentos de recolha de informação com base nos indicadores previamente definidos.

Quando escolhemos os métodos de recolha e de análise, devemos ter em atenção, que estes têm influência nos resultados, devendo ser escolhidos de acordo com os objetivos e as hipóteses.

Estes instrumentos devem conter questões precisas, de modo a permitir a compreensão por parte dos participantes, mais precisamente o questionário, uma vez que será respondido na ausência do investigador (Quivy & Campenhoudt, 1995).

Numa segunda parte desta etapa importa recolher os dados, ou seja aplicar os instrumentos de observação.

2. Técnicas de recolha de dados

Neste trabalho foi utilizada a “observação indireta” na medida em que se recorreu às técnicas de entrevista e questionário, devido à impossibilidade de realizar um trabalho de observação direta.

A este respeito, verificaram-se algumas limitações na recolha de informação junto de certos intervenientes, nomeadamente os pais das crianças. Reconhecem-se como obstáculos na investigação: (I) o horário limitado da investigadora para desenvolver a investigação devido a motivos profissionais; (II) a indisponibilidade dos pais das crianças em reunir com a investigadora após irem buscar os filhos à creche e (III) o não preenchimento total dos questionários pelos pais.

Esta incapacidade de conciliar horários impossibilitou o aprofundamento de algumas questões recolhidas através do questionário. Para contornar este obstáculo procurou-se no questionário realizar questões abertas em que os pais pudessem desenvolver algumas ideias pertinentes para a investigação.

Deste modo, para a concretização desta investigação foram utilizados diferentes métodos de recolha de dados, consoante os objetivos a atingir.

Para o primeiro objetivo específico, ou seja conhecer as atividades realizadas pela creche e de que forma estas interferem no desenvolvimento da criança, realizou-se uma análise do projeto pedagógico da creche, seguindo-se a entrevista à assistente social/diretora técnica, e por fim, através do inquérito aos pais procurou-se perceber como percecionam o funcionamento da creche.

Para o segundo objetivo específico, que se prende com a análise comparativa entre as crianças que frequentaram a creche e as crianças que não frequentaram, tendo em conta as características, capacidades e comportamentos, verificados pelos diferentes agentes envolvidos foram realizadas entrevistas a três educadoras de jardim-de-infância que acompanham as crianças daquela região, bem como, inquiridos os pais no questionário sobre as alterações observadas nos filhos, que estiveram integrados em creche;

Por fim, quanto ao terceiro objetivo específico procura-se perceber qual as principais razões de não inserção dos filhos na creche (económicas, culturais, ou outras). Nesse sentido, procedeu-se no questionário à recolha de informações sobre o agregado familiar, de modo a verificar se essas características influenciam a decisão de integrar os filhos na creche, bem como, recolher junto dos pais que não integraram as crianças na creche quais os motivos inerentes.

Inquérito por questionário

Um das técnicas de recolha de informação utilizada foi o questionário de administração direta.

Este instrumento foi aplicado aos pais de crianças que frequentam o jardim-de-infância da localidade onde se insere também a creche. Este método de recolha de informação procura compreender a sua perceção sobre diferentes aspetos analisados neste trabalho, nomeadamente, a influência que consideram ter a creche no desenvolvimento do filho, a sua perceção sobre a forma como esta resposta se encontra organizada e sobre os seus profissionais, de modo a poder avaliar a qualidade, bem como realizar uma caracterização do agregado familiar.

Para a concretização deste procedimento foi solicitada autorização à direção do Agrupamento de Escolas enquanto organismo responsável pelo jardim-de-infância. Posteriormente, foi realizada reunião com as educadoras do jardim-de-infância no sentido de

obter apoio na distribuição dos inquéritos. Foram distribuídos quarenta e cinco questionários, de acordo com o número de crianças que frequentavam o jardim-de-infância. Estimando o período de uma semana para responder às questões verificou-se que apenas quinze teriam entregado os inquéritos. Nesse sentido, foi solicitado novamente apoio junto do jardim-de-infância para alertar os pais para a importância neste preenchimento, sendo recolhidos no total trinta e oito, que constituem a presente amostra.

O questionário consiste num grupo de questões que são submetidas a um grupo de pessoas normalmente por forma escrita, sobre determinado tema que se pretende investigar (Quivy & Campenhoudt, 1995).

As questões podem ser classificadas de três tipos quanto à forma: dependentes, abertas e fechadas. Relativamente às questões abertas estas permitem que os participantes respondam de forma livre, podendo dar a sua opinião. Contudo, estas questões têm também como desvantagem a dificuldade de medição e a existência de respostas que não se adequam.

Nas respostas fechadas procura-se que os participantes, de acordo com as opções apresentadas, para cada questão, selecionem a que mais se adequa na sua opinião. Esta resposta tem como vantagem a padronização e análise, contudo podem não incluir todas as respostas relevantes (Gil, 2008).

No questionário desenvolvido neste trabalho existem perguntas dos três tipos, de acordo com a informação que se pretende recolher.

A utilização do questionário para recolha de informação tem vantagens e desvantagens. Quanto às vantagens, podemos enunciar que permite atingir um número elevado de pessoas mesmo que as mesmas não estejam na proximidade; permite garantir o anonimato; podem responder num momento que considerem mais oportuno; o participante não é influenciado pelo investigador (Gil, 2008).

Por outro lado, existem também desvantagens neste método, nomeadamente a dificuldade de abranger pessoas que não tenham escolaridade, não permitir compreender o contexto em que as respostas são dadas, que poderá ter impacto na qualidade de resposta; poder não ser entregue completamente preenchido; poder não ter respostas claramente objetivas, pois a interpretação pode ser diferente; poder ter respostas superficiais; o custo tornar-se mais elevado (Gil, 2008).

O processo de elaboração de um questionário exige algum cuidado, na medida em que necessita de se ter em atenção à forma, o conteúdo, à quantidade e à disposição das questões (Gil, 2008).

Existem outros aspetos que importa ter em conta aspetos relacionados com a apresentação do questionário: o tipo de letra deve ser perceptível, as questões devem ser claras, o espaçamento entre as questões e entre as respostas (Gil, 2008).

Na elaboração do questionário importa ter uma introdução onde explique em que consiste a investigação, o objetivo, e devendo dar instruções sobre o seu preenchimento.

Entrevista

Outro dos métodos de recolha de informação utilizado na investigação foi a entrevista semi-estruturada.

Relativamente às entrevistas realizadas, foram realizadas duas entrevistas a educadoras. Uma foi realizada a uma antiga educadora daquele jardim-de-infância, que embora já não lecionasse naquele estabelecimento, considerou-se pertinente a abordagem, uma vez que esteve afeta vários anos àquele jardim-de-infância e, por isso, conhece bem a dinâmica tanto daquele jardim-de-infância como da creche daquela localidade. A outra entrevista foi realizada em conjunto a duas educadoras que estavam afetas neste ano letivo às duas turmas do jardim-de-infância.

Com estas entrevistas procurou-se compreender a perceção que a educadoras, do “ciclo educativo” que sucede a creche, têm sobre a influência que integração nesta resposta tem ou não no desenvolvimento da criança, bem como quais as diferenças verificadas entre as crianças que frequentaram e as que não frequentaram.

Foi realizada ainda entrevista à assistente social da creche que desempenha função de diretora técnica no sentido de compreender como funciona a creche e a sua perceção sobre determinadas temáticas.

As entrevistas constituem-se como fontes essenciais na recolha de informação, na medida em que fornecem perceções e interpretações sobre determinado assunto, permitindo desenvolvê-lo.

Esta técnica pode assumir diferentes formas, sendo que a mais comum é a semi-dirigida, ou seja, o investigador possui um guião com questões, maioritariamente abertas, não havendo uma necessária sequência entre elas, devendo encaminhar a entrevista de forma natural, mas que não se afaste dos objetivos (Gil, 2008).

Esta técnica tem como vantagem a capacidade de aprofundamento das informações recolhidas, bem como, permite uma adequação da linguagem e do nível de elaboração de

acordo com as capacidades dos entrevistados. Já relativamente aos limites, a informação recolhida não tem uma forma de análise específica.

Análise e tratamento de dados

Após este processo, entramos na sexta etapa identificada por Quivy & Campenhoudt, (1995) relativa à análise de informações, que em alguns tipos de investigação, se verifica se as hipóteses formuladas correspondem à informação recolhida., isto é, se os resultados obtidos correspondem aos resultados esperados.

Normalmente se a investigação for bem realizada demonstra mais factos do que se estava à espera, devendo ser interpretados e reavaliar as hipóteses para que possa refletir e indicar aperfeiçoamentos necessários.

Existem três operações de análise de informações de acordo com Quivy & Campenhoudt (1995): a preparação dos dados, a análise das relações e a comparação de resultados.

A primeira fase será a descrição dos dados que deve ser realizada com o suporte de gráficos ou tabelas, e a sua agregação, isto é, integra-los em grupos ou categorias, isto é de variáveis. Estas variáveis podem adquirir diferentes formas: (i) nominal, onde não é possível a sua ordenação, onde a medida é uma qualidade ou propriedade definida, tal como a nacionalidade; (ii) ordinal caso possam ser ordenadas mas sem sequência, tal como a satisfação com determinado aspeto (concordo/discordo, etc), exprimindo o lugar; ou (iii) continua, por exemplo a idade.

A segunda fase será a análise das relações entre variáveis, que pode adquirir diferentes formas de análise, de acordo com as variáveis e problemas identificados, podendo ser uma análise estatística ou uma análise de conteúdos. Importa, assim, demonstrar a ligação ou associação ou pelo contrário a independência entre as variáveis.

A terceira fase, que se aplica em algumas investigações, é a comparação dos resultados observados com os esperados e a interpretação das diferenças. Quando se verificam diferenças entre estes resultados torna-se necessário perceber qual o fundamento da diferença.

Relativamente à presente investigação, numa primeira parte, procedeu-se a uma análise comparativa quanto às diferentes informações e perceções recolhidas através do questionário, da análise documental e das entrevistas, com vista a compreender a influência que a creche poderá ter no desenvolvimento da criança.

Já numa segunda parte procedeu-se à análise das razões de não frequência da creche, quer através de questões abertas onde os pais pudessem expressar quais os motivos, quer

através da recolha de alguns dados sobre o agregado familiar de forma a poder determinar se existem características distintas entre quem integra os filhos na creche e quem não integra.

Importa reforçar que a perceção dos pais sobre determinadas questões foi realizada através de resposta livre para que os pais pudessem justificar a informação prestada, colmatando a impossibilidade em realizar entrevista, devido à incapacidade de articulação do horário laboral da aluna com a dos pais.

III PARTE – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

1. Impacto da creche no desenvolvimento da criança

1.1. Funcionamento e organização da creche

A creche encontra-se localizada numa freguesia do interior do país, no concelho de Arganil, com sensivelmente 1500 habitantes².

Este equipamento integra um conjunto de respostas sociais no âmbito de atuação de uma IPSS de carácter religioso, caracterizada como Centro Social e Paroquial.

Para a criança integrar a creche deve cumprir um dos critérios de admissão, estabelecidos no regulamento interno desta valência, e que se prendem com as condições económicas do agregado familiar da criança; a residência do agregado ser perto da creche; a criança ter algum irmão a frequentar a resposta social de creche; um dos pais ser sócio da Instituição e o grau de urgência e necessidade da criança.

Quando a criança é admitida é realizado um contrato escrito entre a creche e a família.

Questionada sobre se a creche apenas possibilita a integração das crianças, dependendo das capacidades económicas da família, a assistente social discorda, mencionando que as pessoas são atendidas “satisfatoriamente”, sendo apenas negada a admissão em situações que não existam vagas.

No que respeita ao horário da creche, a mesma funciona das 8h00 às 19h00 todos os dias exceto sábados, domingos e feriados, bem como os primeiros cinco dias úteis do mês de Setembro para limpeza e preparação do próximo ano letivo.

Relativamente à perceção que a assistente social tem sobre a adequação deste horário às necessidades dos pais, a mesma refere:

“Tendo em conta a procura que se tem verificado nos últimos tempos, a hora de abertura deveria fazer-se mais cedo, uma vez que a grande maioria dos pais das crianças trabalha fora da área da escola”.

² Conforme Censos 2011

Sobre o serviço prestado pela creche ao público em situação de maior vulnerabilidade social, procurou-se perceber se na sua opinião o apoio prestado pela segurança social era adequado às necessidades identificadas:

“o número de vagas apoiadas pela Segurança Social é insuficiente face ao número de casos que temos com maiores vulnerabilidades económicas.”

A creche desenvolve diversas parcerias, de acordo com as suas necessidades, nomeadamente com a Câmara Municipal, com o centro escolar, com a biblioteca escolar e municipal e com o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. Importa frisar a articulação com a equipa do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) sempre que se detete nas crianças a existência de dificuldade ou necessidades educativas (Plano de atividades, 2018).

Questionada a assistente social sobre a sua função na identificação de dificuldades ou problemas familiares, e qual a forma de atuação junto das famílias, verificamos que a maioria das situações não são trabalhadas na creche, mas antes encaminhadas para a equipa de SNIPI, enquanto resposta especializada, conforme menciona:

“[...] se tivéssemos tempo e abertura para tal, seria muito interessante. [...] Contudo, sempre que há uma suspeita de problemas familiares que estejam a afetar a criança ou até mesmo problemas com a mesma, é logo feita uma articulação com o SNIPI que é composta por uma equipa interdisciplinar (Psicólogos, Assistentes Sociais, Sociólogos, etc) que vai de imediato intervir não só no meio escolar mas também junto das famílias. E, portanto, a nossa função ali, é apenas de auxiliar e ajudar no processo de intervenção.”

Procurou-se igualmente analisar diferentes aspetos da organização e funcionamento da instituição de acordo com os critérios de qualidade identificados por diferentes autores, e mencionados na revisão bibliográfica, a saber: rácio profissional/crianças, currículo, recursos humanos (competências e capacidades profissionais), interação família-creche e estrutura física.

Rácio de aluno/profissional e número de alunos por turma

No que respeita ao rácio de criança por turma e por colaborador, fator com grande impacto para a qualidade dos serviços prestados, verificamos que estes variam consoante a

idade e as necessidades da criança, sendo que à medida que as crianças vão crescendo as turmas crescem igualmente:

“O número de crianças por turma vai aumentando, à medida que o grau de autonomia das crianças se vai efectivando, isto é, no Berçário temos duas turmas com 8 crianças cada uma; nas salas de 1 ano, cada turma tem 14 crianças; e nas salas de 2 anos, cada turma é constituída por um máximo de 18 crianças. [...] Cada turma é composta por 2 profissionais.” (assistente social da creche).

“O currículo/projeto pedagógico”

A intervenção da IPSS ao nível da resposta creche encontra-se definida no projeto pedagógico/plano de atividades realizado anualmente, documento que menciona os objetivos da creche, as principais atividades e comemorações a serem desenvolvidas e as reuniões com os encarregados de educação.

De acordo com a assistente social o plano de atividades/projeto pedagógico é elaborado pelas educadoras de infância, sendo submetido à aprovação pelos órgãos sociais da Instituição, que poderão aprovar ou solicitar algumas alterações. Este documento é elaborado com base na regulamentação da segurança social, descrita no manual de processos-chave.

Simultaneamente, existe para cada sala, um plano de atividades específico e adaptado às características das crianças e à sua idade.

Este documento faz menção às principais atividades desenvolvidas pela creche, enquanto currículo pedagógico, que se concentram na satisfação das necessidades e prestação de cuidados, nomeadamente: a alimentação, os cuidados de higiene pessoal, os cuidados de saúde, o descanso, as atividades pedagógicas e lúdicas e a formação pessoal e social (Projeto pedagógico/plano de atividades 2017-2018).

Ao nível da alimentação, são fornecidas pela creche as refeições do almoço e lanche, sendo as suas ementas elaboradas pela nutricionista da instituição, atendendo às necessidades e idades das crianças.

O espaço de refeições é igualmente adequado às necessidades das crianças de acordo com a sua faixa etária. Assim, os bebés fazem a refeição na “sala parque” e as crianças maiores fazem no refeitório.

No que respeita à higiene, a creche desenvolve diversos cuidados às crianças, num primeiro fim, para o seu bem-estar, mas igualmente com a finalidade de introduzir às crianças esses hábitos, tais como usar o bacio ou sanita, a lavagem das mãos, cara e dentes.

Relativamente ao descanso, este é um aspeto que é promovido pela creche pois é seu entendimento que a “sesta” é um momento importante para as crianças, principalmente para as crianças mais pequenas. Este descanso ocorre normalmente depois do almoço no dormitório, embora os bebés possam fazê-lo de forma livre.

A brincadeira e o jogo são aspetos importantes na infância e devem ser valorizados e promovidos, na medida em que permitem desenvolver competências e aprendizagens de forma agradável e havendo motivação por parte da criança. Nesse sentido, são desenvolvidas, pela creche, atividades lúdicas e pedagógicas, de acordo com as necessidades das crianças, sendo promovidas essencialmente duas componentes: a motricidade e a linguagem.

Relativamente à motricidade, verificamos que a creche procura através dos sentidos, dos objetos e dos brinquedos estimular o desenvolvimento da motricidade fina e da coordenação “óculo-motora”. Para isso desenvolve ações como apanhar, pintar, amassar, encaixar, entre outras. Também ao nível das suas capacidades motoras procura-se desenvolver a marcha, ficar de pé, ficar sentado, andar de triciclo, etc (plano de atividades, 2018; ISS,I.P.,s.d.).

Já ao nível da linguagem, a creche procura desenvolve-la através das diversas interações dos profissionais com a criança, nomeadamente falando, lendo, contando histórias, cantando canções, explorando livros, imitando sons, associando palavras a objetos, entre outras ações que procuram desenvolver a capacidade comunicativa e expressiva da criança.

Por fim, ao nível da formação pessoal e social, fazem parte dos objetivos fornecer afeto às crianças, pois mesmo na ausência dos pais, a criança precisa de receber e dar afeto. Nesse sentido, a creche procura promover um ambiente afetivo e criar laços afetivos com os adultos para que a criança possa desenvolver uma estrutura emocional e psicológica saudável. “Quando estamos a amar uma criança, esta está a receber estímulos a vários níveis” (Projeto Pedagógico/Plano de atividades 2017-2018).

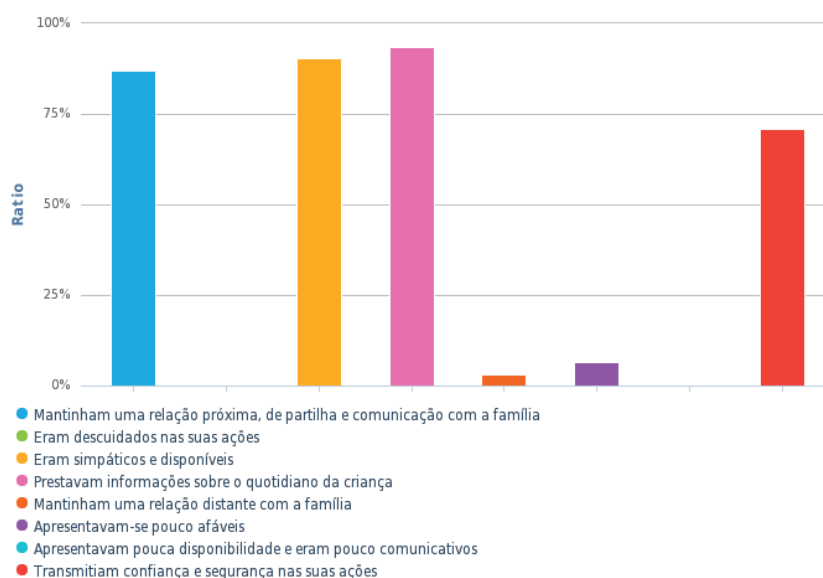
Recursos humanos

Ao nível dos recursos humanos da instituição a mesma dispõe de uma equipa constituída por quinze profissionais: nove Auxiliares de Ação Educativa; quatro Educadoras de Infância; um Auxiliar de Serviços Gerais e uma Assistente Social.

Questionada sobre se considera que o número de profissionais existente é adequado para satisfazer as necessidades das crianças, a assistente social menciona que os recursos humanos existentes permitem satisfazer com qualidade os cuidados necessários, não descurando que a existência de mais profissionais é uma mais-valia para a prestação de um bom serviço:

“Nós, seres humanos, achamos, sempre, que precisamos de mais alguém para que tudo funcione na perfeição. No entanto, os recursos humanos e materiais que temos são suficientes e de qualidade, para prestar uma boa resposta aos nossos clientes” (assistente social).

Gráfico 2 - Postura dos profissionais na relação com a família

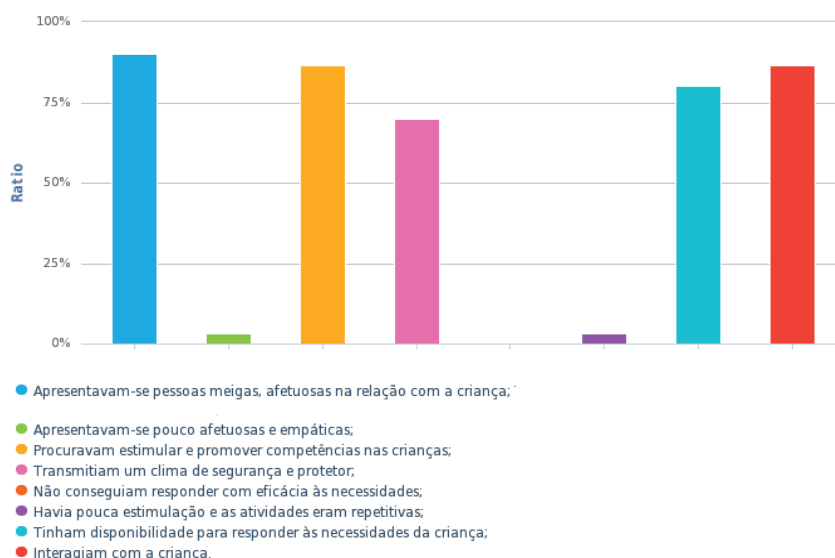


De acordo com o inquérito realizado, verificámos que a perceção dos pais sobre os profissionais da creche é maioritariamente positiva, mencionando que estes mantinham uma relação próxima, de partilha com a família, eram simpáticos e disponíveis, prestavam informações sobre o quotidiano da criança, e transmitiam confiança e segurança nas suas ações.

Perante esta opinião, procurou-se perceber se os diferentes profissionais apresentavam formas distintas de agir. Apesar de alguns pais reconhecerem que existem diferenças ao nível da personalidade dos profissionais, no global a perceção dos pais sobre os profissionais é satisfatória, considerando que os mesmos eram de confiança, disponíveis e preocupados. Reconhecem que naquela creche existia muita partilha e proximidade entre profissionais e

pais, sendo transmitida com regularidade pelos profissionais a evolução da criança e as atividades desenvolvidas aos pais.

Gráfico 3- Postura dos profissionais com a criança



Também com base no inquérito, observou-se que a opinião dos pais sobre a relação dos profissionais com a criança é igualmente positiva, considerando que estes se apresentavam pessoas meigas e afetuosas na relação com a criança, tinham disponibilidade para responder às suas necessidades, interagiam e procuravam estimular e promover competências nas crianças, transmitindo um clima de segurança e protetor.

“Eu costumo dizer que é a 2ª família do meu filho e portanto não tenho nada a apontar, gosto muito de todas, ajudaram-nos muito e sempre fizeram o melhor pelo meu filho” (mãe de criança integrada em creche)

Relativamente à periodicidade em que são realizadas reuniões de equipa pelos profissionais foi mencionado pela assistente social que são realizadas sempre que se considere necessário de modo a resolver problemas e outras questões.

Interação e parceria entre creche e família

Ao nível do relacionamento e comunicação existente entre a creche e a família, procurou-se compreender junto dos pais, além do relacionamento que mantinham com os profissionais,

qual a facilidade em contactar com a creche. Sobre este aspeto, foi recolhida uma resposta global positiva.

Já relativamente à percepção da assistente social, a mesma menciona que a articulação entre a família e a creche é um fator positivo, na medida em que o trabalho em creche pressupõe uma “parceria”, ao nível da prestação de cuidados e educação, e motivo pela qual se torna importante a recolha do feedback dos pais.

No que diz respeito à receptividade dos pais em participar nas reuniões e festas, a mesma refere:

“Há de tudo um pouco. Há pais que por força da sua vida profissional não podem estar mais presentes na vida escolar dos seus filhos e há outros que simplesmente não estão interessados nessa envolvência. Mas a sua grande maioria mostra interesse e motivação para participar nas atividades/reuniões que lhes são propostas”.

Já no que respeita à preocupação e dedicação demonstrada pelos pais em saber como se apresenta a criança durante o período na creche, verificamos que os pais se apresentam pessoas envolvidas e interessadas conforme demonstra:

“ Nesse aspeto, os pais são bastante exigentes, não só em termos de relação humana, mas também a nível de higiene e prestação de cuidados.” (assistente social da creche)

Sobre as interações em contexto de creche verificamos que a maioria dos pais (25) mencionam ter momentos de interação com o filho na creche, nomeadamente nas festas e nos momentos de ir levar e buscar a criança. Aos pais que responderam não existir essa interação (4) mencionam como motivo principal a ausência de tempo disponível durante a permanência da criança na creche.

Corroborando esta informação, a assistente social menciona que costumam convidar os pais a interagir:

“Na comemoração de algumas datas festivas e ao longo do ano são-lhes solicitadas algumas participações na realização de trabalhos que colocamos em exposição.”

No que respeita às reuniões na creche, questionou-se a sua frequência, de modo a perceber a articulação existente. Contudo, verificou-se que questionar sobre a frequência torna

difícil a sua medição, na medida em que aquilo que é considerado frequente para uns, para outros pode não ser. Deste modo, verificamos que metade dos pais consideraram haver reuniões frequentes, enquanto outra metade consideram não existir.

Quando questionados sobre o número em média de reuniões anuais, os pais mencionam existirem entre duas a três reuniões, sendo os seus assuntos, no início do ano para fornecer informação sobre a organização interna da creche e a apresentação do plano de atividades anual, e no final do ano para prestar informações sobre o desenvolvimento da criança.

Existem, ainda, pais que mencionam a existência de reuniões de apoio à parentalidade, e reuniões para resolução de problemas com as crianças, embora esta resposta seja reduzida.

Quando questionada a assistente social sobre esta matéria, a mesma menciona que por norma apenas é realizada uma reunião anual no início do ano. Sendo assuntos debatidos nesta reunião:

“a apresentação das profissionais que ficarão responsáveis pelos seus educandos; Alerta para alguns aspetos importantes: cumprimento de horários, entrega do material necessário quando solicitado; participação ativa na vida escolar dos seus filhos; etc; Apresentação do plano de atividades a realizar durante o ano.”

Sobre a produtividade dessas reuniões, é opinião dos pais que as mesmas são importantes *“para conhecer o funcionamento e objetivo da creche”*, saberem da existência de alterações, *“saberem o que as crianças irão fazer”* e para *“expor problemas, colocar questões e dúvidas”*.

Um dos pais menciona que independentemente das reuniões formais, os pais recebiam informação sobre os seus filhos diariamente:

“Todos os dias tínhamos conhecimento de como tinha estado a nossa filha e se houvesse alguma coisa a resolver era na hora”.

Estrutura física

A estrutura da creche é composta por dois refeitórios (um para o berçário e um para os restantes anos); seis salas (duas para cada faixa etária); quatro dormitórios (dois para o berçário, um para as crianças de um ano e um para as crianças de dois anos); uma casa de banho; uma sala de amamentação que funciona também de recobro; uma sala para a realização da atividade extra curricular; um salão para atividades diversas e uma sala de acolhimento das crianças na hora de abertura e fecho da creche.

No exterior a creche dispõe de um jardim onde as crianças podem interagir e desenvolver atividades, espaço que é reconhecido pelos pais e que estes consideram ser utilizado sempre que viável.

Relativamente à opinião dos pais sobre as condições de segurança apresentadas pela creche, estes consideram que é muito adequada ou adequada. Também quanto à acessibilidade, todos os pais consideram que o espaço da creche é acessível e adequada às necessidades das crianças.

No que respeita ao material e imobiliário, os pais consideram que os mesmos também são adequados, apresentando conforto e segurança.

1.2. Perceção sobre a creche

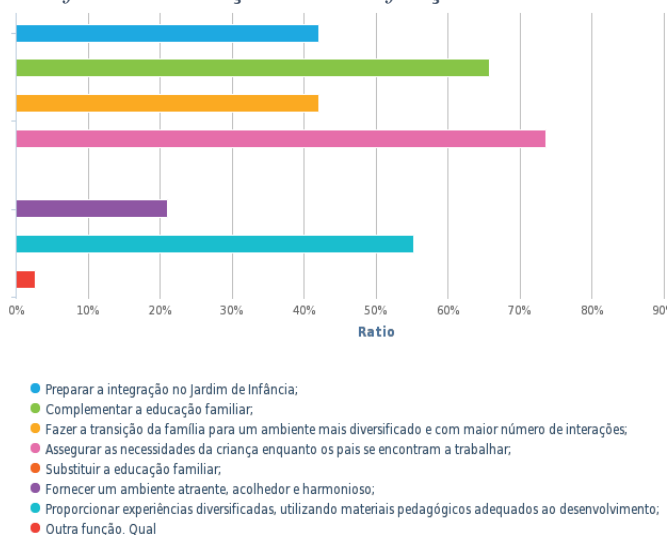
Perceção sobre o conceito e sobre a função da creche

Questionados os pais sobre o que é para eles a creche, verificamos que para a maioria é “uma mais-valia para o desenvolvimento da criança”, opção escolhida por vinte e uma famílias, seguindo-se, a perceção da creche como “a resposta mais adequada para prestar os serviços de cuidado e educação”, de acordo com dez famílias. Quatro famílias consideram ainda que a creche é “uma necessidade apenas eleita pela impossibilidade de ficar com a família”.

Relativamente à função da creche, foram apresentadas aos participantes diversas opções, onde tinham liberdade para escolher o número de opções que considerassem definir a creche.

Dentro das diferentes opções, a mais selecionada, com vinte e oito escolhas, foi “assegurar as necessidades da crianças enquanto os pais se encontram a trabalhar”, seguindo-se a opção “complementar a educação familiar” com vinte e cinco escolhas, e “proporcionar experiências diversificadas, utilizando materiais pedagógicos adequados ao desenvolvimento” com vinte e uma escolhas.

Gráfico 4- Perceção sobre a função da creche



Importa frisar que nenhuma família selecionou que a função da creche é “substituir a educação familiar”, havendo o reconhecimento que esta resposta não é substituta da família, existindo sempre a responsabilidade da família assumir as suas funções educativas.

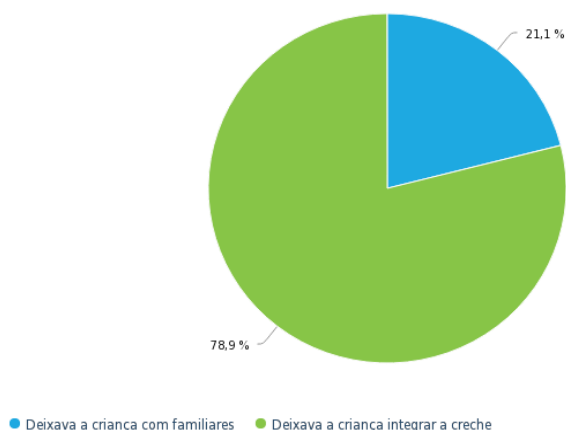
A este respeito, pela assistente social da creche é mencionado:

“A Creche é um complemento à educação que deve ser transmitida em casa. É um facto que as crianças passam a maior parte do tempo na escola mas daí a assumir-se que a responsabilidade da educação é dos profissionais que estão diariamente com elas é um erro. E, neste sentido, considero que a Creche é uma mais-valia para o desenvolvimento da criança, em termos de aquisição de regras, socialização, estimulação dos diferentes sentidos e capacidades, etc.”

Cuidados prestados pela creche versus cuidados prestados pelos familiares

Para a assistente social da creche existem diferenças entre as crianças que frequentam a creche e as crianças cujos cuidados são prestados exclusivamente por familiares. Como fundamentação a mesma faz referência às diferentes experiências que podem ser promovidas numa creche, quer ao nível da convivência com outras crianças, quer às diferentes atividades disponíveis na creche, que podem não ser possíveis de proporcionar em casa.

Gráfico 5- Preferência entre cuidados prestados por familiares e creche



Reconhecendo que a integração na creche, pode não ser uma opção livre dos pais, mas ser considerada como a única opção, procurou-se compreender junto dos pais se tivessem oportunidade de deixar a criança com familiares ou na creche por qual optariam.

Deste modo, verificou-se que a grande maioria, trinta famílias, optaria pela creche, enquanto oito famílias optava pelos familiares.

No que respeita aos motivos da escolha, verificamos que para quem escolheu a creche, prevaleceu o reconhecimento de que a creche era um espaço que promovia: “diferentes estímulos”; a aquisição de regras e rotinas; a socialização com outras crianças; uma maior responsabilização, e um desenvolvimento mais precoce da autonomia.

Há, assim, uma compreensão por parte dos pais de que este espaço potencia o bom desenvolvimento da criança, e onde é depositada total confiança nos profissionais que prestam os cuidados aos seus filhos.

Não obstante, estes familiares reconhecem a importância dos avós, procurando sempre que possível que as crianças tenham momentos com a família alargada.

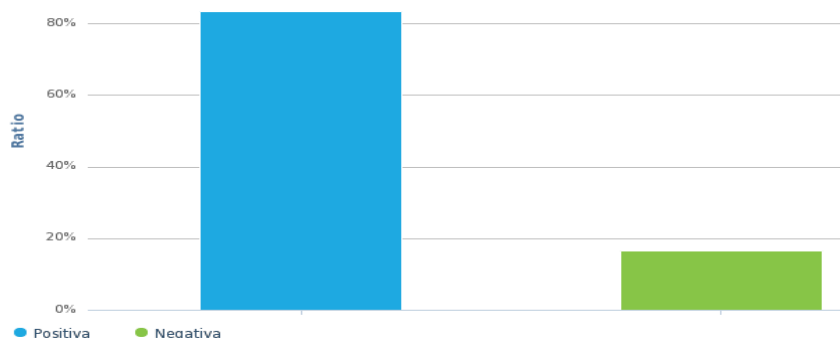
Relativamente aos pais que consideram preferencialmente a opção dos familiares para assegurarem os cuidados aos seus filhos, sobressai que os “ *avós também têm um papel importante na vida das crianças*” permitindo-lhes “*fortalecer emocionalmente as crianças*”.

Do mesmo modo, com esta escolha procuravam evitar “*acordar as crianças tão cedo*” e o “*contacto com doenças virais*”. Existe ainda uma família que considera que as crianças podem ser tão bem estimuladas em casa como na creche, situação pela qual optaram, evitando assim o corte tão cedo da convivência permanente com a família.

A escolha preferencial dos familiares foi mencionada por um dos pais, pois consideram que devido à distância, existem poucos momentos para o filho estar com a família:

“ Uma vez que [a criança] tem a família longe, acabamos por valorizar muito mais o tempo passado com os nossos, e por essa razão optaríamos, se pudéssemos, por deixar a criança com os familiares. No entanto, é de salientar a importância da creche para o estabelecimento de regras que, se calhar, com a família acabaria por ser mais difícil”.

Gráfico 6- Percepção sobre a possibilidade dos avós prestarem os cuidados

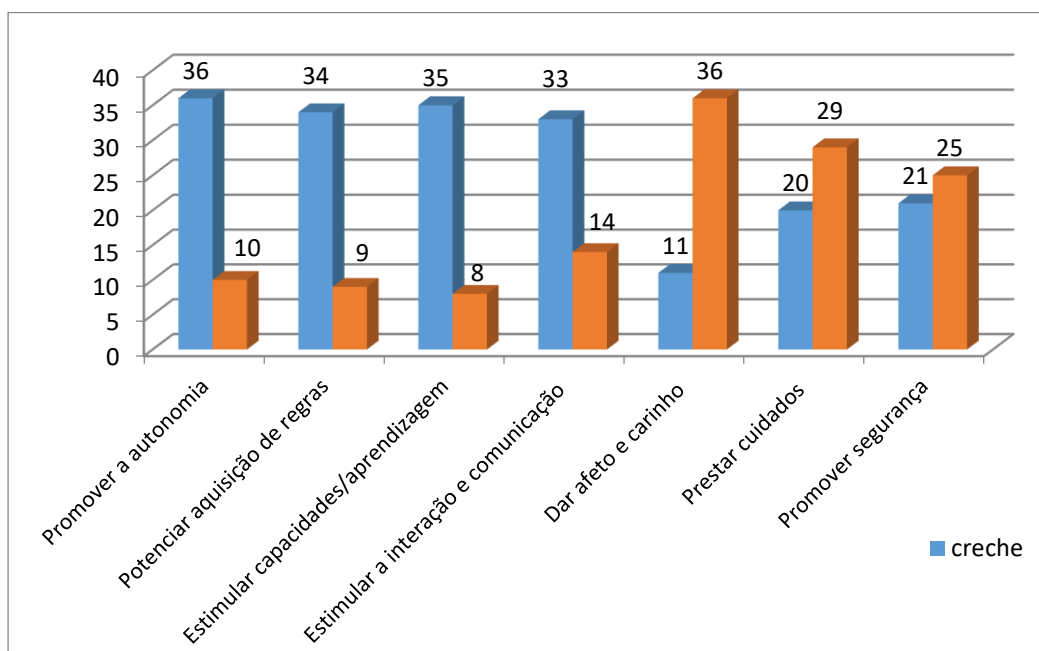


Paralelamente, quando questionados sobre a possibilidade dos avós prestarem os cuidados aos netos, trinta e seis famílias consideram positiva esta escolha, e apenas seis não consideram adequada. Importa reforçar que embora a maioria optasse pela creche, reconhecem que os avós têm capacidade de prestar apoio, e que são importantes na vida das crianças.

Relativamente a esta questão, a assistente social da creche considera:

“ [...] Apesar de considerar que os avós têm um papel fundamental no crescimento da criança, a frequência em creche é, sem dúvida, um meio onde as crianças se podem desenvolver na sua plenitude.” (Assistente social da creche)

Gráfico 7- Cuidados prestados pela Creche versus Cuidados prestados por Familiares



Com vista a comparar os cuidados prestados pela creche e por familiares, procedeu-se à análise com base na percepção dos pais, sobre diversos fatores relacionados com os cuidados e educação a prestar durante a infância.

Verificamos que a creche, para os pais, se apresenta mais adequada para prestar serviços do estilo educativo, nomeadamente “promover a aquisição de regras”, “estimular capacidades e aprendizagens”, “estimular a interação e comunicação” e “promover a autonomia”.

Esta avaliação vai de encontro à informação transmitida quanto à preferência pela creche em detrimento dos familiares.

Por outro lado, para “dar afeto e carinho”, “prestar cuidados” e “promover segurança” verificamos que a família apresenta mais ponderação, apresentando o vínculo afetivo um papel determinante nesta decisão.

No que respeita à segurança, verificamos que ambas adquirem pontuações próximas. Podemos analisar estes resultados sobre dois prismas, se por um lado a família apresenta um rácio de cuidador /criança mais adequado, na medida em que os avós apenas têm de prestar apoio aos seus netos e, por isso, dispõem de maior atenção.

Por outro, pressupõem-se que a estrutura da creche se apresenta mais adequada à faixa etária em análise, de modo a poder prevenir situações de perigo, como por exemplo quedas.

Corroborando a percepção dos pais, a educadora do jardim-de-infância reconhece que a creche facilita o processo de autonomia, no que respeita à capacidade da criança se alimentar sozinha, e de ir ao wc, ao nível do desenvolvimento da linguagem e a maior capacidade de socialização, considerando que nesses aspetos os avós tendem a facilitar ou a desempenhar as tarefas:

“[...]a linguagem talvez venha mais trabalhada, e as socialização com os colegas porque há o cortar o “cordão umbilical” mais cedo, e aí temos o trabalho mais facilitado... talvez o comer também, estão mais autónomos, porque com os avós, eles tendem a ser mais protetores e facilitam, fazem tudo, dão comer à boca,...e na higiene” (Educadora jardim de infância nº1)

Esta educadora faz alusão às situações em que as famílias apresentam comportamentos disfuncionais, e que nesses casos a creche se constitui como um complemento e reforço positivo, promovendo competências e capacidades que em casa podem não ser estimuladas.

“Há casos de famílias disfuncionais em que tudo está mal, e aí a creche é uma mais-valia. Em famílias normais se a criança puder estar com a família, ótimo!”

Não há muito a lucrar com a frequência da creche ao nível cognitivo, é um mal necessário.” (Educadora do jardim de infância nº1)

É perceptível que para esta educadora a creche é uma resposta que contribui para o bom desenvolvimento apenas em situações em que a situação familiar está desfavorecida, devendo a creche servir como um complemento e reforço positivo.

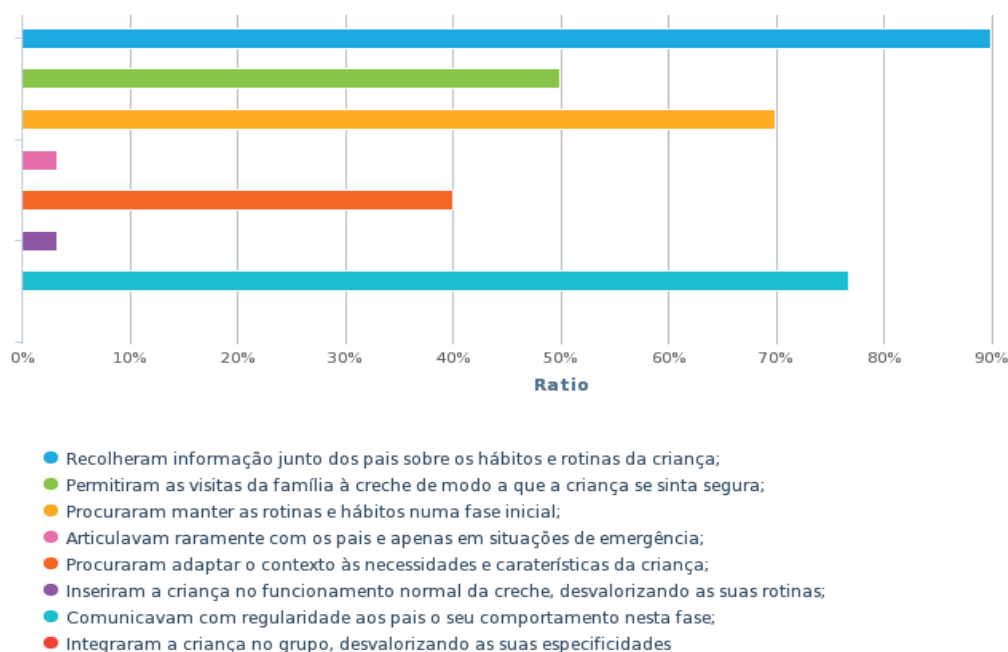
Relativamente às situações ditas “normais”, considera que essas capacidades podem ser trabalhadas no jardim-de-infância, e que é preferível os cuidados prestados por familiares nesta idade, pois permitem um melhor equilíbrio emocional, bem como, maior educação e respeito pelos outros.

“Os que vem de casa até podem vir menos autónomos, mas isso pode ser trabalhado aqui, e passado umas semanas estão adaptados [...] A nível emocional quem vem de casa vem melhor, estão mais atentos e são mais respeitadores. Outro aspeto que eu acho também negativo é a parte afetiva, eu acho que os meninos que vem da creche de uma maneira geral já são mais agressivos, também se calhar porque já vem habituados a defender-se uns dos outros, dos que vem de casa. Os que vem de casa, que estão com a família digamos que, embora não tendo feito a socialização, são mais observadores, estão mais atentos ao que se lhe diz, do que os que vem da creche [...] os que vem de casa acho que são mais respeitadores, e respeitam também mais os outros colegas, por timidez muitas vezes, porque também não estão à vontade, mas de uma maneira geral acho que emocionalmente conseguem gerir melhor ali as coisas, ter mais calma [...]” (Educadora do jardim de infância nº1)

Também as duas educadoras que lecionam neste momento no jardim-de-infância fazem referência, enquanto aspeto negativo, à “má educação” que as crianças têm quando integram o jardim-de-infância, quer no que diz respeito à interação com os colegas quer à obediência das regras. Questionadas sobre se verificam que esse comportamento está mais presente nas crianças provenientes da creche ou nas que não frequentaram, mencionam que essa situação é muito variável, dependendo de diversos fatores, e não sendo possível por isso a identificação de um grupo.

Procedimentos adotados no período de adaptação

Gráfico 8- Procedimentos adotados pelos profissionais no processo de adaptação



A adaptação à creche é um processo com grande implicação na integração da criança, devendo ser preparado em articulação com a família. Nesse sentido, procurou-se compreender de que forma os profissionais procediam nesta fase, tendo em conta a experiência vivenciada pelas famílias.

Verificamos que a prática mais comum consiste em recolher informação junto dos pais sobre os hábitos e rotinas da criança, seguindo-se a comunicação regular aos pais sobre o comportamento apresentado pelas crianças, bem como manterem as rotinas e hábitos das crianças numa primeira fase. Embora mencionado com menor expressão, também se verificavam práticas de permitir a visita dos pais à creche, e a adaptação do contexto às necessidades da criança.

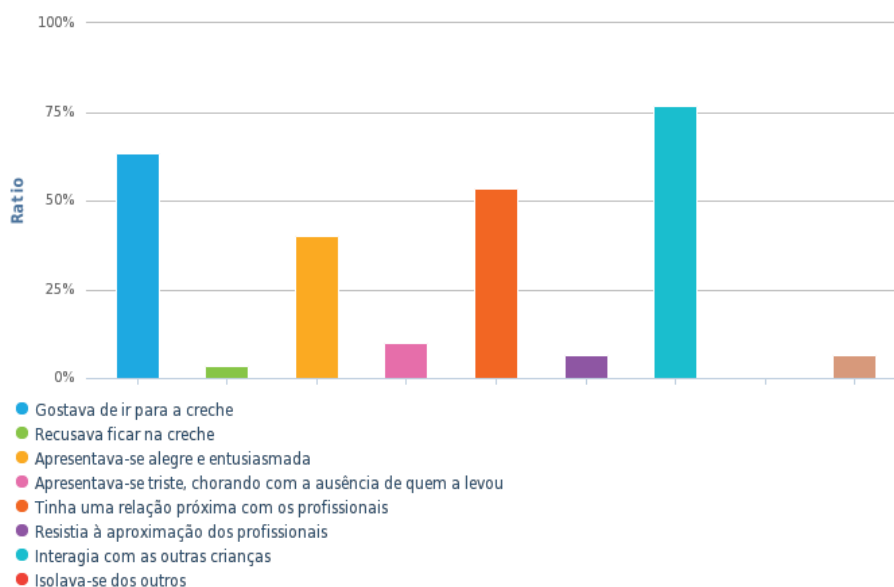
Já quanto aos procedimentos menos considerados, foram mencionados: inserir a criança no funcionamento normal sem ter em conta as suas rotinas, bem como a rara articulação. Importa realçar que estes procedimentos são os que menos se adequam a uma creche com qualidade e, nesse sentido, os que menos visam uma boa integração da criança.

A este respeito, a assistente social da creche menciona que o procedimento de adaptação consiste na realização de uma entrevista com os pais para perceber as rotinas e hábitos alimentares e de sono, sendo depois possibilitada a integração gradual da criança na creche,

isto é, a criança pode começar por ir à creche apenas algumas horas por dia, até se habituar aos profissionais, aos colegas e ao ambiente.

Reação da criança à creche

Gráfico 9 - Reação da criança quando chegava à creche



Relativamente à reação apresentada pelas crianças quando chegavam à creche verificamos que a maioria das crianças gostava de ir, interagia com as outras crianças, e apresentava uma relação próxima com os profissionais.

Os pais justificam que a interação com as outras crianças é um fator que motiva a criança a gostar de estar na creche, uma vez que a relação próxima que estabeleciam com as outras crianças levava a que estas encarassem de forma positiva a sua ida para a creche. Paralelamente, a confiança e proximidade afetiva que a criança mantinha com os profissionais, bem como a realização de atividades diversificadas aumentavam motivação para a sua ida.

Nas situações em que se verificou uma adaptação mais difícil, os pais realçam que os seus filhos eram muito dependentes, tendo dificuldade no “desapego”, mas que com o tempo se iam habituando.

Quando questionados se verificavam alguma alteração no comportamento das crianças durante a frequência da creche, os pais mencionam que os seus filhos apresentaram evoluções significativas, próprias da idade, mas que o incentivo dos profissionais se constituía uma

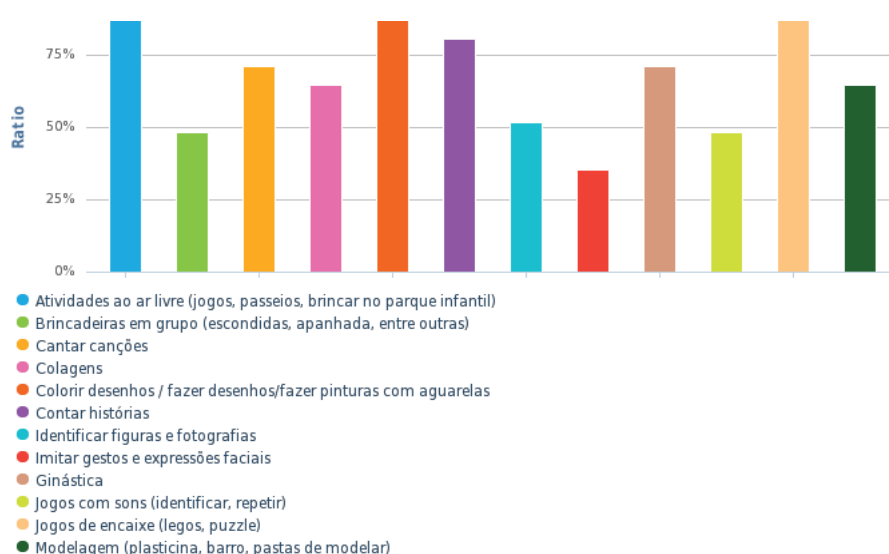
mais-valia. Fazem parte destes comportamentos a criança deixar de usar fralda, passar a comer sozinha, adquirir algumas regras, o desenvolvimento da linguagem, o gosto para pintar, ouvir histórias, aprender a cantar canções, e também ao nível da alimentação, por exemplo “gostar de comer legumes”.

Uma situação mencionada por um dos pais e que adquire principal destaque é a capacidade da criança interagir e ser empática com outras crianças, conforme relata uma mãe:

“deixou de ser tão egoísta, ou seja o facto de ser filha única levava a que estivesse habituada a ter tudo só para ela e na creche desenvolve-se muito a partilha e entreaajuda.”

Os pais reconhecem que as crianças desenvolviam atividades diferentes e estimulantes na creche, mencionando conforme o gráfico algumas das que são do seu conhecimento: jogos de encaixe, colorir, atividades ao ar livre, cantar canções, modelagem, entre outras.

Gráfico 10- Principais atividades desenvolvidas pelas crianças na creche



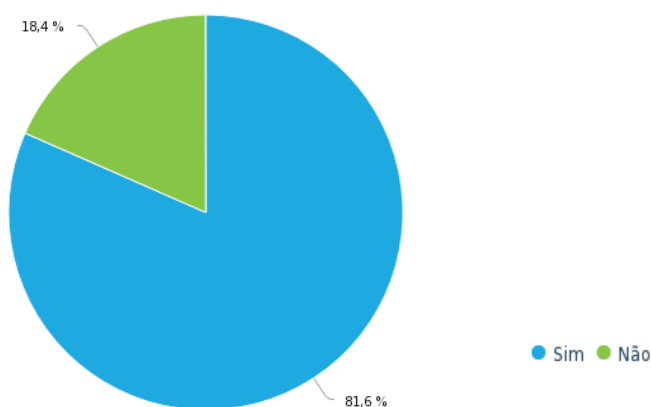
2- Motivos para a inserção ou não inserção da criança em creche

Para aferir quais os motivos para a não integração em creche procurou-se recolher informação por duas vias: questionando diretamente os pais, e fazendo uma análise das características do agregado familiar, de modo a verificar se podem ter impacto nesta decisão.

Verificamos que os motivos apresentados pelos pais para a inserção dos filhos na creche coincidem com a perceção sobre o impacto que a mesma tem no desenvolvimento da criança. Assim, os pais consideram que esta resposta se encontra adequada, promovendo o pleno desenvolvimento dos filhos, enfatizando o papel que esta adquire ao nível da autonomia, socialização, e aquisição de regras, situação que foi corroborada pelas educadoras, que embora não considerem na totalidade que seja a melhor opção, reconhecem que a resposta adquire potencial nessas funções.

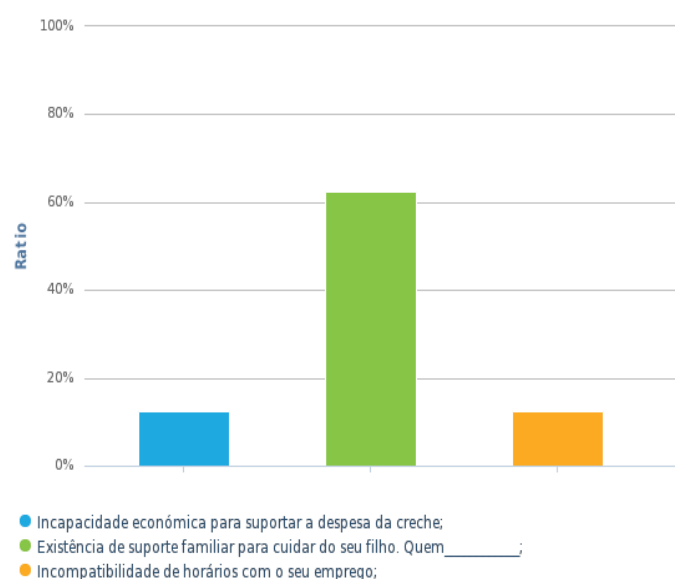
2.1. Frequência da creche e período de integração

Gráfico 11- Integração das crianças em creche



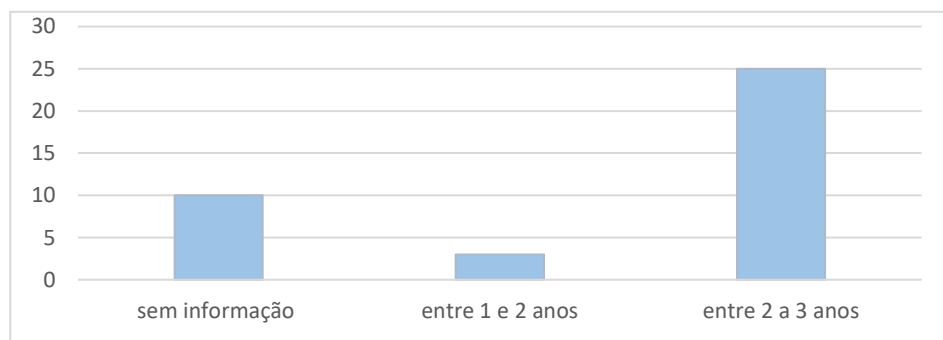
Do grupo analisado, trinta e uma crianças esteve integrada em creche, e apenas sete crianças não frequentaram creche.

Gráfico 12- Motivo para não integração em creche



No que respeita aos motivos para a não integração em creche, surge como resposta principal, com cinco famílias, a existência de suporte familiar para cuidar do seu filho, nomeadamente os avós, uma situação por incapacidade económica para suportar a despesa, e outra com incompatibilidade de horários com o seu emprego.

Gráfico 13- Período de integração em creche

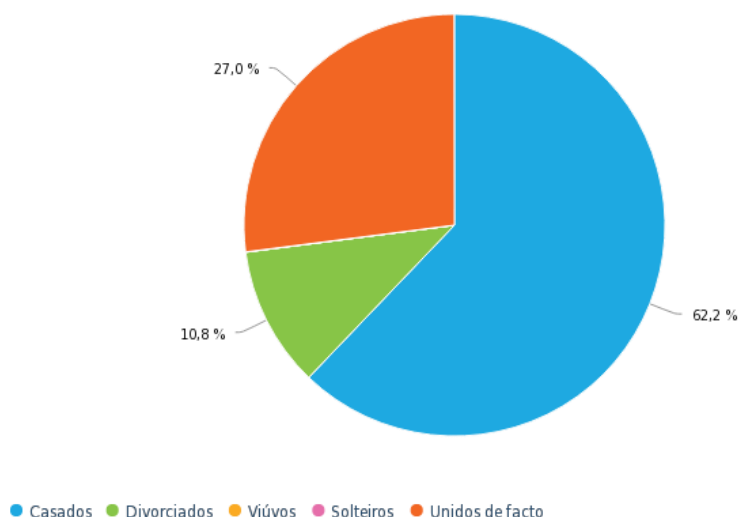


Relativamente ao período de integração, embora alguma parte dos participantes não mencionasse, é possível perceber que a maioria das famílias coloca a criança na creche desde muito cedo, nomeadamente ao fim da licença de maternidade, quando a criança tem entre quatro e cinco meses.

2.2. Caracterização do agregado familiar da criança

Estado civil dos pais e residência da criança

Gráfico 14- Estado Civil dos pais



Neste estudo vinte e três dos pais estavam casados e dez viviam em união de facto, situação que explica que a grande maioria das crianças resida com ambos os pais. Verificamos que um dos participantes não respondeu a esta questão.

Estrutura familiar

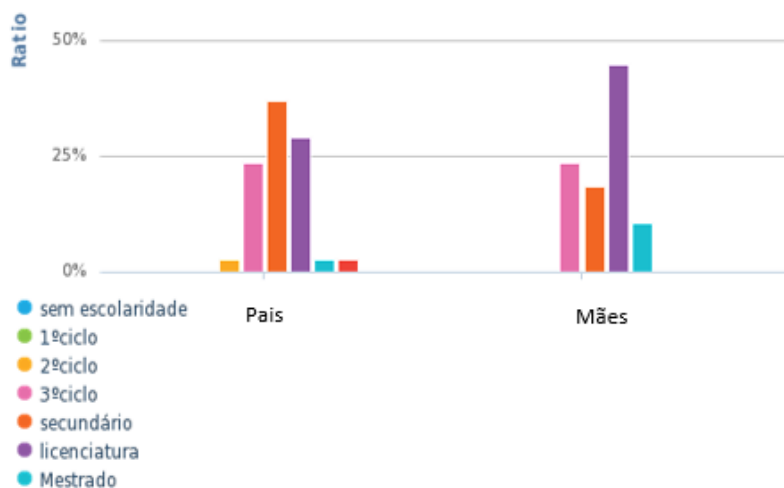
Ao nível da estrutura familiar, prevalece a família do tipo nuclear, com dois filhos (dezasseis casos), com um filho (quinze casos), com três filhos (dois casos). Verificam-se ainda quatro casos de família monoparental feminina, onde em duas destas famílias, os avós faziam parte do agregado familiar da criança.

Idade dos pais

No que se refere à idade dos pais, apurou-se que os homens têm idades compreendidas entre os 30 e os 56 anos, apresentando a faixa etária dos 35 aos 45 maior predominância (vinte e sete dos casos) e no caso das mulheres, estas têm entre os 29 e os 45 anos, prevalecendo a faixa etária dos 35 aos 45 anos, com vinte e quatro dos casos.

Escolaridade dos pais

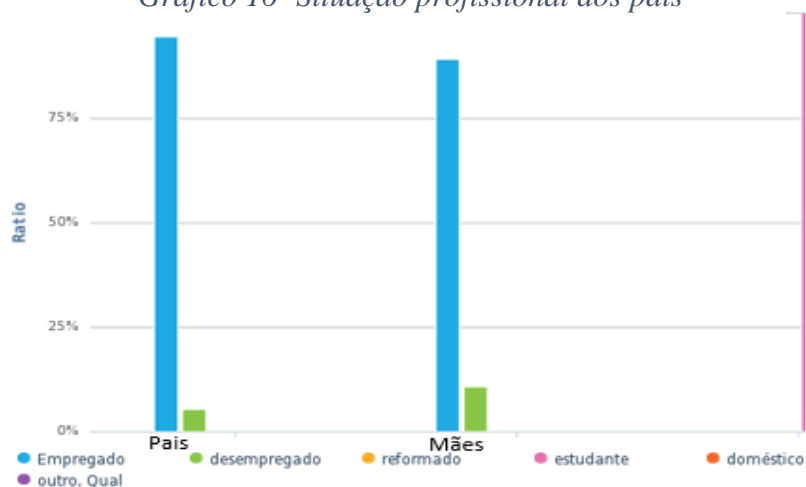
Gráfico 15- Grau de escolaridade dos pais



Ao nível de escolaridade dos pais, verifica-se que os homens têm escolaridade acima do 2º ciclo, sendo o secundário o grau de escolaridade com mais situações, no total de catorze, e no caso das mulheres todas têm escolaridade a partir do 3º ciclo, predominando o grau de licenciatura, com dezassete dos casos.

Inserção profissional dos pais

Gráfico 16- Situação profissional dos pais



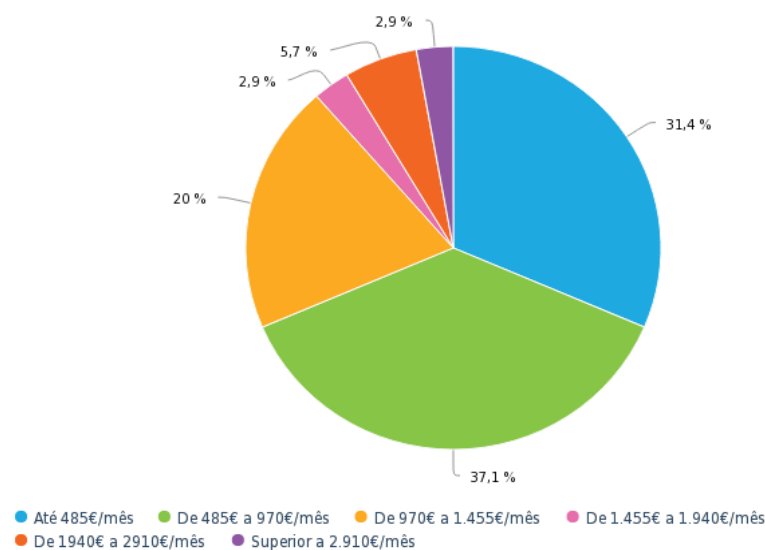
Sobre a sua situação de inserção profissional, verificamos que a grande maioria se encontra empregado (trinta e cinco pais e trinta e três mães), existindo dois pais e quatro mães desempregados, estando o outro elemento a trabalhar.

Este resultado permite colocar algumas dúvidas quanto à acessibilidade das crianças à creche, dependendo da inserção profissional dos pais e consequentemente à sua situação económica.

Quanto à profissão, verificamos uma grande diversidade ao nível dos empregos, desde as áreas mais intelectuais aos serviços operários, sendo comum a mulheres e homens, situação pela qual podemos inferir que a categoria profissional dos pais não interfere na frequência da criança na creche.

Situação económica do agregado familiar

Gráfico 17- Rendimento mensal do agregado familiar



No que respeita à situação económica do agregado verificamos que a maioria das famílias, no total de treze, auferia entre 485€ e 970€ mensais, seguindo-se onze famílias que auferiam até 485€ mensais e sete famílias com rendimentos entre os 970€ a 1.455€.

Tendo em conta a categoria profissional assumida pelos elementos de cada família considerou-se que muitos dos valores mensais de referência mencionados se encontravam abaixo do ordenado mínimo atual, colocando algumas dúvidas quanto à fiabilidade destas informações.

Esta questão pode ter levantado algumas dúvidas aos pais relativamente ao que deveria ser considerado como rendimento mensal, podendo estar a ser interpretado como o valor remanescente mensalmente, e não o valor ilíquido.

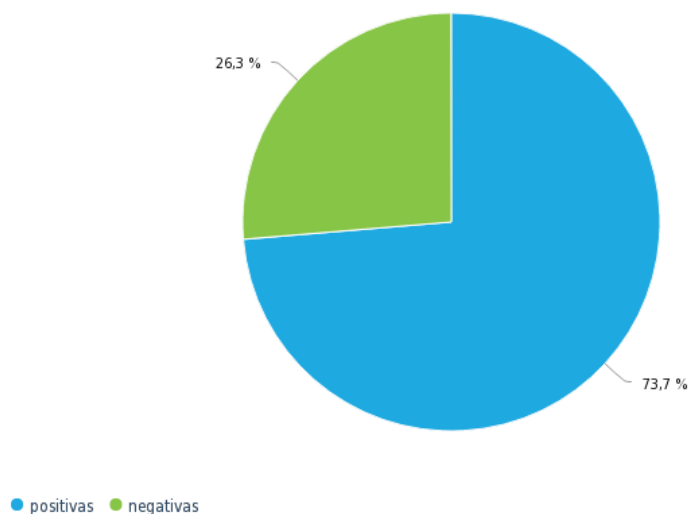
Horário de trabalho

Os horários de trabalho permitem compreender a disponibilidade dos pais em se deslocar à creche e a adequação dos horários da creche às necessidades dos pais.

Assim, verificou-se que, apesar de em alguns casos existir um dos pais em que o emprego é por turnos, nomeadamente em horários noturnos, o outro progenitor apresenta um horário compatível com o horário da creche, que lhe permite ir levar e buscar a criança.

Transição creche para jardim-de-infância

Gráfico 18 Avaliação dos pais sobre as diferenças entre creche e jardim-de-infância

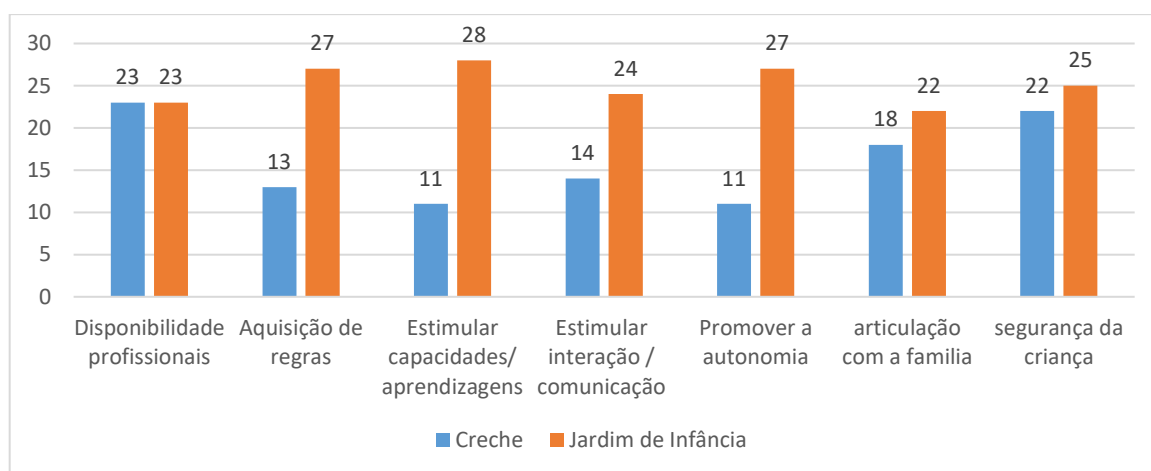


Questionados os pais sobre se consideravam existir diferenças nos contextos de creche e jardim-de-infância, na medida em que são sistemas de apoio à infância, com objetivos muito semelhantes, embora especificidades diferentes. A opinião dos pais divide-se, alguns consideram existir diferenças, já outros não.

Se por um lado, alguns consideram que não existem diferenças na medida em que os dois funcionam no mesmo edifício e os profissionais adotam prática idênticas, outros consideram

que existem diferenças, ao nível da complexidade dos serviços, que justificam como natural tendo em conta a adequação às necessidades das crianças e à sua idade. Assim, a maioria considera essas diferenças positivas. Já a minoria que considera negativas as diferenças do jardim-de-infância atribuem ao facto de existirem menos profissionais para o mesmo número de crianças, colocando em causa a qualidade dos serviços prestados, e existir menos articulação com as famílias, no que respeita à comunicação dos acontecimentos à família.

Gráfico 19- Comparação das diferenças entre creche e jardim-de-infância



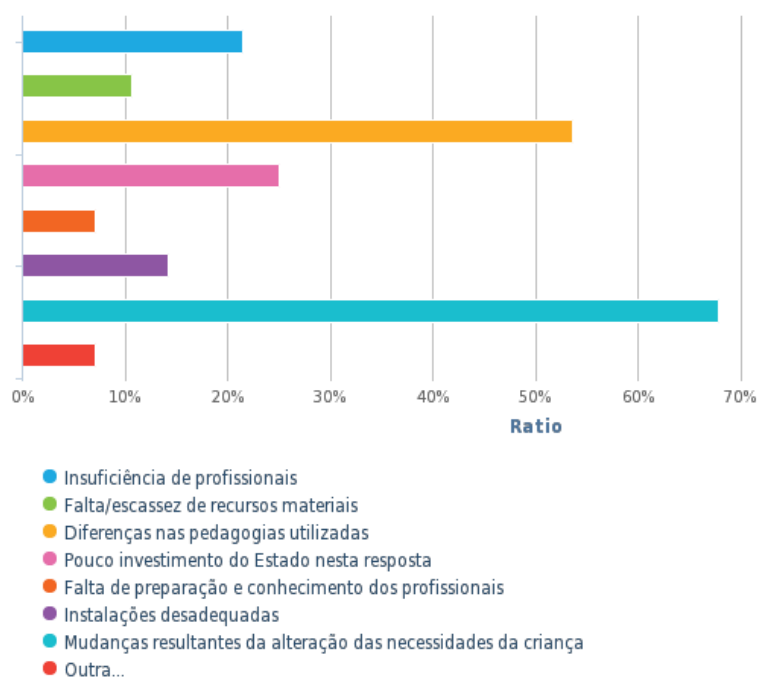
Relativamente à perceção dos pais sobre diferentes práticas de desenvolvimento promovidas nos dois contextos, verificamos que há uma prevalência do jardim-de-infância em todos os parâmetros de avaliação, exceto ao nível da disponibilidade dos profissionais, que apresentam o mesmo número de escolhas. Esta situação levanta algumas questões na medida em que os pais mencionam anteriormente que existem menor número de profissionais no jardim-de-infância para o número de crianças. Da mesma forma, os pais avaliam anteriormente que a articulação na creche é realizada mais vezes que no jardim-de-infância, situação inversa à demonstrada nesta questão.

A predominância do jardim-de-infância dos diferentes parâmetros, nomeadamente a aquisição de regras, a estimulação de capacidades/aprendizagem, a estimulação da interação e a promoção de autonomia, é possível de compreender na medida em que o desenvolvimento das capacidades aumenta, e nesse sentido a complexidade dos serviços aumentam igualmente.

Por sua vez, a compreensão do que é a estimulação da aprendizagem pode suscitar algumas dúvidas, na medida em que a aprendizagem em creche não é formal enquanto no jardim-de-infância já existe uma maior dedicação para atividades de aprendizagem.

Assim, considera-se que a questão deveria ter sido mais ampla e incluir outros domínios mais direccionados para as práticas da creche.

Gráfico 20- Percepção sobre os motivos inerentes às diferentes práticas e organização da creche e jardim-de-infância



Procurou-se perceber quais os motivos que na opinião dos pais geravam as diferenças entre estes dois contextos de apoio à infância. Deste modo, verificou-se que a maioria considera que estas diferenças surgem na sequência da evolução das necessidades da criança, tornando necessário a maior complexidade das pedagogias, e assim se compreende existam diferenças nas pedagogias utilizadas.

É também mencionada com alguma relevância a opção de existir pouco investimento do Estado na resposta de jardim-de-infância, com repercussões nos outros itens seleccionados, nomeadamente a insuficiência de profissionais e as instalações desadequadas.

A intervenção em creche: função do assistente social

Com a realização deste estudo de caso pretendeu-se identificar qual a influência da frequência da creche no desenvolvimento da criança, uma vez que sendo a creche uma resposta social, direcionada na sua maioria por assistentes sociais, torna-se necessário fornecer pistas sobre a intervenção que vise a satisfação das necessidades das crianças, quer ao nível social quer ao nível dos cuidados e serviços educativos a desenvolver.

Conforme, International Federation of Social Workers (2000, p.1):

“O exercício da profissão de assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do "bem-estar". Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social.”

No exercício das suas funções o assistente social deve preservar o respeito e dignidade pelos outros, respeitar a diversidade, defender os direitos humanos e de justiça social que permitam os indivíduos alcançarem os seus objetivos.

Nesse sentido, o assistente social deve adotar uma intervenção baseada nos problemas das pessoas e incluindo-as na sua resolução, podendo a sua intervenção adquirir diversas formas, desde aconselhamento individual, em grupos ou comunitário, até à intervenção política na criação e defesa de políticas sociais (International Federation of Social Workers, 2010)

Deste modo, no que à intervenção na creche diz respeito, e tal como ocorre na área da educação, o serviço social deve realizar diagnósticos sociais sobre as situações vivenciadas pelas crianças e suas famílias, de modo a poder criar estratégias de resolução dos problemas identificados. Para a concretização destas funções, são consideradas tarefas: a construção e execução da orientação parental, integrar a equipa multidisciplinar da instituição visando contribuir na construção de diferentes programas e do projeto pedagógico, a realização de visitas domiciliárias caso se justifique, para o conhecimento da realidade sociofamiliar, a articulação com instituições locais para encaminhamento (CFESS, 2001).

De acordo com Ander-Egg (1995) compete ao assistente social no contexto educativo intervir junto de famílias disfuncionais, caracterizadas por diversas problemáticas; potenciar o

envolvimento dos pais e participação na vida escolar dos filhos, criar espaços de reflexão de problemas quer com os pais na globalidade, quer a nível particular tendo em conta cada situação e concreto; prestar informação sobre os apoios sociais disponíveis, bem como a articulação com diferentes entidades.

Na creche o serviço social deve também desenvolver o seu papel em articulação com o profissional da educação, numa lógica de equipa multidisciplinar, de forma a poder potenciar a formação continua junto dos profissionais, no que respeita à sua postura, à sua identidade profissional, refletindo sobre possíveis preconceitos (Maistro, 1999).

Contudo, as funções maioritariamente realizadas pelo assistente social numa creche são de acordo com o estudo de Peixoto et al (2014) ao nível do processo de inscrição em que conhece a criança e a sua família, no que respeita a interesses, características e rotinas habituais; realizar uma visita com os pais às instalações da creche para que os mesmos conheçam o local onde a criança irá permanecer, bem como, prestar informação sobre o funcionamento da creche.

Posteriormente, o profissional em conjunto com o resto da equipa técnica e com a família deve delinear o plano de acolhimento, onde poderá haver lugar a um horário de permanência da criança na creche pré estabelecido com os pais, que poderá aumentar de forma gradual (Peixoto, 2014).

Relativamente à creche analisada, verificou-se que as funções desenvolvidas pelo assistente social adquirem pouca componente técnica, sendo maioritariamente funções de gestão da resposta social e encaminhamento de situações de perigo.

Relativamente ao reconhecimento da existência de um assistente social na creche pelos pais, verifica-se que não há um conhecimento geral da sua presença, havendo alguns pais que respondem sim, outros não, e ainda quem responda “não sei”. A assistente social nestas valências é normalmente a diretora técnica da valência, situação pela qual nem todos sabem a sua categoria profissional.

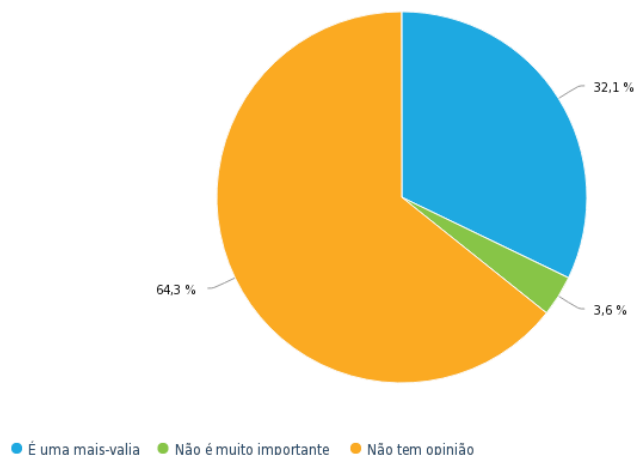
“Estou nesta resposta social à apenas 8 meses, coincidindo com a entrada, pela primeira vez, de uma Assistente Social na Creche da Instituição. Desde que esta resposta abriu o trabalho que hoje desenvolvo, era feito por uma Educadora que, para além do trabalho em sala, tinha de assumir o cargo de Coordenadora Pedagógica e Diretora Técnica.

Neste momento, tenho noção que apesar de atender diariamente os pais para resolver problemas, esclarecer dúvidas e tratar de assuntos mais administrativos, a maior

parte ainda não sabe que existe uma Assistente Social na Creche.” (assistente social da creche)

Procurou-se ainda perceber se os pais tinham contacto com a assistente social, e em que situação. Nas cinco respostas afirmativas mencionam que o contato se restringiu às reuniões de início do ano (ato de inscrição, apresentação do plano de atividades) e às festas da creche.

Gráfico 21- Opinião dos pais sobre a importância do assistente social na creche



Reconhecendo que o papel do assistente social pode ter impacto no desenvolvimento da criança e na relação familiar, procurou-se compreender se os pais consideravam importante a sua existência. Assim, apenas nove pais consideraram uma mais valia, sendo que a maioria, dezoito, considerou não ter uma opinião.

O papel do serviço social na valência não apresenta grande destaque, sendo privilegiado o papel do educador de infância, pelo que os pais não estão sensibilizados para a sua função, conforme a assistente social sublinha na entrevista:

“As funções desempenhadas são principalmente de gestão e coordenação dos recursos humanos e materiais. [...] No fundo, um Assistente Social numa creche tem de estar preparado para atuar quando assim for necessário. É certo que na maior parte do tempo nos dedicamos à gestão e coordenação de pessoal, mas se nos surgir uma situação que requer da nossa parte um tratamento mais técnico, a nível social, nomeadamente articulação com diferentes entidades SNIPI, Segurança Social, Tribunais, Lares de Infância e Juventude, etc. temos de dar resposta.

Nós, enquanto Assistentes Sociais, poderíamos desenvolver alguns espaços de conversa com os pais sobre temas relevantes. No entanto, a disponibilidade do público-alvo para participar é reduzida, devido às suas vidas profissionais. Ainda que seja proposto em hora pós laboral, o tempo que têm para estar com a família já é tão pouco que acabam por não mostrar grande receptividade.”
(assistente social da creche).

Considera-se que este profissional deve adquirir um papel mais ativo, nomeadamente no acompanhamento dos agregados familiares das crianças, quer ao nível económico, quer ao nível das competências parentais, de modo a garantir que as condições existentes promovam o bem-estar e estabilidade familiar, fundamental para o bom desenvolvimento da criança.

Assim, um dos aspetos a ser tido em conta na intervenção social é a componente da educação parental que deve ser integrada obrigatoriamente no programa da creche, de modo a poder promover competências, quando não existam, ou reforçar as existentes.

Porém, para que este acompanhamento seja possível é necessário garantir um sistema universal de acesso à creche, em que qualquer criança possa integrar, independentemente da capacidade económica dos pais.

Nos últimos anos têm sido feito investimento por parte do Estado no apoio a esta resposta, nomeadamente no aumento de vagas comparticipadas, todavia verificamos que, de acordo com o que nos foi mencionado pela assistente social, o número de vagas comparticipadas pela segurança social é inferior às necessidades de quem procura esta resposta.

À medida que esta resposta se torne universal, a intervenção do assistente social adquire ainda maior destaque, na medida em que o público que passa a integrar estas respostas é mais diversificado, sendo as necessidades e problemáticas maiores e mais complexas.

Esta universalidade de acesso permite igualmente a identificação de problemas que necessitem de uma intervenção mais especializada, encaminhando por exemplo para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) ou para a CPCJ.

Todavia, importa reconhecer os obstáculos mencionados pela assistente social da creche ao nível da disponibilidade dos pais em participar, devido à situação laboral dos mesmos. Perante esta dificuldade torna-se necessário alertar os pais para a importância destes momentos de reflexão, encontrando períodos em que seja possível para os pais e para o profissional.

CONCLUSÃO

A integração das crianças na creche é uma realidade incontornável, constituindo-se para a grande maioria dos pais, durante o seu período laboral, a única “solução” para assegurar os cuidados necessários aos seus filhos.

Sendo um espaço onde a criança passa um número elevado de horas, estabelecendo interações com diferentes pessoas e recebendo cuidados e estímulos variados, a creche tem influência no desenvolvimento da criança.

De acordo com a OCDE (2006), a intervenção precoce demonstra ter efeito positivo no desenvolvimento da criança, nomeadamente ao nível cognitivo e linguístico de crianças que provenham de contextos disfuncionais, caracterizados por privações e relações destruturadas, sendo, deste modo, a frequência da creche considerada como um fator de proteção, no sentido de reforço positivo, em situações de risco.

Com este trabalho procurou-se, assim, compreender que tipo de influência a creche tem na vida das crianças e concluiu-se, com base nas perceções de diferentes agentes envolvidos, nomeadamente os pais, os educadores do jardim-de-infância e a assistente social da creche, que a frequência deste espaço terá vantagens ao nível da socialização, da aquisição de regras e no processo de autonomia, aspetos que se influenciam mutuamente e que se encontram interdependentes.

O processo de socialização adquire um papel de destaque na primeira infância na medida em que a criança começa a alargar o seu contexto de interações sociais e a adquirir outras capacidades e conhecimentos.

De acordo com Dubar (2005) o processo de socialização deve normalmente conduzir à adaptação das personalidades individuais ao sistema social. A conformidade precoce dos indivíduos às normas e aos valores é assegurada pelos agentes socializadores que também foram socializados neste sistema e que se encontram legitimados para garantir o seu papel socializador. Quanto mais cedo esta conformidade intervém na existência, mais ela se integra precocemente na personalidade em formação e mais possibilidades ela tem de conduzir com sucesso a uma adaptação.

Por sua vez, a aprendizagem ocorre durante o processo de socialização através dos modelos comportamentais que a criança observa nos adultos. Durante este processo são transmitidas regras e normas, que definem o indivíduo enquanto “ser social”, e que devem

acompanhar o crescimento da criança. Estas regras são mais facilmente cumpridas se a sua aprendizagem ocorrer num contexto de relação afetiva.

Durante muito tempo permaneceu o discordo sobre a forma como deviam ser estabelecidas as regras. Enquanto alguns consideravam que os limites deviam ser transmitidos pela via educativa, através da sua explicação, outros consideravam que deviam ser feitos com base na disciplina e respeito, focando-se em metodologias de disciplina severas (Brazelton & Greenspan, 2002).

De acordo com Brazelton & Greenspan (2002) é através das relações que a criança estabelece, e das expetativas que esta idealiza, que a mesma obtém aprendizagens. Esta aprendizagem não ocorre apenas pelo que lhe dizem, mas pela forma como é dito e pela forma como se relaciona com os outros.

A criança tem de experienciar determinado comportamento ou sentimento para poder aplicá-lo como, por exemplo, a empatia. Na transmissão de regras é necessário o educador apresentar coerência, isto é, se os pais e restantes educadores transmitem as regras devem comportar-se dessa forma, caso contrário a criança fica confusa quanto ao comportamento a desenvolver.

É importante que as crianças criem expetativas e, nesse sentido, os educadores, sejam os estes os pais sejam os profissionais, devem criar oportunidades para que possa alcançar essas expetativas, através da realização de determinados atos que lhe dão prazer e satisfação (Brazelton & Greenspan, 2002).

Um momento essencial para a transmissão de regras é o período da brincadeira, em que a criança nas diferentes interações sociais com os adultos e com o grupo de pares vai percebendo o que pode ou não fazer de acordo com as orientações dadas, devendo as mesmas serem transmitidas de forma clara, precisa e positiva, para que a criança as entenda e aceite de forma compreensiva.

Importa trabalhar com base nas competências das crianças e da sua etapa de desenvolvimento, de modo a encaminhar as crianças para terem um comportamento orientado para as suas necessidades.

A aprendizagem dos limites é realizada para agradar o outro, por medo, ou também muito frequente, pela combinação das duas.

No entanto a forma como a criança se desenvolve e vai reagindo posteriormente na vida adulta varia. Frequentemente as crianças cuja educação é baseada no medo e numa disciplina rígida tornam-se jovens mais propensos a desenvolver problemas de comportamento,

nomeadamente atos delinquentes, consumo de álcool e drogas (Brazelton & Greenspan, 2002).

A utilização do castigo corporal já não é considerado atualmente uma forma de disciplina, sendo inclusive considerado um desrespeito pela dignidade da criança, e igualmente prejudicial para seu desenvolvimento, podendo ser exteriorizado no futuro por comportamentos de raiva pela criança.

Nesse sentido, deve-se procurar estabelecer regras e limites na base da empatia e afeto, para que a criança compreenda e se sinta bem em cumprir. Quando a criança sente afeto de alguém procura agradar-lhe, sabendo que se fizer algo de errado poderá desapontá-la. Nestas situações a criança sente culpa e frustração pela perda de determinado gesto positivo (sorriso, beijo), situação que leva a criança a evitar estes comportamentos (Brazelton & Greenspan, 2002).

Deste modo, é importante que em espaços como a creche sejam promovidas experiências afetivas que visem promover as capacidades das crianças, tendo sempre em conta as necessidades e características individuais.

Estes espaços devem sempre apresentar-se como espaços seguros, onde as crianças se sintam protegidas, sendo igualmente necessário que mantenham relações afetivas contínuas, de modo a que exista uma continuidade nas práticas e estratégias de desenvolvimento.

Comparando a creche analisada com os cuidados prestados por familiares, como por exemplo, os avós, verificamos que a creche adquire maior visibilidade nos indicadores educativos. Já relativamente à necessidade de afeto e estabelecimento de relações de vinculação, a família adquire maior potencial, situação que é compreensível dada a relação afetiva que une a criança ao seu círculo familiar.

O processo de socialização inicia-se no contexto familiar, sendo posteriormente alargado ao contexto institucional da creche, e nesse sentido, este processo implica uma corresponsabilização entre estes dois contextos, devendo a creche adquirir um papel ativo e dinamizador no processo de socialização da criança.

Assim, para que a criança consiga desenvolver de forma consistente e coesa estas capacidades não basta a intervenção da creche, sendo sempre necessária a colaboração da família, enquanto principal agente de socialização e educação da criança. A interação família creche adquire assim particular importância uma vez que permite dar continuidade às práticas, existindo um reforço positivo de ambos os agentes.

Dada a compreensão da importância da creche no desenvolvimento da criança, torna-se necessário garantir a qualidade dos serviços prestados, na medida em que a influência que a frequência deste espaço possa ter, depende da melhor ou pior qualidade apresentada.

Importa assim, compreender se as nossas creches cumprem estes requisitos e se encontram preparadas, quer ao nível de funcionamento quer ao nível de recursos, para satisfazerem as necessidades das crianças e as aspirações dos pais.

A este respeito, diversos fatores foram inumerados por investigadores desta temática como condições chave para a prestação de serviços de qualidade, tais como: rácio de profissionais por criança, e número de crianças por turma, o currículo pedagógico, a qualificação e competências dos profissionais, as condições do edifício, e a interação da creche com a família.

Nesse sentido, verificamos que na creche em estudo, os pais avaliam esta resposta satisfatoriamente, reconhecendo como aspetos positivos a estrutura física, as características dos profissionais e o relacionamento estabelecido entre a família e a creche, reforçado pela frequente comunicação e transmissão de informações da creche aos pais.

Quanto ao número de crianças por grupo e por profissional, embora reconheçamos que a existência de mais profissionais é sempre uma vantagem para a satisfação das necessidades da criança, o número de profissionais existente encontra-se adaptado às condições identificadas com favoráveis pelos investigadores desta área.

Por fim, no que respeita ao currículo pedagógico verificamos que o plano de atividades da creche integra um conjunto diversificado de atividades, quer de satisfação das necessidades básicas, quer ao nível das atividades de estimulação das suas capacidades, atividades que são do conhecimento dos pais, conforme respostas recolhidas no inquérito.

Desta forma, conclui-se que o aumento de legislação e regulamentação desta valência, através de guiões de intervenção, e por outro lado, o maior acompanhamento técnico e fiscalização promovido pelo organismo de tutela – Instituto de Segurança Social são dois fatores que contribuíram para a maior exigência e regulação desta resposta.

Observou-se que as políticas e apoios do Estado para a integração das crianças nestes equipamentos veio a aumentar fortemente nas últimas décadas, no entanto continuamos perante a insuficiência de vagas comparticipadas nas creches para satisfazer as necessidades identificadas, colocando entraves à frequência destas respostas por parte das famílias mais desfavorecidas, tendo em conta o valor elevado das comparticipações financeiras.

Por sua vez, a existência de vagas comparticipadas apenas em determinadas creches, que por vezes não cumprem os requisitos de qualidade, obriga a que os pais com menores

capacidades económicas tenham de se “sujeitar” aos serviços existentes, não podendo escolher de acordo com as características e valores considerados apropriados.

Outra questão que sobressai deste trabalho é a falta de reconhecimento da função do serviço social na creche. A ocupação de postos de chefia técnica nestas instituições deve considerar-se um motivo de valorização desta profissão. No entanto, é entendimento que estas funções se encontram aquém das competências destes profissionais em diferentes matérias do funcionamento da creche.

Uma intervenção mais ampla e em colaboração com os restantes profissionais, numa lógica de equipa multidisciplinar, bem como uma forte comunicação com os pais permitirá um melhor acompanhamento das situações familiares, evitando comportamentos de risco e apoiando a família ao nível dos cuidados a serem prestados, e consequentemente reduzirá a necessidade de intervenção de respostas de segunda linha.

O assistente social na creche deve adquirir um papel decisivo ao nível das políticas de intervenção, na luta pela igualdade de acesso, ou seja, pela universalidade desta resposta. Por sua vez, a existência do assistente social torna-se ainda mais pertinente, na medida em que a maior abrangência da creche, fará aumentar o número de situações a necessitarem de apoio.

O assistente social deve igualmente contribuir para a construção do projeto pedagógico emancipatório e transformador com base nas necessidades das crianças e famílias, na sua cultura e identidade que supere a visão meramente burocrática, regulamentadora e disciplinadora.

A relação pais-filhos é um dos temas que poderia vir a ser trabalhado pelo profissional da área social através de sessões destinadas à discussão e melhoria da interação. A falta de tempo de qualidade passado entre pais e filhos é cada vez mais perceptível, na medida em que o dia é passado pelos pais no seu local de trabalho e pelos filhos em respostas de apoio à infância. Fora deste tempo resta apenas o período da noite para conviver, sendo este também dividido com o período de descanso. Este aspeto influencia a relação estabelecida entre pais e filhos, e por sua vez compromete o desenvolvimento emocional da criança.

Outra problemática que deve ser acompanhada pelo serviço social prende-se com as crianças com dificuldades ou deficiências.

Este grupo merece particular atenção pelo serviço social. Não basta o encaminhamento das crianças para respostas especializadas, mas um acompanhamento contínuo quer da criança quer da família de modo a auxiliar no processo de educação, criando estratégias de contorno e resolução de problemas.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. D. S., & Wittig, B. A. (1969). Attachment and exploratory behavior of one-year-olds in a strange situation. In B. M. Foss (Ed.), *Determinants of infant behavior* (Vol. 4, pp. 111-136). London: Methuen.
- Almeida, L. & Rossetti-Ferreira. (2014). Transformações da relação afetiva entre o bebê e a educadora na creche. *Análise Psicológica*, 2 (XXXII), 173-186 doi: 10.14417.
- Ander-Egg, E. (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Editora Vozes
- Assis, M. & Fuertes, M. (s.d.). *As Representações dos Pais sobre a Educação em Creche*. Atas do II encontro de mestrados em educação da Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Bairrão, J., Leal, T., Abreu-Lima, I., & Morgado, R. (1997). Educação pré-escolar. In *Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospetiva e Planeamento. A evolução do sistema educativo e o PRODEP*, Estudos temáticos (vol II). Lisboa: Ministério da Educação.
- Brazelton, T. & Greenspan, S. (2002). *A Criança e o seu Mundo. Requisitos Essenciais para o Crescimento e Aprendizagem*. Editorial Presença.
- Cansado, T. (2008). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das instituições particulares de solidariedade social. E-Cadernos ces, n.º 2*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Cardona, M. J. (1997). *Para a história da educação de infância em Portugal. O discurso oficial (1834-1990)*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, V. & Mendes, P. (2014). Cuidados não parentais a crianças com idade inferior a três anos- Revisão baseada na evidência. *Acta Pediátrica Portuguesa*, 45,302-309.
- Coelho, R & Tadeu, B. (s.d.). *A importância do brincar na educação de infância*. Atas do II encontro de mestrados em educação. Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Coelho, M. (2004). *Educação e Cuidados em Creche. Conceptualizações de um grupo de educadoras*. Universidade de Aveiro: Departamento de Ciências da Educação.
- Coelho, V., Barros, S., Pessanha, M., Peixoto, C., Cadima, J., Pinto A. (2015). Parceria família-creche na transição do bebê para a creche. *Revista Análise Psicológica*, 4, (XXXIII), págs. 373-389. doi: 10.14417.
- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2001). *Serviço social na educação*. Brasília.
- CSPC. (2018). Plano de Atividades/Projeto pedagógico da creche.

- Dias, R., Correia, J., Pereira, M. (2011). *A creche como direito das crianças à educação: a legitimidade construída pela experiência de pais e mães com filhos na creche*. [Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação]. Instituto Politécnico da Guarda. Págs. 365 -374.
- Dias, I. & Correia, S. (2012). Processos de aprendizagem dos 0 aos 3 anos: contributos do sócio-construtivismo. *Revista Ibero-americana de Educação*, n.º 60/1, ISSN: 1681-5653.
- Dubar, C. (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo.
- Erikson, E.H. (1968). *Identity: Youth and Crisis*. New York: Norton.
- Fadiman, J. & Frager, R. (2002). *Teorias da personalidade* (trad. de C. Sampaio, S. Safdié). São Paulo: HARBRA. (publicação original em 1939).
- Gabinete de Estratégia e Planeamento/ Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social [MTSSS]. (2016). *Carta social-rede de serviços e equipamentos 2016*. Acedido em 15 janeiro de 2018, em <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2015.pdf>.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*, 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Graça, I. (2015). *A Detecção de Crianças para a Intervenção Precoce na Creche: Barreiras Percecionadas pelos Educadores de Infância*. Porto.
- Howes, C. (2003). *Cuidados na infância- educação e cuidados na primeira infância. O impacto de cuidados não parentais sobre crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade)*. PhD University of California at Los Angeles, EUA.
- International Federation of Social Workers. (2000). *Definição de Serviço Social da FITS*. Montréal, Canada
- ISS, IP. (s.d.). *Manual de processos-chave. Creche 2ª Edição (Revista)*.
- Lima, L. (2000). *Concepções sobre a Adolescência e Promoção da Autonomia: Estudo Exploratório*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Pedagógica). Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Lima, A. & Bhering, E. (2006). Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 573-596.
- Maistro, M. (1999). Relações creche e famílias, a quantas andam?. *Perspetiva*. Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 49 -59.

- McCartney, K.(2004). *Cuidados na infância-educação e cuidados na primeira infância. Situação atual da pesquisa sobre efeitos de cuidados não parentais*. PhD. Harvard University, EUA.
- Mendes, T. &Sani, A. (2014), “As representações de crianças expostas à violência interparental acerca das figuras parentais”. In Calheiros, M.M. & Garrido M. V. (orgs.), *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção Vol.4*. Lisboa: Edições Sílabo, 145-166.
- Ojala, M., & Oppen, S. (1994). Study findings: Use of organized facilities. In P. P. Olmsted & D. P. Weikart (Eds.), *Families speak:early childhood care and education in 11 countries*.
- Organization for Economic Co-Operation and Development (OCDE).(2001). *Starting strong: Early childhood education and care*. Paris: Education and Training Division.
- Papalia, D. (2001). *O Mundo da criança*. McGraw Hill.
- Parada, M., Velosa, T., Ribeiro, A., Seabra, D.(2008). Instituições particulares de solidariedade social (IPSS): como andamos de creches num concelho de Portugal?. *Acta Pediátrica Portuguesa Sociedade Portuguesa de Pediatria*,39,(3),97-101.
- Piaget, J. (1967). *A Construção Do Real*. (Á. Cabral, Trad.).Rio de Janeiro: Zahar.
- Portugal, G. (s.d.). No âmago da educação em creche – O primado das relações e a importância dos espaços. In *MESA REDONDA. As questões do atendimento e educação da 1ª infância: investigação e prática* Págs. 47-60.
- Rapoport, A. & Cesar Piccinini, A. (2001). O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (1), pp. 81-95
- Raymond Quivy & LucVan Campenhoudt. (2005). *Manual de Investigação em ciências sociais* (J. M. Marques, M. A. Mendes & M. Carvalho, Trad.).Gradiva. (publicação original de 1995)
- Yin, R. (2001). *Estudos de caso. Plajenamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman

ANEXOS

ANEXO 1

Guião de Entrevista – Assistente social da creche

I- Organização interna da creche

1. Como é realizado o plano de atividades anual?
2. No quotidiano são tidas em atenção as necessidades individuais de cada criança?
3. A equipa é constituída por quantos profissionais e quais as categorias que exercem?
4. Considera que os recursos humanos e materiais existentes são adequados e suficientes para prestar uma resposta de qualidade às crianças?
5. São realizadas reuniões de equipa? Com que periodicidade? Qual a sua opinião sobre a eficácia destas reuniões.
6. Ao nível da estrutura física da creche, qual a composição?
7. Qual é o horário de funcionamento da creche?
8. Considera que o horário de funcionamento está adaptado às necessidades laborais dos pais?
9. Quais são os critérios tidos em conta na análise de uma candidatura para admissão na creche?
10. Considera que a creche é uma resposta apenas disponível para algumas famílias, baseando-se nas suas capacidades económicas?
11. Qual a sua perceção sobre o suporte prestado pela segurança social nas situações de maior vulnerabilidade social?

II- Dinâmica e organização dos serviços da creche

12. Em média por quantas crianças é constituída uma turma?
13. Qual o número de profissionais responsáveis por cada turma?
14. Quais a rotina diária realizada com as crianças?
15. Quais as atividades que são desenvolvidas com as crianças?
16. Como é realizado o processo de adaptação da criança à creche?

III-Impacto da creche na vida da criança

17. Considera que a frequência da creche é uma mais-valia para o desenvolvimento da criança ou tem como único fim prestar os cuidados durante o horário laboral dos pais?
18. Considera que existem diferenças entre as crianças que frequentaram creche e as que não frequentaram?
19. Considera que os cuidados prestados por familiares, nomeadamente pelos avós, se constitui uma resposta alternativa, à qual se deve dar preferência se existir disponibilidade, ou não?
20. Considera que a regular comunicação da creche com a família tem impacto positivo no desenvolvimento da criança? Justifique

IV-Relação entre família e creche

21. Os pais são convidados a participar nas dinâmicas realizadas pela creche?
22. Qual a receptividade dos pais em participar nas atividades/reuniões?
23. Quantas reuniões anuais são realizadas com os pais na creche?
24. Por norma, quais os assuntos abordados nessas reuniões?
25. Considera que os pais se apresentam motivados em participar e a se envolverem nas questões diárias relacionadas com a permanência da criança na creche?

V- Papel do assistente social

26. Qual as funções assumidas pelo assistente social numa creche?
27. O serviço social na resposta de creche está muito associado à direção técnica. Considera que a intervenção do assistente social na creche deva ser diferente?
28. Considera que os pais reconhecem que a sua formação profissional é uma mais valia para o serviço de creche?
29. Em algumas famílias é possível que existam problemas familiares. Considera importante essas questões serem trabalhadas com as famílias no âmbito das suas funções?
30. Esta intervenção (com famílias) está prevista pela creche onde trabalha?

ANEXO 2

Guião Entrevista às educadoras do jardim-de-infância

1. Quais as maiores dificuldades verificadas na criança quando integra o jardim-de-infância?
2. Quando as crianças entram no jardim-de-infância, há uma preocupação em compreender o seu percurso anterior, nomeadamente se estiveram integradas em creche?
3. É hábito realizar-se articulação com os profissionais da creche onde a criança esteve inserida? Para que efeitos?
4. Há diferenças entre as crianças que frequentaram creche e as que não frequentaram?
5. Se sim. Que tipo de diferenças (comportamentais, desenvolvimento cognitivo, capacidade de relacionamento) dar exemplos.
6. Considera a frequência da creche uma mais-valia para o desenvolvimento integral da criança?
7. Como avalia o funcionamento das creches no sentido de preparação da criança para integrar jardim-de-infância?
8. Considera que alguma capacidade deve ser mais trabalhada em creche?

Relativamente aos pais:

9. Verifica alguma diferença de envolvimento e participação dos pais na vida escolar da criança quando a criança já esteve integrada em creche?
10. Verifica diferença na postura dos pais perante os profissionais (mais cooperantes, confiantes)?

ANEXO 3

Inquérito aos pais

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Objetivo:

O objetivo desta investigação prende-se com a compreensão do impacto da frequência da creche no desenvolvimento da criança, e ocorre no âmbito da realização do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Nesse sentido, procurar-se-á compreender (I) qual a perceção dos pais das crianças frequentadoras da creche quanto à influência desta sobre as crianças, (II) e as diferenças manifestadas entre crianças que frequentaram a creche e as que não frequentaram.

Recolha de dados

A recolha empírica ocorrerá através da realização de um inquérito por questionário aos pais de crianças frequentadoras de uma creche.

Confidencialidade

Todas as informações recolhidas serão utilizadas apenas para a realização desta investigação, sendo garantida a confidencialidade e anonimato dos participantes.

Desistência

O participante pode a qualquer momento recusar-se a participar no estudo, através do não preenchimento do presente inquérito, sem qualquer tipo de penalização por este facto.

Dúvidas

Durante o preenchimento do inquérito, no caso de surgirem dúvidas, o participante pode contactar a investigadora para esclarecimentos e informações, através dos seguintes contactos: 910727425 ou monica.ferreira.22@hotmail.com



Compreendi a informação que me foi dada, tive oportunidade de fazer perguntas e as minhas dúvidas foram esclarecidas, pelo que aceito participar de livre vontade no estudo acima mencionado

Data: ____/____/2018

Assinatura do Participante

Inquérito aos Cuidadores

Enquadramento da Investigação

O objetivo desta investigação prende-se com a compreensão do impacto da frequência da creche no desenvolvimento da criança, e ocorre no âmbito da realização do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Nesse sentido procurar-se-á compreender (i) qual a perceção dos pais/cuidadores das crianças frequentadoras da creche quanto à influência desta sobre as crianças e (ii) as diferenças manifestadas entre crianças que frequentaram a creche e as que não frequentaram

I Parte – Caraterização do agregado familiar

1. Com quem se encontra a residir a criança?

<input type="checkbox"/>	Pais
<input type="checkbox"/>	Avós
<input type="checkbox"/>	Tios
<input type="checkbox"/>	Outro familiar. Quem: _____

Nota: Caso se verifique que a criança vive com outros familiares, que não os pais, responda às próximas perguntas, na opção “outro familiar”.

2. Estado civil dos pais:

<input type="checkbox"/>	Casados
<input type="checkbox"/>	Divorciados
<input type="checkbox"/>	Viúvos
<input type="checkbox"/>	Solteiros
<input type="checkbox"/>	Unidos de facto

3. Mencione para cada elemento que se segue, a sua idade:

<input type="text"/>	Mãe
<input type="text"/>	Pai
<input type="text"/>	Criança
<input type="text"/>	Outro Familiar

4. Indique a escolaridade dos seguintes membros: (Assinale o último grau de escolaridade completo)

Pai

Mãe

Outro familiar

<input type="checkbox"/>	Sem Escolaridade
<input type="checkbox"/>	1º ciclo
<input type="checkbox"/>	2º ciclo
<input type="checkbox"/>	3º ciclo
<input type="checkbox"/>	Secundário
<input type="checkbox"/>	Licenciatura
<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	Outro. Qual: _____

<input type="checkbox"/>	Sem Escolaridade
<input type="checkbox"/>	1º ciclo
<input type="checkbox"/>	2º ciclo
<input type="checkbox"/>	3º ciclo
<input type="checkbox"/>	Secundário
<input type="checkbox"/>	Licenciatura
<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	Outro. Qual: _____

<input type="checkbox"/>	Sem Escolaridade
<input type="checkbox"/>	1º ciclo
<input type="checkbox"/>	2º ciclo
<input type="checkbox"/>	3º ciclo
<input type="checkbox"/>	Secundário
<input type="checkbox"/>	Licenciatura
<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	Outro. Qual: _____

5. Assinale a situação laboral atual dos seguintes elementos:

Pai

Mãe

Outro familiar

<input type="checkbox"/>	Empregado
<input type="checkbox"/>	Desempregado
<input type="checkbox"/>	Reformado
<input type="checkbox"/>	Estudante
<input type="checkbox"/>	Doméstico

<input type="checkbox"/>	Empregado
<input type="checkbox"/>	Desempregado
<input type="checkbox"/>	Reformado
<input type="checkbox"/>	Estudante
<input type="checkbox"/>	Doméstico

<input type="checkbox"/>	Empregado
<input type="checkbox"/>	Desempregado
<input type="checkbox"/>	Reformado
<input type="checkbox"/>	Estudante
<input type="checkbox"/>	Doméstico

6. Fatores de avaliação Indicadores a profissão dos seguintes elementos:

Mãe: _____

Pai: _____

Outro familiar: _____

7. Mencione o número de elementos que compõem o agregado familiar, isto é, o número de pessoas que residem na mesma habitação de forma permanente, incluindo a criança e eventuais ascendentes:

Nº Elementos: _____

8. Identifique a relação de parentesco dos elementos que compõem o agregado da criança

<input type="checkbox"/>	Pai
<input type="checkbox"/>	Mãe
<input type="checkbox"/>	Irmão/irmã
<input type="checkbox"/>	Avó/Avô
<input type="checkbox"/>	Tio/Tia
<input type="checkbox"/>	Primo/Prima
<input type="checkbox"/>	Outro. Qual _____

9. Assinale o rendimento mensal do agregado, tendo em conta os seguintes intervalos: [entende-se por rendimento do agregado, a soma de todos os rendimentos (ordenados, pensões, subsídios, apoios sociais) dos elementos que partilham a habitação].

<input type="checkbox"/>	Até 485€/mês
<input type="checkbox"/>	De 485€ a 970€/mês
<input type="checkbox"/>	De 970€ a 1.455€/mês
<input type="checkbox"/>	De 1.455€ a 1.940€/mês
<input type="checkbox"/>	De 1940€ a 2910€/mês
<input type="checkbox"/>	Superior a 2.910€/mês

Formula adaptada com base em: INE (2017).Inquérito às despesas das famílias 2015/2016

10. Horário de trabalho habitual:

Pai _____;

Mãe _____;

Outro familiar _____;

II Parte – Perceção sobre a creche

11. Antes de integrar o jardim-de-infância, a criança esteve integrada em creche?

☐

Sim

☐

Não

12. Se respondeu **sim**, durante quanto tempo esteve a frequentar a creche?

13. Se respondeu **não**, mencione o motivo:

☐

Incapacidade económica para suportar a despesa da creche;

☐

Existência de suporte familiar para cuidar do seu filho. Quem _____;

☐

Incompatibilidade de horários da creche com o seu emprego;

☐

Outro. Qual: _____

14. Considera que a Creche é: (selecione apenas uma opção)

☐

Uma mais-valia para o desenvolvimento da criança;

☐

A resposta mais adequada para prestar os serviços de cuidado e educação;

☐

Uma necessidade, apenas eleita pela impossibilidade de ficar com a família;

☐

Uma resposta mais especializada comparativamente a uma ama;

☐

Uma resposta que não se encontra adequada às necessidades da criança;

☐

Outro. Qual : _____

15. Na sua opinião, qual a função da creche? (pode escolher mais de que uma opção)

<input type="checkbox"/>	Fazer a transição da família para um ambiente mais diversificado;
<input type="checkbox"/>	Preparar a integração no Jardim de Infância;
<input type="checkbox"/>	Complementar a educação familiar;
<input type="checkbox"/>	Assegurar as necessidades da criança enquanto os pais se encontram a trabalhar;
<input type="checkbox"/>	Substituir a educação familiar;
<input type="checkbox"/>	Fornecer um ambiente atraente, acolhedor e harmonioso;
<input type="checkbox"/>	Proporcionar experiências diversificadas, utilizando diferentes materiais;
<input type="checkbox"/>	Outra função: _____

16. Se pudesse optar:

<input type="checkbox"/>	Deixava a criança com familiares
<input type="checkbox"/>	Deixava a criança integrar a creche

Justifique: _____

17. Uma alternativa à creche é a permanência das crianças com os avós. Como avalia a possibilidade dos avós prestarem os cuidados aos netos durante a infância?

<input type="checkbox"/>	Positiva
<input type="checkbox"/>	Negativa

18. Assinale para cada uma das seguintes funções, qual dos contextos, na sua opinião, **melhor satisfaz** as necessidades da criança:

Funções	Creche	Familiares
Promover a autonomia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Potenciar a aquisição de regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular capacidades e aprendizagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular a interação e a comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dar afeto e carinho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Prestar cuidados

Promover a segurança

Responda às partes III e IV apenas se a criança esteve integrada em creche

III Parte: Integração da criança em creche

19. Selecione, de acordo com os seguintes procedimentos, o modo como os profissionais organizaram o período de adaptação da criança? (Pode selecionar várias opções)

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Recolheram informação junto dos pais sobre os hábitos e rotinas da criança; |
| <input type="checkbox"/> | Permitiram as visitas da família à creche de modo a que a criança se sinta segura; |
| <input type="checkbox"/> | Procuraram manter as rotinas e hábitos da criança numa fase inicial; |
| <input type="checkbox"/> | Articulavam raramente com os pais e apenas em situações de emergência; |
| <input type="checkbox"/> | Procuraram adaptar o contexto às necessidades e características da criança; |
| <input type="checkbox"/> | Inseriram a criança no funcionamento normal da creche, desvalorizando as suas rotinas; |
| <input type="checkbox"/> | Comunicavam com regularidade aos pais o seu comportamento nesta fase; |
| <input type="checkbox"/> | Integraram a criança no grupo, desvalorizando as suas características |

20. **Após a fase inicial** de adaptação, como avaliava a reação da criança quando chegava a creche? (pode selecionar várias opções).

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | Gostava de ir para a creche; |
| <input type="checkbox"/> | Recusava ficar na creche; |
| <input type="checkbox"/> | Apresentava-se alegre e entusiasmada; |
| <input type="checkbox"/> | Apresentava-se triste, chorando com a ausência de quem a levou; |
| <input type="checkbox"/> | Tinha uma relação próxima com os profissionais; |
| <input type="checkbox"/> | Resistia à aproximação dos profissionais; |
| <input type="checkbox"/> | Interagia com as outras crianças; |
| <input type="checkbox"/> | Isolava-se dos outros; |
| <input type="checkbox"/> | Outra. Qual: _____ |

21. Baseando-se na escolha selecionada na pergunta 20, que motivos considera estarem na origem dos comportamentos apresentados pela criança?

22. Durante o período de frequência da creche verificou alguma alteração no comportamento do seu filho?

<input type="checkbox"/>	Sim. Dê exemplos:_____
<input type="checkbox"/>	Não.

23. As crianças desenvolviam atividades diferentes e estimulantes na creche?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Não Sei

24. Se respondeu sim na pergunta anterior, selecione de acordo com o seu conhecimento, as mais realizadas:

<input type="checkbox"/>	Atividades ao ar livre (jogos, passeios, brincar no parque infantil)
<input type="checkbox"/>	Brincadeiras em grupo (escondidas, apanhada, entre outras)
<input type="checkbox"/>	Cantar canções
<input type="checkbox"/>	Colagens
<input type="checkbox"/>	Colorir desenhos /fazer desenhos/fazer pinturas com aguarelas
<input type="checkbox"/>	Contar histórias
<input type="checkbox"/>	Identificar figuras e fotografias
<input type="checkbox"/>	Imitar gestos e expressões faciais
<input type="checkbox"/>	Ginástica
<input type="checkbox"/>	Jogos com sons (identificar, repetir)
<input type="checkbox"/>	Jogos de encaixe (legos, puzzle)
<input type="checkbox"/>	Modelagem (plasticina, barro, pastas de modelar)

1. Satisfação com os serviços: Espaço físico

25. Como avaliava as condições de segurança do edifício da creche?

- ☐ Nada adequada
- ☐ Pouco adequada
- ☐ Adequada
- ☐ Muito adequada

26. Existiam espaços de recreio exteriores (ex. jardim, parque infantil) nas instalações?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não Sei

27. As crianças frequentavam este espaço, quando possível?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

28. Os diferentes espaços (refeitório, casa de banho) da creche eram de fácil acesso e adequados às crianças?

- ☐ Sim
 - ☐ Não; Porquê? _____
- _____

29. Os materiais e mobiliário eram adequados, promovendo segurança e conforto?

- ☐ Sim
- ☐ Não; Porquê? _____

2. Satisfação com os profissionais

30. Como avaliava a **postura dos profissionais com a família?** (pode seleccionar várias opções)

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | Mantinhm uma relação próxima, de partilha e comunicação com a família |
| <input type="checkbox"/> | Eram descuidados nas suas ações |
| <input type="checkbox"/> | Eram simpáticos e disponíveis |
| <input type="checkbox"/> | Prestavam informações sobre o quotidiano da criança |
| <input type="checkbox"/> | Mantinhm uma relação distante com a família |
| <input type="checkbox"/> | Apresentavam-se pouco afáveis |
| <input type="checkbox"/> | Apresentavam pouca disponibilidade e eram pouco comunicativos |
| <input type="checkbox"/> | Transmitiam confiança e segurança nas suas ações |

31. Baseando-se nos parâmetros apresentados na questão 30, como avalia a relação com os diferentes profissionais da creche?

32. Como avaliava a relação dos profissionais estabelecida com a **criança?** (pode seleccionar várias opções)

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | Apresentavam-se pessoas meigas, afetuosas na relação com a criança; |
| <input type="checkbox"/> | Apresentavam-se pouco afetuosas e empáticas; |
| <input type="checkbox"/> | Procuravam estimular e promover competências nas crianças; |
| <input type="checkbox"/> | Transmitiam um clima de segurança e protetor; |
| <input type="checkbox"/> | Não conseguiam responder com eficácia às necessidades; |
| <input type="checkbox"/> | Havia pouca estimulação e as atividades eram repetitivas; |
| <input type="checkbox"/> | Tinham disponibilidade para responder às necessidades da criança; |
| <input type="checkbox"/> | Interagiam com a criança. |

33. Existia alguma assistente social na creche?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

34. Teve algum contacto com a assistente social da creche?

- ☐ Não
☐ Sim. Em que situação? _____

35. Que opinião tem sobre a existência de um assistente social da creche

- ☐ É uma mais-valia
☐ Não é muito importante
☐ Não tem opinião

3. Interação dos pais com a creche

36. Quando necessitava de alguma informação, tinha facilidade de contactar a creche?

- ☐ Sim
☐ Não

37. Quem costumava ficar responsável por assegurar as deslocações da criança para creche?

- ☐ Mãe
☐ Pai
☐ Outro. Quem: _____

38. Costumava interagir com o seu filho no espaço da creche?

- ☐ Sim; Em que momento? _____
☐ Não

39. Se respondeu não, quais as razões? (pode selecionar mais que uma opção)

- ☐ Não existe abertura dos profissionais responsáveis para esta interação;
- ☐ A regulamentação da creche não permite/contempla esta interação;
- ☐ Ausência de tempo livre durante a permanência do seu filho na creche;
- ☐ Falta de espaço para que exista esta interação pais- filhos;
- ☐ Outras. Quais: _____

40. Sabendo que a interação com o pai/ mãe no espaço da creche facilita a adaptação da criança a este espaço, já alguma vez foi mencionada pela creche, a possibilidade de haver essa interação pais- filhos nas instalações?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

41. Costumava ter reuniões frequentes na escola?

- ☐ Sim. Quantas vezes no ano? _____
- ☐ Não.

42. Quais os motivos para a realização de reuniões? (pode selecionar mais que uma opção)

- ☐ Prestar informações sobre o comportamento e desenvolvimento das crianças;
- ☐ Resolução de problemas com as crianças;
- ☐ Alterações à organização interna da creche (horários, férias);
- ☐ Realização de sessões de apoio à parentalidade;
- ☐ Outros. Quais _____

43. Acha que essas reuniões eram produtivas?

- ☐ Sim. Porquê? _____
- ☐ Não

IV Parte - Transição creche- jardim-de-infância

44. Considera existirem diferenças no funcionamento da creche e do jardim-de-infância?

- ☐ Sim
☐ Não

45. Como avalia essas diferenças?

- ☐ Positivas
☐ Negativas

Justifique a sua escolha:

46. Selecione qual das duas respostas (Creche/Jardim de infância), na sua opinião, **melhor satisfaz** cada um dos seguintes princípios?

	Creche	Jardim de Infância
Disponibilidade dos profissionais para as crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Potenciar a aquisição de regras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular capacidades e aprendizagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estimular a interação e comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a autonomia da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comunicar e articular com a família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir a segurança da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

47. Quais os principais motivos que considera interferirem no desenvolvimento dos objetivos elencados na questão anterior? (pode seleccionar mais que uma opção)

- ☐ Insuficiência de profissionais
☐ Falta/escassez de recursos materiais
☐ Diferenças nas pedagogias utilizadas

<input type="checkbox"/>	Pouco investimento do Estado nesta resposta
<input type="checkbox"/>	Falta de preparação e conhecimento dos profissionais
<input type="checkbox"/>	Instalações desadequadas
<input type="checkbox"/>	Mudanças resultantes da alteração das necessidades da criança
<input type="checkbox"/>	Outra. Qual: _____

Obrigado pela sua colaboração.

ANEXO 4

Conceitos e indicadores de avaliação

Conceitos	Dimensões	Indicadores
1. Impacto da creche	Segurança Socialização Aquisição de regras Autonomia Cuidados básicos Emocional	-Quantidade e diversidade de atividades realizadas; -Existência de atividades de interação entre pares; -Nº de profissionais disponíveis para cada criança; -Mudanças observadas pelos pais no período de frequência da creche; -Existência de espaços lúdicos e materiais disponíveis; - Tipo de cuidados básicos prestados; - Proximidade profissional- criança;
	Processo de adaptação	- Estratégias adotadas pelos profissionais; - Reação da criança à creche nos primeiros tempos;
2. Qualidade dos serviços prestados	Rácio profissional	- Nº profissionais por aluno; - Nº de alunos por turma;
	Currículo pedagógico	- Diversidade de atividades; -Adequação das atividades à faixa etária e às necessidades individuais;
	Estrutura do estabelecimento	- Quantidade de divisões; -Adequação dos espaços às necessidades das crianças; - Segurança dos espaços; - Acessibilidade dos espaços;

		- Existência de espaços de recreio exteriores;
	Capacidades profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - Atitudes dos profissionais com os pais; - Atitudes dos profissionais com as crianças; - Disponibilidade dos profissionais; - Qualificação dos profissionais de acordo com as categorias profissionais; - Quantidade de profissionais;
	Parceria família-creche	<ul style="list-style-type: none"> - Nº reuniões por ano realizadas com os pais; - Participação dos pais nas atividades realizadas pela creche; - Facilidade de contacto da creche pelos pais; - Existência de interação de profissionais com os pais;
Motivo para (não) integração na creche	Capacidade económica	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de família; - Qualificação dos pais; - Rendimentos dos pais; - Situação laboral e profissional dos pais;
	Suporte familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de suporte familiar - Interesse dos pais nos cuidados prestados pelos familiares - comparação serviços prestados pelos familiares e pela creche